

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2013-2017-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA TREZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E QUINZE.** -----

----- **ATA NÚMERO CINQUENTA E QUATRO** -----

----- Aos treze dias do mês de Janeiro de dois mil e quinze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão e pela Excelentíssima Senhora Rosa Carvalho da Silva, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária, em exercício. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel de Freitas Arruda, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Alberto Ferreira Franco, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Manuel Rodrigues Moreno, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Margarida Maria Moura Alves da Silva de Almeida Saavedra, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da

Graça Lourenço Paulo, Isabel Cristina Ruas Pires, Patrícia de Oliveira Caetano Barata, Nelson Pinto Antunes, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Maria Cândida Cavaleiro Madeira, Sandro Daniel dos Santos Gonçalves Araújo, Ana Carolina Domingues Ambrósio, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, Sandra Cristina Andrade, Maria Margarida Matos Mota, João Diogo Santos Moura, Luís Graça Gonçalves, António José Amaral Ferreira de Lemos e Pedro Manuel Cunha da Silva Ribeiro. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Carolina Domingues Ambrósio.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes.-----

----- Fernando José da Silva e Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Sandro Daniel dos Santos Gonçalves Araújo. ----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sandra Cristina Andrade.-----

----- Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Isabel Cristina Rua Pires.-----

----- Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira.-----

----- Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Maria Margarida Matos Mota.-----

----- Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia de Oliveira Caetano Barata.-----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura.-----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Paulo Manuel Bernardes Moreira.-----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Graça Gonçalves.-----

----- Maria Luísa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal António José Amaral Ferreira de Lemos.-----

----- Daniel da Conceição Gonçalves da Silva (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Pedro Manuel Cunha da Silva Ribeiro.-----

----- Através da Ata nº 11 da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa, de 18 de dezembro de 2014, foi justificada a falta da Senhora Deputada Municipal Mafalda

Ascensão Cambeta (PSD), referente à 53ª Reunião da AML (4ª Reunião de Continuação da 5ª Sessão Ordinária), realizada em 16 de dezembro de 2014. -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Duarte Cordeiro, Manuel Salgado e Rui Franco. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Paulo Quaresma, João Gonçalves Pereira, Carlos Moura, Alexandra Duarte e José Cal Gonçalves. -----

----- Às quinze horas e dezassete minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Dar as boas vindas aos Senhores Deputados Municipais, aos Senhores membros da Câmara, ao público presente, aos técnicos presentes, aos jornalistas presentes, e hoje em particular, aos primeiros subscritores das petições que vamos apreciar, que também estão presentes e que irão usar da palavra nesta Sessão. -----

----- Pedia aos Senhores Deputados Municipais que se sentassem para podermos começar a Sessão. -----

----- Informo entretanto que hoje as duas e meia teve lugar no *foyer* grande uma pequenina cerimónia. Nós convidámos as crianças de cinco anos das Unidades de Educação da Câmara Municipal de Lisboa para nos virem cantar as janeiras, que assim fizeram, e portanto, foi um momento de futuro talvez porque as crianças, são como todos sabem, aquilo que nós gostaríamos que fosse o nosso futuro, e portanto, aqui estivemos hoje a assinalar esse começo do ano com as crianças de cinco anos. ----

----- Temos antes de começar a ordem de trabalhos, informar-vos que eu não tenho público inscrito para a Sessão de hoje, portanto, essa parte dos trabalhos não temos pessoas inscritas, provavelmente nem saberão que a Assembleia Municipal de Lisboa já retomou os seus trabalhos, porque a Assembleia da República ainda não começou, mas nós já. -----

----- E temos matérias políticas relevantes para nos pronunciarmos antes da ordem de trabalhos. -----

----- Eu pedia a vossa atenção Senhores Deputados Municipais. -----

----- Todos têm bem presentes o que se passou na semana passada em França e na conferência de representantes foi proposta a apresentação de uma Moção pela Mesa, que depois recolheu contributos de todas as bancadas e também informação se as bancadas desejavam subscrever a Moção. Eu reuni esses contributos, falei com quem os mandou para encontrarmos uma redação consensual e pedia a vossa atenção, porque esta conversa com todos aqueles que mandaram contributos só pode ter lugar agora, portanto, não há materialmente tempo para fazer distribuir por toda a gente a redação final, mas podemos naturalmente ler da Mesa aquilo que pretendemos que seja a posição da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- E eu pedia a vossa maior atenção agora e para não haver conversas de corredor, pedia a vossa maior atenção. -----

----- A Moção intitula-se “Contra os atos terroristas em Paris, em favor da liberdade e da paz”, e eu vou ler o texto já com as alterações introduzidas, que a Mesa aceitou. ----

----- (A Senhora Presidente fez a leitura da Moção n.º 1/54 “**Contra os atos terroristas em Paris, em favor da liberdade e da paz**”, subscrita pela Mesa e por todos os Grupos Municipais e os Deputados Municipais Independentes, exceto o Grupo Municipal do PAN, a qual fica anexada à presente Ata como Anexo I e dela faz parte integrante)-----

----- Portanto, este é o texto final, e sendo assim, pergunto se alguém quer intervir? ----

----- Não havendo pedidos de palavra, informo que todos os Grupos Municipais e os Senhores Deputados Municipais Independentes há exceção do Grupo Municipal do PAN, subscrevem a Moção e que o do Grupo Municipal do PAN irá votar favoravelmente, mas pediu para fazer uma Declaração de Voto no final e assim se fará. Portanto, Senhores Deputados Municipais eu vou pôr à votação, naturalmente que em caso de aprovação, faremos de seguida um minuto de silêncio e só depois se seguirá a intervenção do Senhor Deputado Municipal do PAN.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Moção n.º 1/54, “Contra os atos terroristas em Paris, em favor da liberdade e da paz**”, subscrita pela Mesa, por todos os Grupos Municipais e os Deputados Municipais Independentes, exceto o Grupo Municipal do PAN. A Moção foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Está aprovada por unanimidade e vamos então fazer um minuto de silêncio. -----

----- Muito obrigado Senhores Deputados Municipais, vamos então agora passar aos restantes documentos que em conferência de representantes foi acordo serem vistos antes de começar os trabalhos da ordem do dia.-----

----- O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos tem a palavra para uma Declaração de Voto, como aliás eu tinha anunciado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, fez a seguinte **Declaração de Voto** oralmente:-----

----- “Provavelmente se tivesse podido estar na reunião de representantes também teria subscrito, teriam sido feitas algumas alterações, e portanto, não estaríamos ausentes na subscrição.-----

----- O que é facto é que estas Moções, embora sejam totalmente merecidas, aparecem sempre contrastadas com as não moções que são feitas por factos idênticos que ocorrem todos os dias, por vezes bem mais graves do que este, não tiveram é obviamente o mesmo mediatismo. -----

----- Votámos favoravelmente esta Moção, porque concordamos genericamente com o texto e porque todas as vítimas são dignas da nossa solidariedade, vítimas do preconceito, vítimas da intolerância, vítimas da sua própria ignorância, vítimas do ódio. -----

----- Este processo global em que estamos mergulhados e que usa a população mundial como figurantes de um argumento cruel, em que a milhares de milhões de seres são retirados direitos, sonhos e muitas vezes a própria vida, compraz-se por vezes em mediatizar situações particulares, que permitem relativizar a sua própria condição. -----

----- Claro que são terroristas e claro que as suas ações são detestáveis e têm que ser prevenidas, mas o securitarismo só por si não vai resolver os ódios latentes, nem a estigmatização, nem a separação.-----

----- Uma compreensão global dos fenómenos em presença urge, bem como a capacidade mútua de perdão relativa a factos de hoje ou de há mil anos.-----

----- Não temos que nos confundir com as vítimas ou com os agressores, mas empatizar com ambos e levá-los à compreensão mútua.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Vamos passar então ao documento seguinte que temos para apreciar.-----

----- O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles veio pedir aqui uma sugestão de alteração ao voto que apresentaram contra a violência e a islamofobia, a propósito da vandalização da mesquita de Lisboa.-----

----- Portanto, o voto foi distribuído, vai ser numerado como o Voto 2/54 e peço para o Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles, então fazer uma apresentação sucinta e explicar qual é a alteração que pretendem.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE):**-----

----- (O Voto de Saudação “*Contra a violência e a islamofobia*”, apresentado pelo BE, fica anexado à presente Ata como Anexo II e dela faz parte integrante)-----

----- “Não vou apresentar o voto porque toda a gente o tem, mas uma alteração sugerida pelo Senhor Deputado Municipal Diogo Moura do CDS, em que é nos considerandos acrescentar um ponto 2, para que haja uma referência ao que se passou no supermercado.-----

----- E portanto, passo a citar o que diria este considerando, “No dia 8 de Janeiro registou-se um ataque a um supermercado judaico, com ligações aos acontecimentos do dia anterior, que vitimou 4 franceses de confissão hebraica, manifestamente um ataque de racismo antissemita, naquilo que tem sido um crescendo de multiplicação de atos de violência física e verbal e vandalização de locais de culto, por toda a Europa.”, este era o acrescento.-----

----- Por sugestão do Senhor Deputado Municipal Manuel Lages, no ponto 2 das deliberações retirar a palavra “demagógica”.-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Desculpe, eu não acompanhei essa, retirar em que ponto?”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE):**-----

----- “No ponto das deliberações retirar a palavra “demagógica”.-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Queria saber quem é que quer... há intervenções não há?-----

----- A Senhora Segunda-Secretária vai dar a palavra aos Senhores Deputados Municipais inscritos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP):**-----

----- “Naturalmente queremos manifestar apoio a esta recomendação.-----

----- Tendo em conta, e isto era importante dizer, tendo em conta de que estes afloramentos de violência que nos passam perto são naturalmente e devem ser enquadrados não só numa questão religiosa, mas numa questão de desigualdade e de

injustiça, que levam também, à imposição pela força da ditadura dos mais fortes e que levam à ingerência na vida dos povos e das comunidades. -----

----- Portanto, a questão da tolerância ou da intolerância, tem a ver com o respeito pela dignidade de cada um dos povos, das comunidades e dos seus interesses e sensibilidades. -----

----- É sem dúvida a sociedade desigual que provoca e produz estes conflitos latentes, que de vez em quando ora aqui ora acolá, apresentam alguns afloramentos e como disse o Senhor Deputado Municipal do PAN, alguns afloramentos no Planeta são extremamente gravosos mas pouco valorizados, outros igualmente gravosos mas muito valorizados. -----

----- É um tema de importante reflexão desta posição, da nossa posição mais geral e universal, contra a violência de qualquer origem.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Temos mais algum Senhor Deputado Municipal inscrito? Temos mais alguém inscrito neste ponto?-----

----- Após a intervenção do Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos e a explicação dada pelo BE, a Mesa vai pôr à votação o Voto de Saudação que passou a ser o voto 2/54, intitulado “Contra a violência e a islamofobia”. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Saudação nº 2/54, “Contra a violência e a islamofobia”**, subscrito pelo BE. O Voto de Saudação foi **aprovado por unanimidade**, com o aditamento proposto pelo CDS-PP nos considerandos. -----

----- Temos ainda um último voto, que é um Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal do PS, pelo falecimento de Filipa Vacondeus.” -----

----- **Voto de Pesar pelo Falecimento de Filipa Vacondeus** -----

----- *“Faleceu a 6 de Janeiro de 2015, Maria Filipa Carneiro de Mendonça Côte-Real Vacondeus, conhecida por Filipa Vacondeus. Nascida em Lisboa, na Lapa, a 12 de maio de 1933, viveu a sua juventude na Estrela, residindo durante mais de 45 anos no bairro de Campo de Ourique, sendo uma das suas figuras mais queridas e estimadas, mantendo-se sempre ativa no bairro de que gostava pelo comércio tradicional, pela ligação entre as pessoas e pela casa onde residia, na Rua Ferreira Borges.* -----

----- *Autora de uma vasta lista de livros de gastronomia e culinária, antes de cozinhar ser uma moda, tornou-se reconhecida pelo grande público a partir da década de 1980, depois de ter sido convidada pela direção de programas das RTP para apresentar uma série de programas sobre cozinha, na sequência de diversos jantares em sua casa, organizados pelo jornal O País, fundado pelo marido, José Vacondeus, por onde passaram parte da elite do país de então. Participou em diversos programas da RTP Porto, apresentando sempre a culinária numa linguagem acessível e próxima do público televisivo.* -----

----- *Autodidata, as receitas económicas tornaram-se a sua imagem de marca, ficando também ligada a uma célebre personagem criada por Herman José, a que Filipa Vasconcelos se referia com carinho.* -----

----- Publicou catorze livros gastronómicos, sendo o primeiro "Cozinhar é fácil", em 1994, e o último, "Os petiscos da Filipa", foi editado em 2013. Nunca abandonou a televisão, apresentando, desde maio de 2014, o programa "À Boleia de Filipa", ao lado de Filipa Gomes, no canal por cabo 24Kitchen, da FOX International. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 13 de Janeiro de 2015, delibera manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Filipa Vacondes e apresentar as suas mais sentidas condolências e a solidariedade perante a sua dolorosa perda junto da família enlutada." -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- "Portanto, eu ia propor á vossa consideração o Voto de Pesar. -----

----- Não vejo pedidos de palavra, vamos votar. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Pesar nº 1/54, "Pelo falecimento de Maria Filipa Carneiro de Mendonça Côrte Real Vacondes"**, subscrito pelo PS. O Voto de Pesar foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- Senhores Deputados Municipais terminada então esta parte dos nossos trabalhos, iremos então entrar no Período da Ordem do Dia." -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 - APRECIAR A PETIÇÃO Nº 7/2014 - CONTRA A CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE AUTOMÓVEL SUBTERRÂNEO NA PRAÇA/JARDIM DO PRÍNCIPE REAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO (2 X GRELHA BASE – 68M E 10M PARA OS PETICIONÁRIOS). APRECIACÃO DO PARECER DA 8ª COMISSÃO PERMANENTE.** -----

----- (A Petição n.º 7/2014 "*Contra a construção de um parque automóvel subterrâneo na praça/jardim do Príncipe Real*" e o Parecer da 8ª Comissão sobre a Petição, ficam anexadas à presente Ata como Anexo III e III.I respetivamente, e dela fazem parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- "Como sabem temos agendado hoje três petições, que deram entrada na Assembleia Municipal já há algum tempo. -----

----- E começo por pedir desculpa aos peticionários por termos demorado mais do que os trinta dias que estão previstos no regimento, mas isto deveu-se bastante à circunstância de as comissões que estavam a apreciar estas petições, além de ouvirem os peticionários terem feito uma série de diligências, para tentar ir mais longe e para tentar encontrar pistas para dar uma resposta às petições. -----

----- Nos termos do nosso regimento vamos começar pela petição n.º7 e vamos dar a palavra aos nossos subscritores, ao Senhor Jorge Teixeira Pinto e Carlos Gaivoto. -----

----- Penso que é o Senhor Jorge Teixeira Pinto, pode se chegar aqui à frente ao microfone. -----

----- Eu pergunto aos serviços se o filme para ser apresentado está em condições de ser apresentado? Está tudo em condições, foi testado? Já ai vem o técnico. -----

----- Recordo apenas que a intervenção...o Senhor Jorge Teixeira Pinto representa neste momento os outros subscritores também, não é assim? Portanto, tem dez

minutos para a sua intervenção e penso que gostavam de passar o filme no fim. Foi testado? Está em condições de passar? Esperemos que sim, portanto, pode usar da palavra.”-----

----- **O Senhor Jorge Teixeira Pinto representante dos peticionários:** -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, boa tarde Senhoras Deputadas e Senhores Deputados Municipais.-----

----- Em princípio eu estarei sozinho nesta apresentação da nossa Petição, estou a ver que o meu companheiro Carlos Gaivoto por qualquer razão não está presente, portanto, eu farei as vezes dele também no ponto em que ele é perito.-----

----- Vou tentar ser o mais breve possível. No final da minha pequena apresentação, vou pedir a vossa paciência para verem um pequenino filme sobre o estado em que se encontra hoje em dia o Jardim do Príncipe Real.-----

----- É um pequenino filme artesanal, com dois minutos, pouco mais, e é útil para vermos que a nossa luta não se restringe ao parque em si. Isso foi uma boa notícia que nos tivemos no princípio deste ano, no sentido de a Direção Geral de Património Cultural ter indeferido por questões técnicas o pedido do promotor em relação ao parque e nós congratulámo-nos com esse parecer da DGPC, e bem como, com a decisão de indeferir de que a Câmara Municipal de Lisboa realizou em relação a esse pedido.-----

----- É certo que a nossa ação não é determinante neste processo, bem entendido, portanto, a ação determinante cabe às instituições, à DGPC e à CML. Mas toda a gente há de convir que ter uma opinião pública que se mobilizou, que mobilizou os residentes, os frequentadores do jardim, através de ações várias junto à comunicação social, em reuniões que fizemos com os residentes, em petições presenciais com mais de seiscentas assinaturas, com uma petição *online* que foi já apresentada à Assembleia da República e irá ser eventualmente discutida na Assembleia da República com mais de quatro mil assinaturas, temos que aceitar que isso é confortável para quem está num organismo como a DGPC para fortalecer a sua decisão e as suas independências.-----

----- No entanto o que nós solicitamos à Assembleia Municipal de Lisboa é que, como representante da população lisboeta e em particular dos residentes na zona do Príncipe Real, tome uma atitude e recomende o que entender por bem à CML, no sentido não só de solicitar que qualquer outro projeto que venha a surgir para parques de estacionamento naquela zona e principalmente subterrâneos na área do Príncipe Real não volte a acontecer, porque já este projeto como vocês sabem, já não é a primeira vez que aparece. Portanto, sucessivamente de x em x de anos aparece um projeto destes reformulado, sempre com menos características ou mais características, mas é recursiva essa solicitação de fazer ali um parque.-----

----- Bem sei que o problema da mobilidade é um problema grave e agudo, e cada vez mais grave e mais agudo naquela zona, principalmente desde que houve as alterações no eixo da Avenida da Liberdade. Portanto, aquela zona, como toda a gente sabe, quem frequenta aquela zona, está saturada de trânsito. Nós já solicitámos o estudo dos índices de poluição, mas ainda não nos foi facultado esses dados, mas é evidente que é um das zonas mais poluídas da cidade.-----

----- E portanto, o que nós solicitamos à Assembleia Municipal de Lisboa é que recomende à CML, para tomar medidas que favoreçam o transporte público em detrimento do transporte privado, porque só assim é que se pode combater esse mal que é o uso constante de transporte privado com a poluição que provoca, poluição atmosférica e poluição sonora e congestionamentos, etc.-----

----- Não é através da construção de parques aqui ou acolá que se vai resolver esse problema, mas sim, melhorando e fornecendo mais transporte público para as pessoas se poderem deslocar, principalmente nos centros das cidades.-----

----- O facto de a Câmara ter avançado com as zonas de emissões reduzidas é um bom sinal, mas essas zonas de emissões reduzidas não resultam só através da proibição da circulação de automóveis mais poluentes, se de facto se continuar a permitir o uso indiscriminado do transporte privado nessas zonas centrais das cidades. -----

----- A nossa plataforma estará disponível para poder colaborar quer com a Assembleia Municipal de Lisboa, quer com a Câmara, quer com outros organismos do Estado, para estudar e propor medidas que tentem, digamos, minimizar esses problemas da mobilidade, principalmente naquela zona. -----

----- Termino esta minha pequena intervenção, pedindo a vossa atenção para a visualização deste pequeno e artesanal vídeo, que demonstra o estado de degradação em que se encontra o jardim presentemente. Lembro que o jardim foi sujeito a uma requalificação bastante onerosa para o erário público há cerca de cinco anos, em 2009, e um dos principais problemas que afetam o jardim hoje em dia, não é o único mas talvez o mais grave, é o estado do piso. Esse estado do piso, o reconhecimento do estado do piso como um dos factos mais graves, já foi reconhecido até pela própria tutela, que através do seu porta-voz do gabinete do Senhor Vereador José Sá Fernandes, o seu porta-voz deu uma entrevista a uma jornalista do Público e prometeu que em Outubro haveria uma solução para o piso através da colocação de um novo piso. No entanto, estamos em Janeiro, já passaram três meses e o piso continua completamente degradado. Eu penso que isso seria também uma boa recomendação que a Assembleia Municipal poderia fazer no sentido de resolver esse problema, não é o único como digo, mas um dos mais graves, que afeta depois viaturas, pessoas, animais, casas e a vegetação como é evidente, como vocês podem ver no filme.-----

----- Muito obrigado pela vossa atenção e passaria então à visualização do pequeno filme.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Agradecer aos petiçãoários por terem trazido aqui o problema e vamos então ver se estamos em condições de ver o filme.” -----

----- (Neste momento foi apresentado um pequeno filme pelos petiçãoários da Petição n.º 7/2014) -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Proponho um aplauso a este grupo de petiçãoários pelo alerta que nos deixa. ---

----- Vamos então agora dar a palavra ao Senhor Presidente em exercício da 8ª Comissão, para informar a Assembleia Municipal das diligências que foram feitas na sequência desta Petição e qual é o ponto da situação neste momento.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Franco (IND) na qualidade de Presidente da 8ª Comissão Permanente:**-----

----- “Uma nota necessariamente breve sobre os trabalhos da 8ª Comissão que cujo presidente o Professor Nunes da Silva, se encontra no estrangeiro, e portanto, eu como suplente me cabe dar aqui essa breve nota. -----

----- Começando também por referir, que este trabalho em sede de comissões foi em conjunto com a 4ª Comissão do ambiente e qualidade de vida, cuja presidente, lamentavelmente também não está, no caso da Senhora Deputada Municipal Sofia Cordeiro por razões de saúde inultrapassáveis.-----

----- O breve relatório que temos a respeito da Petição 7/2014, que eu não vou ler uma vez que o texto está disponível. Vou-me limitar a assinalar que reunimos por três vezes, portanto, em Outubro e novamente agora no princípio de Janeiro de 2015. Durante essas reuniões tivemos a ocasião de ouvir os peticionários, o Senhor Diretor Municipal de Mobilidade e Transportes Engenheiro Tiago Farias e na última reunião, realizada já neste ano de 2015 em 5 de Janeiro, tivemos a audição do Senhor Vereador Manuel Salgado, que neste caso era acompanhado pelo Chefe de Divisão da DMPRU Arquiteto Jorge Catarino. -----

----- Começamos como eu disse pela audição dos peticionários. O primeiro subscritor que acabámos de ouvir, o Senhor Jorge Teixeira Pinto, mais outros três peticionários que fizeram uma apresentação bastante expressiva, rica, dos problemas que identificaram na eventual construção do parque de estacionamento. Problemas esses que no entender dos peticionários, iriam centrar-se nos riscos que a construção do parque iria colocar ao Reservatório da Patriarcal, portanto, em termos de património histórico e cultural ali na zona. Riscos para as espécies arbóreas existentes no jardim. Eventuais riscos para a segurança estrutural de alguns dos edifícios confinantes com o largo, com o jardim, e além disso, que a construção daquele parque de estacionamento iria atrair mais tráfego para uma zona que já se encontra, conforme acabámos de ouvir, tão congestionada. -----

----- Na audição ao Senhor Diretor Municipal de Mobilidade e Transportes, o Engenheiro Tiago Farias, constatámos com alguma surpresa da comissão que a DMMT desconhecia inteiramente o projeto de construção o parque de estacionamento, o qual projeto andou a ser apreciado noutras unidades orgânicas da Câmara. Como o dirigente da área respetiva da Câmara não compareceu nessa audição dos serviços da Câmara, portanto, só na ponta final do processo já agora em Janeiro é que tivemos ocasião, enquanto duas comissões, tivemos ocasião de conhecer o percurso que o processo teve no interior dos serviços da Câmara. -----

----- Dado o desfecho que o processo veio a ter, portanto, eu considero que será um pouco excessivo estar-vos a dar nota de todas as informações que colhemos nestas audições. No dia 5 de Janeiro, quando reunimos para ouvir o Senhor Vereador Manuel Salgado, fomos confrontados, enfim, com poucos dias de diferença que o do Senhor Vereador tinha proferido um despacho de indeferimento no dia 30 de Dezembro de 2014 deste projeto, portanto, o Processo 588/2012. Ou seja, tratou-se de um projeto de um projeto que durante dois anos andou a ser sujeito a um conjunto de operações e

consultas, pareceres que foram emitidos por uma cadeia de doze operações sucessivas, algumas nas mesmas entidades, em que a maioria delas foram pareceres desfavoráveis ao projeto, havendo no meio um ou outro parecer favorável condicionalmente à introdução de determinadas alterações no dito projeto, sendo que no dia 9 de Dezembro de 2014, foi finalmente proferido um despacho desfavorável da Direção do Espaço e Património Cultural, é o nome atual desta instituição do Estado que por inércia ainda muitos designam por IGESPAR, mas trata-se da DGPC. Sendo que este despacho desfavorável de 9 de Dezembro por lei é um parecer, este parecer da DGPC é vinculativo, e como tal, não restou à Vereação na pessoa do Senhor Vereador Manuel Salgado outra alternativa que não fosse o indeferimento da proposta associada ao projeto.-----

----- Nessa última sessão conjunta das duas comissões, obviamente limitámo-nos a tomar conhecimento do desfecho do processo. A Petição de alguma forma atingiu os seus objetivos, os objetivos visados estão atingidos. Ainda assim, em momentos conclusivos do nosso trabalho foi frisada a necessidade de a CML continuar a procurar solução viáveis para a resolução do grave, gravíssimo, *deficit* de estacionamento para os residentes naquela zona, que está reconhecido, que está confirmado, tendo o Senhor Vereador Manuel Salgado informado que os serviços estão a procurar solução alternativas, do que será dado oportunamente conhecimento a esta Assembleia Municipal quando houver uma proposta concreta nesse sentido. -----

----- Julgo que é o que importa neste momento dar a conhecer à Assembleia Municipal.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Senhores Deputados Municipais o objetivo principal da Petição está alcançado. Era uma Petição contra a construção do parque automóvel na Praça/Jardim do Príncipe Real e como acabámos de ouvir a Câmara indeferiu o processo, e portanto, este parque de estacionamento proposto para o Príncipe Real não vai avançar, foi indeferido, e portanto, pensamos que está obtido o resultado que os peticionários desejavam, razão pela qual não há nenhum parecer nem recomendação da 8ª Comissão, mas naturalmente fica no ar que é necessário encontrar soluções alternativas para estacionamento naquela área.-----

----- Pela parte que cabe aqui à Mesa, felicitar os Peticionários porque temos bem consciência que o trazer estes assuntos à discussão pública e à comunicação social, também de certa maneira vai influenciar as tomadas de posição que os organismos depois tomam, e portanto, é muito importante que os cidadãos chamem a atenção para matérias, que eventualmente se passassem despercebidas, o desfecho podia ter sido outro. E portanto, felicitamos os peticionários pelo resultado alcançado, sendo que temos que continuar vigilantes, porque outras situações poderão aparecer. -----

----- Portanto, pela parte da Mesa, sobre a Petição n.º 7/2014 nada mais há a dizer e não há, portanto, parecer nem relatório da 8ª Comissão, há apenas um relatório informativo do Senhor Presidente da 8ª Comissão que acabou de ser agora apresentado e que está no *site*. -----

----- Pergunto dos Senhores Deputados Municipais quem é que quer usar da palavra?”

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP):** -----  
----- “Embora realmente tenha sido informado, nem sabemos que de facto este parque de estacionamento já não irá ser construído, razão pela qual estamos de facto todos de parabéns. -----  
----- Eu de qualquer forma gostaria de referir aqui umas breves palavras, até para memória futura como também já foi dito, e porque em relação ao próprio que ainda agora vimos os problemas de facto deste jardim são velhos, continuam de facto a verificar-se e há que haver alguma atenção, portanto é nesse sentido que eu gostaria de facto de dizer. -----  
----- Gostaria também de saudar os moradores e os subscritores da Petição contra a construção de um parque de estacionamento no Príncipe Real e que nos encontramos a debater após algumas audições, que nos ajudaram a esclarecer os problemas conforme aqui definido pelo relatório que foi apresentado pelo Senhor Presidente substituto da Comissão de mobilidade. Este é de facto um exemplo, mais um exemplo, de uma participação cívica que deve constituir realmente um modelo para todas as outras problemáticas na cidade. -----  
----- Em relação ao Príncipe Real e ao Jardim do Príncipe Real, nesta mesma Assembleia Municipal a 1 de Abril de 2014, colocámos ao Senhor Vereador Sá Fernandes, responsável pelos espaços verdes, algumas preocupações sobre esta nobre praça da cidade, nomeadamente sobre as medidas a tomar para a correção das deficiências no pavimento e os possíveis custos para a autarquia. A resposta do Senhor Vereador foi de concordância com as nossas preocupações e que a CML estaria atenta à resolução do problema, garantindo que o jardim continuaria como espaço de fruição dos lisboetas e de todos os que nos visitam. -----  
----- No entanto em sequência de acontecimentos posteriores, nomeadamente a tentativa da construção do parque, em Junho apresentámos uma recomendação que foi aprovada por maioria, na sequência de informações vindas a público sobre a realização de perfurações no solo do jardim e com declarações proferidas na imprensa por um responsável da EMPARK, referindo que aquelas se destinariam a um estudo hidrogeológico visando a construção de um parque de estacionamento subterrâneo. ----  
----- Nessa recomendação alertávamos para as várias consequências ambientais que daí adviriam, nomeadamente a nível das águas subterrâneas, que alimentam não só o jardim mas que são importantes para outros existentes. -----  
----- Para além disso, é reconhecido que o jardim é um dos mais emblemáticos de Lisboa, contando entre as suas espécies arbóreas um Cedro do Bussaco classificado como interesse público. -----  
----- Para além destes aspetos a petição sublinhava ainda o risco que a construção do parque estacionamento representaria para o Reservatório da Patriarcal e para uma das galerias do Aqueduto das Águas Livres. -----  
----- Neste contexto, congratulamo-nos pelo indeferimento da responsabilidade da CML e da construção deste parque de estacionamento, na sequência do parecer negativo emanado pela DGPC. -----

----- Entendemos também que se devem continuar a procurar soluções para se resolverem as carências de estacionamento para moradores, nesta zona. A solução, em nosso entender, deve passar por um diálogo permanente com os moradores, junta de freguesia e pela procura de espaços alternativos, que não impliquem de modo nenhum o pôr em causa a riqueza patrimonial e cultural do Jardim do Príncipe Real, nem hoje nem no futuro.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT):**-----

----- “Iniciamos a primeira assembleia do ano de 2015 com um conjunto de petições, instrumentos importantes da manifestação e promoção da cidadania e que permitem trazer a debate temas essenciais para a Cidade de Lisboa. Assim, aproveitamos a oportunidade para saudar todos os peticionários, pela sua iniciativa de participação ativa no futuro da cidade. -----

----- Relativamente à Petição n.º 7/2014 “Contra o parque automóvel subterrâneo no Príncipe Real”, o MPT subscreve todos os argumentos apresentados pelos peticionários. Estamos a falar de um projeto que há treze anos atrás foi alvo de contestação pública por parte dos moradores, tendo sido inviabilizado com pareceres negativos do IPAR, atual DGPC, e de vários especialistas nas áreas do património, ambiente, mobilidade e tráfego. Porém, em Maio de 2014 a empresa espanhola EMPARK, iniciou sondagens técnicas em três pontos distintos em redor do Jardim do Príncipe Real com o intuito de relançar de novo a construção do parque de estacionamento subterrâneo. Toda esta situação foi desencadeada à margem dos moradores da zona, apanhando-os completamente desprevenidos. -----

----- Face às notícias que vieram a público nos órgãos de comunicação social, dando como certa uma nova versão do então arquivado projeto de 2001, o MPT em 31 de Julho de 2014 remeteu um requerimento à CML no qual se pretendia os seguintes esclarecimentos.-----

----- A CML possui já todos os elementos necessários à aprovação do referido parque? Pareceres, estudos de impacto.-----

----- Dos elementos na posse do Município, quais os impactos positivos e negativos que advém da construção deste equipamento? -----

----- A CML vai aprovar a construção do parque de estacionamento subterrâneo no local supracitado?-----

----- Aos quais se obteve a seguinte resposta evasiva de conteúdo que passo a citar, “Em sede de audiência prévia após a entrega de novos elementos a DGPC foi novamente consultada, não tendo até à presente data emitido parecer. Sabe-se que a entidade requerente desenvolveu procedimentos e estudos, nomeadamente um estudo das características hidrogeológicas da área do Príncipe Real, solicitado no âmbito das competências da DGPC”.-----

----- Em 5 de Janeiro de 2015 em audição do Senhor Vereador Manuel Salgado, promovida pelas 8ª e 4ª Comissões Permanentes, foi dado conhecimento que o projeto de licenciamento do parque de estacionamento foi indeferido pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, com base no parecer negativo da DGPC. -----

----- O MPT congratulou-se com a decisão da DGPC, pois mais uma vez trava um projeto numa área sensível que coloca em causa diversos fatores, entre os quais destacamos a Patriarcal, peça central do sistema de condutas que compõem o Aqueduto das Águas Livres, monumento nacional, e a presença de várias espécies arbóreas protegidas, já classificadas como de interesse público. -----

----- Esta obra de construção em profundidade, para além dos demais impactos negativos provocados no conjunto de palacetes e edifícios, que constituem a paisagem da Praça do Príncipe Real e cujo valor patrimonial é reconhecido, pode também colocar em causa uma possível e futura candidatura do Aqueduto das Águas Livres a Património da Humanidade da UNESCO. Candidatura esta, para a qual indicava a recomendação apresentada pelo MPT em 18 de Fevereiro de 2014 e que esta Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, mas que até agora não temos qualquer conhecimento da intenção do Executivo Municipal. -----

----- Todavia, não podemos deixar de destacar um despacho do IPAR datado do ano 2000, que consideramos bastante pertinente e atual, “A proliferação de parques subterrâneos e especialmente este mesmo, contribuem de forma gravosa para a descaracterização da morfologia urbana dos espaços públicos. Estas construções em profundidade interferem diretamente nos sistemas hidrológicos, contribuindo para a alteração das dinâmicas normais do subsolo, potenciando os impactos de fenómenos como cheias rápidas. Tomando em consideração os argumentos elencados pelos peticionários, consideramos que este projeto deverá ser definitivamente arquivado, devendo a CML encontrar soluções alternativas para a construção de estacionamento à superfície nas imediações, seja pela pretensão de adaptar a silo automóvel as instalações da capital, seja por outra qualquer via.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP):**-----

----- “Relativamente à Petição n.º 7/2014 sobre o Jardim do Príncipe Real, gostaria em primeiro lugar de agradecer aos peticionários e congratular-vos pela iniciativa de apresentarem uma petição em defesa dos interesses dos munícipes e da sua qualidade de vida. -----

----- Dizer também que o CDS sempre manifestou reservas a uma solução de mobilidade, que passasse pela construção de um parque de estacionamento subterrâneo na Praça do Príncipe Real, face a todas as condicionantes em particular ambientais e patrimoniais e alcançadas no parecer da comissão, bem como nos pareceres da DGPC, aliás, solução gorada desde a apresentação do primeiro projeto em 1996.-----

----- Gostaria apenas de reforçar a necessidade que se mantém há vários anos de encontrar uma solução para o estacionamento de residentes nesta zona da cidade, por parte da Câmara. Não pode o Município aguardar pelos projetos de privados, é essencial que procure soluções, medidas, mecanismos, para fazer face à escassez de estacionamento para residentes, num problema que teima em perdurar e com tendência a agravar-se, face ao aumento de estabelecimentos comerciais na zona, diurnos e noturnos, da restauração ao Design, a salutar como contributo para a revitalização do bairro.-----

----- Embora seja sempre difícil é importante que entidades comerciais, moradores, comerciantes e munícipes, se juntem em torno da apresentação de propostas que possam encontrar soluções viáveis, gerando equilíbrios e consensos entre os vários interesses e necessidades da cidade. Contudo, parece-nos que o objetivo da Petição foi cumprido. -----

----- Da nossa parte contarão com o acompanhamento deste e de outros problemas de que a cidade padece.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE):** -----

----- “Relativamente à Petição “Contra a construção de um parque automóvel subterrâneo no Jardim do Príncipe Real”, em primeiro lugar o BE gostaria de saudar os quinhentos e sessenta e seis peticionários que tiveram todo este trabalho e de gerar massa crítica em torno deste tema, e também que, sempre manifestámos as nossas reservas também aqui nesta Assembleia Municipal relativamente a esta construção, considerando que já em 2001, com o arquivamento de um projeto anterior a população tinha vincado a sua oposição ao projeto da altura e que também poria em risco o Reservatório da Patriarcal e as galerias do Aqueduto das Águas Livres. -----

----- E portanto, folgamos em perceber que as várias componentes de todo este processo foram tidas em conta e que foi indeferido o respetivo projeto. E que possam neste momento continuar as diligências para encontrar a solução alternativa para um problema, que de facto é bastante real nesta zona, como em muitas outras. Tem a ver com o défice de lugares de estacionamento e que tem em conta os problemas levantados por esta petição e que também foram levantados ao longo do processo de audição pelas comissões relativamente a esta zona. -----

----- E portanto, daqui para a frente também esta solução possa contar com as palavras dos moradores e dos comerciantes da zona, porque aí é que está a riqueza deste tipo de iniciativas populares, para que de facto possam ser ouvidos e que as soluções encontradas tenham também isso em conta.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS):** -----

----- “Este debate sobre o projeto de construção de um parque de estacionamento sob o jardim do Príncipe Real decorre do cumprimento de um dever regimental, mas não é a enunciação destes deveres que constitui o destaque desta intervenção nem das que a cederam, é o resultado, os efeitos, desta apreciação da petição para o futuro. -----

----- Felicitamos por isso e antes de mais, os peticionários, pela vigilância ativa que exercem sobre um espaço que desde a segunda metade do Século XIX se constituiu como uma referência em Lisboa. Para tanto contribuem os elementos que o distinguem e que merecem classificação paisagística e cultural, como sejam o Cedro do Buçaco que tivemos oportunidade de visualizar aliás e a infraestrutura hidráulica, constituída por uma galeria do Aqueduto das Águas Livres e pelo Reservatório da Patriarcal. Mas é também no plano imaterial que se destaca este espaço, não nos podemos esquecer da dinâmica social e criativa que o local, o Jardim do Príncipe Real e o Bairro Alto, essa zona envolvente, têm consolidado nas últimas décadas e que motivam a vontade de preservação das suas características distintivas em Lisboa. -----

----- Como noutras zonas da cidade o Jardim do Príncipe Real debate-se com a pressão exercida pelo transporte individual sobre o ordenamento do espaço público disponível, não raras vezes a fruição do espaço público é severamente prejudicada, como sucedeu durante demasiado tempo com o Terreiro do Paço e ainda se continua a verificar no Campo das Cebolas. Estes fenómenos não se resolvem por si só, requerem uma intervenção política.-----

----- Neste contexto assiste-se, pelo menos desde 1996, a uma dialética burocrática marcada por sucessivas alterações ao projeto de edificar no subsolo do Jardim do Príncipe Real um parque de estacionamento automóvel. A promoção de iniciativas de alargamento de oferta de estacionamento automóvel não tem que ser diabolizada, um projeto, não este mas outro, poderia mitigar as dificuldades sentidas por moradores e por visitantes e especialmente para os moradores que permitir-lhes-ia conjugar as rotinas de vida e a liberdade de escolha de um meio de mobilidade.-----

----- Deste longo processo destacamos as sucessivas abordagens multidisciplinares que estão disponíveis para consulta dos Senhores Deputados Municipais, especialmente para aqueles que as põe em causa, o processo está disponível e que tendem a aferir da sustentabilidade aos diversos níveis em análise, Arquitetura, Arqueologia, Arquitetura Paisagista, com realce para os estudos hidrogeológicos realizados. Enaltecem-se os esforços realizados no sentido de ajustar e de atingir a sustentabilidade para o projeto, mas o que é certo, é que as dúvidas não foram removidas e se as dúvidas ainda subsistem, demovem e fundamentam a não-aceitação de uma intervenção que poderia significar uma evolução irreversível de perda identitária de uma zona importante para Lisboa. É o que atestaram o ex IGESPAR, atual DGPC, e a CML que indeferiu o projeto.-----

----- Só para enunciar alguns riscos, não é suficientemente garantido ou previsível o desempenho hidrológico do local após a implantação da infraestrutura de estacionamento subterrâneo, nem estão completamente salvaguardadas a integridade do património existente. Mas não nos podemos esquecer que a situação atual não é satisfatória e que parte da solução pode estar na diversificação da oferta de transportes coletivos, como já foi aqui referido e como também foi salientado pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, nomeadamente através da reativação da linha vinte e quatro do elétrico.-----

----- Este debate não é certamente um ponto de chegada, ma um ponto de partida para a construção de soluções de estacionamento alternativas na zona do Bairro Alto e das Mercês, objeto de elevada procura para habitação e serviços, o que seguramente será prosseguido em articulação entre a Freguesia da Misericórdia e a CML.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV):**-----

----- “Em primeiro lugar, o Grupo Municipal do Partido Ecologista «Os Verdes» saúda a Petição nº 7/2014, intitulada “Contra a construção de um parque automóvel subterrâneo na praça/Jardim do Príncipe Real” e os seus peticionários.-----

----- Esta Petição é um exemplo de que quando os cidadãos se unem em torno de uma só causa, neste caso, a defesa do seu Jardim, o resultado pode ser, como o foi, uma

clara vitória, não só dos cidadãos, não só do Jardim, mas de todo o património que este compreende e que esperamos, de ora em diante, seja defendido e preservado. -----  
----- Em 2009, ano da requalificação do Jardim, foi também ano de contestação dos moradores em relação a uma intervenção camarária, que de requalificação nada teve. Desde a substituição de canteiros de flores por relvados que não conseguem nascer, ao arranque de sebes e do maciço de buxo antigo, até ao abate de quase cinquenta árvores, muitas delas de grande porte, deixando as restantes em precário estado de saúde. Tanto no entendimento do PEV, como para os moradores, nunca foi em nada uma requalificação de um Jardim, quanto mais um tão emblemático, como é o do Príncipe Real.-----

----- Na altura, várias foram as visitas do Grupo Municipal do PEV ao Jardim, onde, entre outras situações, pudemos constatar o abate da cortina arbórea de proteção em volta do Jardim, fazendo com que as árvores no interior deste, adaptadas a condições de temperatura, vento e sombra, que com a intervenção foram mudadas radicalmente, se ressentissem, começando a mostrar sinais de doença e muitas tiveram mesmo de ser abatidas.-----

----- Também o material utilizado para revestir o piso do Jardim, feito à base de vidro moído, foi muito contestado, tendo merecido várias visitas e um requerimento por parte do Grupo Municipal de «Os Verdes», uma vez que dois dias após a sua aplicação levantou imenso pó, representando mesmo um perigo para a saúde pública e também para as próprias árvores do Jardim. «Os Verdes» constataram ainda em visitas posteriores que, diariamente, trabalhadores da autarquia tinham de “regar” o referido pavimento, para fazer assentar o pó.-----

----- A possível construção de um parque de estacionamento no Jardim do Príncipe Real soou mais uma vez as campainhas, quando se começaram a verificar sondagens técnicas ao redor do Jardim, em Maio de 2014, para um projeto ainda maior do que o previsto há 13 anos. Na altura, tal como hoje, os moradores disseram não. Disseram não, pela importância do Jardim, por tal projeto colocar em sério risco a integridade e a salvaguarda do Reservatório da Patriarcal e respetivo sistema de condutas, situado sob o lago do Jardim, que faz parte do Aqueduto das Águas Livres, património classificado como Monumento Nacional. Disseram não, por todo o rico património vegetal que o Jardim possui, no qual se incluem sete espécies de interesse público, pelo conjunto de edifícios centenários que circundam a praça e pelo aumento de tráfego automóvel numa zona já com problemas. Disseram não, pois a construção do parque de estacionamento iria inviabilizar toda e qualquer candidatura do Aqueduto das Águas Livres a Património Mundial pela UNESCO. Também o PEV disse não, e várias foram as iniciativas nesta Assembleia Municipal, requerimentos, moções e recomendações, aquando da requalificação de 2009 e recentemente sobre o parque de estacionamento.-----

----- O Grupo Municipal do PEV congratula-se com o indeferimento dado pela Câmara ao parque de estacionamento, mas considera que não deveria ter sido necessários pareceres com a não aprovação para que a autarquia dissesse não ao projeto. Deveria ter bastado o facto de este se pretender localizar num jardim

emblemático da cidade de Lisboa, como o Jardim do Príncipe Real, para receber uma recusa imediata da Autarquia.-----

----- «Os Verdes» consideram ainda ser necessário resolver o problema de estacionamento, que deverá passar primeiro pelo reforço dos transportes públicos, nomeadamente com a reativação da linha do elétrico nº 24, Caís do Sodré – Campolide, de forma a dissuadir as pessoas a utilizar o automóvel particular e estacionar naquele local, permitindo que os moradores possam ter acesso aos seus devidos lugares de estacionamento.-----

----- Esperamos igualmente que de agora em diante se pense no Jardim do Príncipe Real como um jardim a proteger, quer seja nas suas demais componentes de jardim propriamente dito, englobando espécies, bem como, toda a sua componente patrimonial como seja o Reservatório da Patriarcal.-----

----- Para terminar voltamos a saudar esta iniciativa e os seus peticionários e deixamos também o compromisso por parte de «Os Verdes», de tal como até agora, continuar a defender o Jardim do Príncipe Real, o seu património e a qualidade de vida das pessoas.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND):** -----

----- “Os Senhores Deputados Municipais Independentes gostariam de saudar mais uma vez esta iniciativa cidadã, destes peticionários que promoveram esta iniciativa contra a construção do parque automóvel subterrâneo na Praça do Príncipe Real. -----

----- Igualmente gostaríamos de realçar o trabalho da 8ª e 4ª Comissão Permanente, que ouviram estes peticionários e também o Diretor Municipal de Mobilidade e Transportes, que na altura como sabem, foi já aqui descrito nos trabalhos, afirmou na altura desconhecer o projeto, e portanto, foi necessário solicitar aos serviços da Câmara o envio deste processo a esta Assembleia Municipal, assim como a audição do Senhor Vereador Manuel Salgado. Tendo a CML informado na altura, que relativamente a este processo de licenciamento do projeto de arquitetura para a construção do parque de estacionamento, que deu entrada na Câmara em 2012, que foram transmitidas ao proponente algumas condições prévias para aprovação do projeto de arquitetura que já foram aqui faladas, como a garantia de que não colocasse em risco os elementos classificados do património, como o Reservatório da Patriarcal e que esta garantia devia ser objetivada por um parecer favorável da atual DGPC. -----

----- Como sabemos, nessa mesma reunião foi informado e depois enviado o ofício a esta Assembleia Municipal deste parecer negativo e vinculativo da Direção Geral, e portanto, nisto resultou o indeferimento deste processo, e portanto, seria antes de mais, importante frisar esta saudação desta cidadania ativa dos peticionários, num processo que teve para estes um desfecho feliz, que foi o indeferimento deste processo. Mas também frisar a necessidade de continuar a procurar soluções viáveis para a resolução do problema de estacionamento para os residentes, que se verifica naquela zona. -----

----- Muitas soluções podem e devem obviamente, ser procuradas, por exemplo através, e já foi aqui também referida essa solução, de silos automóveis, que já foi experimentada em outras zonas da cidade com sucesso.-----

----- Mas acima de tudo gostaríamos de realçar, como já aqui dissemos, que o importante é a participação nestes processos e de facto o envolvimento, não só a petição mas o envolvimento desta Assembleia Municipal permitiu que em tempo útil fosse respondido e esclarecido este processo, e para já obviamente, não será construído um parque de estacionamento no Príncipe Real e isso parece-nos para já o mais importante.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN):** -----

----- “Vimos hoje falar sobre esta petição. Petição que foi em boa altura lançada por esta iniciativa cidadã. -----

----- Esta petição do Príncipe Real, quando apareceu, apareceu quase como um grito de auxílio das populações e de certa forma ressoou nos Senhores Deputados Municipais e na restante população, porque tornava-se evidente que algo de negativo estava para acontecer. -----

----- E isso é a reflexão que eu quero trazer aqui, a reflexão de que por um lado estas iniciativas cidadãs de peticionários são indispensáveis e por outro lado, de alguma forma alertar as vereações para não se deixarem cair nestas armadilhas da vida, que é estar quase a aceitar um parque de estacionamento que toda a gente via, ou para alguns estava evidente, que era completamente inaceitável. -----

----- Por isso foi com alguma pena, que chegámos à conclusão de que não fora a reprovação séria das entidades, este projeto teria sido aprovado e isto é a parte que para mim ressalta como negativa e que deve ser tomada como lição para o futuro. -----

----- É evidente que os cidadãos devem estar alerta, devem estar atentos, devem continuar a fazer este trabalho que é muito importante. Mas também é importante que quem tem a gestão do governo da cidade a seu cargo, numa primeira análise faça uma análise de bom senso e que veja que há coisas que são inaceitáveis. Por isso é com alguma preocupação que nos deixa o facto de este assunto não estar ainda removido da discussão, amanhã pode ser apresentado outro projeto para o mesmo lugar e tudo se voltará a repetir. Acho que isso é negativo para todos, acho que não deve acontecer, acho que este parque deve ser removido definitivamente da discussão. Para além disso é um parque com uma capacidade excessiva, que iria não só dar espaço a moradores, mas também a cidadãos eventuais que viessem visitar, nomeadamente o Bairro Alto e para isso há outras soluções, há outras soluções, que embora já estejam se calhar estudadas começam agora a ser mais faladas, como a reativação do 24 e a feitura de silos automóveis para residentes. -----

----- Por isso eu queria finalizar com um agradecimento aos cidadãos, à sua atenção, pedir-lhes para que continuem a olhar pela nossa cidade que nós faremos outro tanto e esperar que este assunto, seja completa e definitivamente removido da agenda.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “A Mesa informa que é a último Senhor Deputado Municipal inscrito nesta matéria. -----

----- Pergunto, pois não sei se a bancada da Câmara quer usar da palavra? -----

----- Ninguém me faz sinal, presumo que não.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PS):** -----

----- “A Junta de Freguesia da Misericórdia felicita os peticionários pela apresentação desta petição, que expressa uma grande preocupação com o Jardim do Príncipe Real, um dos jardins mais bonitos de Lisboa. -----

----- Preocupação também ela partilhada pela Junta de Freguesia, aliás, como membro da 4ª Comissão e presidente da junta de freguesia, proponho uma visita ao jardim para se poder verificar a situação atual, dado que durante o ano passado, nomeadamente o mês passado, a Câmara e a Junta de Freguesia fizeram várias intervenções a nível do tratamento e poda de árvores. -----

----- Por isso a Junta de Freguesia congratula-se com a decisão da Câmara de não construção do parque, na medida em que os estudos efetuados não asseguram que o mesmo não coloque em causa o património histórico e arbóreo do jardim. Aliás, na sequência do que sempre disse que faria, caso os pareceres fossem negativos. -----

----- Gostaria contudo de sublinhar a necessidade de estacionamento para residentes, existente nesta área. Se estamos preocupados com a conservação do jardim, também estamos preocupados com a falta de estacionamento existente nesta zona. Não devemos esquecer que nesta área, há mais dísticos da EMEL para residentes que lugares de estacionamento, portanto, não se trata só de criar mais lugares para quem visita aquela zona, mas trata-se sobretudo de criar estacionamento para quem lá reside. -----

----- Assim, o que esperamos é que a Câmara continue a estudar novas soluções de estacionamento, como a construção do silo no Bairro Alto no edifício onde funcionava o jornal “A Capital” e o parque de estacionamento no mercado do Rato, que apesar de se situar fora da freguesia, fica perto da área e já era uma ajuda para resolver o problema.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “A Mesa não regista mais pedidos de palavra pelo que fica encerrado o debate sobre a Petição n.º 7/2014, naturalmente congratulando os peticionários por terem alcançado o seu objetivo.” -----

----- **PONTO 2 - APRECIAR A PETIÇÃO N.º 8/2014 – POR UMA SOLUÇÃO PARA A VILA MACIEIRA, POR QUESTÕES DE SEGURANÇA E DE SAÚDE PÚBLICA, NOS TERMOS DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO (2 X GRELHA BASE – 68M E 10M PARA OS PETICIONÁRIOS). APRECIACÃO DO PARECER DA 3ª COMISSÃO PERMANENTE.** -----

----- (A Petição n.º 8/2014 “*Por uma solução para a Vila Macieira, por questões de segurança e de saúde pública*” e o Parecer da 3ª Comissão sobre a Petição, ficam anexadas à presente Ata como Anexo IV e IV.I respetivamente, e dela fazem parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Vamos apreciar agora a Petição n.º 8/2014 “*Por uma solução para a Vila Macieira, por questões de segurança e de saúde pública*” -----

----- A primeira peticionária desta petição é a Senhora Deputada Municipal e Presidente da Junta de Freguesia, Natalina Moura, a que eu solicitava que viesse então apresentar em nome dos subscritores, viesse apresentar a petição. -----

----- A Mesa informa que a outra pessoa que faz parte dos primeiros subscritores, gostaria de ter estado presente, mas não pôde por razões profissionais, e portanto, o Engenheiro António Monteiro da Silva não pode estar presente e delegou na Senhora Presidente da Junta, Natalina Moura.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natalina Moura na qualidade de representante dos petiçãoários:**-----

----- “Saúdo e felicito com simpatia a atitude dos petiçãoários no sentido de terem exercido o direito de cidadania ativa, a todos títulos notável e sobretudo nos tempos que correm, cada vez mais se deve incentivar. -----

----- Acompanho sentimento de mal-estar, a preocupação, o desencanto, o desassossego, pela situação a todos os títulos insustentável da vivência da Vila Macieira, que pelo retrato social da população, procura como abrigo um espaço sem quaisquer condições de habitabilidade e higiene. -----

----- Os perigos que advêm deste espaço para os residentes, na sua maioria população flutuante, estão identificados e inclui entre outros perigo de incêndio e devido á degradação e perigo iminente da derrocada, quedas graves do vão suspenso que tem acontecido até com alguma frequência. Acresce ainda a existência de movimentações estranhas de carros e pessoas, num constante entrar e sair e que podem estar relacionados com casos de droga e prostituição. -----

----- Esta é uma situação geradora de natural inquietação por parte dos moradores, bem plasmada na petição assinada por duzentos e oitenta e três munícipes, no apelo que fazem aos serviços municipais no sentido de viabilizar uma solução para a Vila Macieira, sito na Calçada dos Barbadinhos na antiga Junta de Freguesia de Santa Engrácia. -----

----- Ontem mesmo, sabendo a discussão deste caso em Assembleia Municipal e não podendo estar presentes, alguns destes signatários fizeram-me chegar uma missiva que passo a citar, “Os moradores da Freguesia de São Vicente querem agradecer à Assembleia Municipal o interesse demonstrado na Petição n.º 8/2014, que é para nós sinónimo de vontade em resolver este problema de saúde pública e de segurança.”. E chamam a atenção e de novo cito “Queremos que as pessoas que habitam a vila sejam realojadas em locais apropriados, emparedar a vila não é resolver o problema, e não é resolver mesmo, já que no dia seguinte o espaço seria de novo ocupado. Achamos e chegámos a um ponto sem retorno e a melhor solução é sem dúvida a demolição da Vila Macieira, como solução para este problema de segurança e de saúde pública.”. ----

----- Não se adivinha fácil num bairro pacato com uma população envelhecida, receosa face ao aumento de assaltos a casas, viaturas e pessoas na área circundante da vila em apreço. Este pequeno excerto está no parecer da 3ª Comissão. -----

----- Coabitar com esta situação, embora salvasse a relação direta entre os dois fatores, como é salientado na petição, que dá conta dos casos sociais desesperantes de privação e de dignidade que envolvem este caso. -----

----- Nos últimos dois anos a situação tem vindo a degradar-se devido certamente à crise económica que o País atravessa. Neste espaço já estiveram o Senhor Vereador João Afonso, o Senhor Vereador Carlos Castro, estiveram igualmente o Senhor

Comandante da Polícia Municipal André Gomes, para verificar em bloco exatamente o estado da arte em que a vila se encontra e também porque aí se têm ocorrido alguns focos de incendio com muita frequência aliás. -----

----- Na deslocação efetuada pela 3ª Comissão ao local em 21 de Novembro de 2014, foi facilmente observável o emparedamento em grande parte destruído, portanto, não vale a pena emparedar para ser de imediato destruído. Na visita a Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra, também membro da comissão liquidatária da EPUL, deu conta dos projetos que estiveram em equação para aquele espaço. Desde 2001, notem bem, desde 2001 e que incluíam um espaço para residência de idosos, um outro para residência universitária, e destes é o que a memória reza, não sei se terá havido mais projetos. -----

----- Hoje, passados catorze anos, a posse do espaço pertença da EPUL passa para a CML. Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente e face às conclusões do parecer da 3ª Comissão e das recomendações da mesma com as quais me identifico, faço votos para que não se dilate no tempo a solução preconizada para um problema grave de saúde e habitabilidade, que encontra proteção jurídica, e antes mesmo ética, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição da República Portuguesa que consagra a habitação como direito social. -----

----- Em nome do Executivo e de todos os peticionários que me confiaram a missão de olhar com cuidado, para a qualidade de vida dos munícipes de São Vicente, designadamente os peticionários e não só que deram a voz a este caso. Apelo, é um apelo sincero e veemente, no sentido de acelerar uma solução condigna para este caso em que sejam assegurados os direitos sociais dos desabrigados da vida, é assim que os costume chamar. Tenho dito e bem hajam pela vossa atenção.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “A Mesa vai pedir agora a palavra ao Senhor Deputado Municipal Relator do parecer sobre a Vila Macieira, que é o Senhor Deputado Municipal Diogo Moura do CDS-PP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP) na qualidade de Relator da 3ª Comissão Permanente:** -----

----- “Eu não iria explanar aquilo que está escrito e descrito pelos peticionários, porque a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente já o fez, portanto, passaria às diligências efetuadas pela comissão. -----

----- A primeira diligencia tomada pela 3ª Comissão foi a audição aos peticionários, realizada no dia 19 de novembro de 2014. Durante a audição os peticionários destacaram os seguintes aspetos. -----

----- Que a propriedade da vila é da EPUL, encontrando-se ocupada indevidamente por elementos estranhos há pelo menos dez anos. -----

----- Que todos os moradores inquilinos da EPUL na vila foram realojados pela empresa, mas que entretanto a mesma foi sendo ocupada, uma vez que o emparedamento efetuado foi destruído ao longo do tempo. -----

----- Reforçaram a inexistência de condições de habitabilidade e higiene. O facto de a realização de fogueiras colocar em perigo o tecido urbano envolvente, e também, que

o número de ocupantes tem aumentado em resultado do agravamento das condições sociais, económicas e financeiras de muitos deles. -----

----- Frisaram ainda que poderá haver uma relação entre estas ocupações ilegais e a constante movimentação de entradas e saídas da vila, por elementos estranhos à comunidade local e o aumento de assaltos na freguesia. -----

----- Por outro lado, um dos inquilinos da EPUL com estabelecimento comercial anexo à entrada da vila, revelou as tentativas de entrada no espaço que tem arrendado, bem como o cheiro nauseabundo e insuportável vindo da vila, com especial incidência no Verão, e ainda, as infestações de pulgas devido à presença de gatos. -----

----- Os peticionários relataram também os roubos de contadores de água, eletricidade e de cabos, o que originou várias queixas junto da PSP. -----

----- No final da exposição e desta audição, informaram que habitam na vila entre quinze a vinte pessoas. -----

----- Salienta-se também que vários Senhores Deputados Municipais colocaram questões aos peticionários. Nomeadamente se o assunto está a ser acompanhado pelos Serviços Sociais da CML? Se têm conhecimento da decisão da demolição até Dezembro de 2014? Qual a resposta dada pelo Município e Proteção Civil aos casos de fogo? E se foram efetuadas diligências junto dos serviços da Câmara?-----

----- No seguimento destas questões os Senhores peticionários informaram da situação vivida por um advogado, que habita uma residência de um primeiro andar da vila e das várias tentativas de apoio social que têm informado a EPUL do estado do edificado e das situações decorrentes de ocupação ilegal, bem como facto de a Proteção civil se ter deslocado ao local inúmeras vezes, para proceder a limpezas do terreno e dos acessos públicos à vila. -----

----- Posteriormente a comissão entendeu fazer uma visita ao espaço, portanto, à Vila Macieira, que decorreu no dia 21 de Novembro. Durante esta visita foi possível constatar o seguinte e destaco apenas estes pontos: -----

----- Que as intervenções efetuadas para efeitos de emparedamento em grande parte foram destruídas, bem como a manifesta insalubridade provocada por dejetos e lixo acumulado quer nos acessos, quer no terreno baldio adjacente, quer no interior de algumas habitações em que o lixo já chega a meio da altura da fração; -----

----- A degradação do edifício, o risco eminente que os habitantes do primeiro andar correm, face aos acessos precários e debilitados a esta zona; -----

----- Verificou-se ainda a existência de criação de animais, sendo ainda possível trocar impressões com um dos moradores; -----

----- Durante a visita a Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra, também membro da comissão liquidatária da EPUL, informou entre outros dados, que a comissão liquidatária da EPUL previa a demolição da vila até 31 de Dezembro de 2014. -----

----- Posteriormente e face a estes dados, quer a audição dos senhores peticionários quer a visita à Vila Macieira, foi ouvida em sede de comissão a Senhora Diretora Municipal da Habitação, Engenheira Marta Souto Maior, no dia 13 de Dezembro. Desta audição destacam-se os seguintes pontos: -----

----- A confirmação da titularidade do lote pela EPUL, que entre 2001 e 2002, face aos programas PER e a erradicação de barracas na zona do Vale de Santo António e com vista à desocupação e conseqüente demolição da vila, diligenciou junto da Câmara para que as famílias ali alojadas fossem transferidas para fogos de habitação social municipal; -----

----- Nesse sentido a câmara, pelo então Senhor Vereador Vasco Franco, efetuou levantamentos dos ocupantes da vila tendo procedido ao realojamento de vinte e quatro das trinta e duas famílias residentes, para habitações dos PER 5 e 7, sediadas no Vale de Santo António; -----

----- Informou ainda que a Câmara tem registos de emparedamentos efetuados pela EPUL em 2001, portanto, posteriores às desocupações e em 2010, não se registando à data qualquer ocupação indevida; -----

----- Afirmou também que as últimas ocupações são de população flutuante. Que o departamento de desenvolvimento social atua, neste e em casos semelhantes, com a tipificação da situação social dos ocupantes e procedendo ao respetivo encaminhamento para programas da Câmara, da Santa Casa ou através de outros parceiros sociais, mas que no entanto a iniciativa de desocupação ou outras é sempre do proprietário tendo a Câmara o papel de apoio social e de cooperação. -----

----- Por fim, a comissão procedeu à audição da Senhora representante do Senhor Vereador Manuel Salgado, a Arquiteta Sara Ribeiro que referiu entre outros assuntos o seguinte. A existência de um estudo realizado pela EPUL em 2013, que face à dissolução da empresa ficou parado, tendo os serviços camarários elaborado um novo estudo em 2014 e no cumprimento da intenção da EPUL em demolir o edificado existente, procedendo à regeneração daquela área em conformidade com a zona envolvente e necessário enquadramento urbanístico, uma vez que a opção de reabilitação se encontra à partida excluída. A Arquiteta apresentou ainda um estudo elaborado pela Câmara que pretende respeitar a tipologia de pátio/vila-operária, proposta de dois pisos mais cobertura, harmoniosamente enquadrados com os restantes edifícios, sendo que os alinhados com a calçada dos barbadinhos terão quatro pisos. Para a restante área está prevista a construção de novos edifícios para habitação T1 e T2 e piso térreo para comércio, com ligação pedonal entre a Calçada dos Barbadinhos e o Vale de Santo António, em que a área traseira do lote será afeta a espaço verde. -----

----- No seguimento da visita e audições bem como da necessidade de confirmar a intenção de demolição da Vila Macieira e da sua adjudicação e previsão até 31 de Dezembro de 2014 e uma vez que não haveria tempo útil para efetuar a audição, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal diligenciou junto da comissão liquidatária da EPUL no sentido de obter os referidos esclarecimentos, sendo que até ao momento de aprovação do parecer, portanto, no dia 5 de Janeiro, não foi rececionada qualquer resposta. No entanto e na mesma data, mas posterior à aprovação, a 3ª Comissão tomou conhecimento da resposta da comissão liquidatária que pese embora não se encontre contemplada no parecer, importa dar conhecimento ao Plenário, aos peticionários e ao público em geral e que passo a ler. -----

----- “Tal como solicitado informamos Vossa Excelência, que cumprindo os prazos previstos no plano de liquidação da EPUL aprovado pela Câmara, aprovaremos amanhã dia 30 de Dezembro, a deliberação de encerramento do processo de liquidação desta entidade. Em consequência nos termos aprovados pela Assembleia Municipal a propriedade da Vila Macieira, transferir-se-á nessa data para o Município de Lisboa”. Ou seja, a resposta da comissão liquidatária não responde à pergunta essencial sobre o processo de demolição, mas informa que a Vila Macieira na presente data, hoje, é propriedade do Município. Contudo, a resposta ora lida em nada altera as conclusões e recomendações aprovadas pela comissão e que passo desde já a ler para terminar.-----

----- Conclusões apresentadas pela comissão.-----

----- Primeiro. A Vila Macieira encontra-se em avançado estado de degradação, representando um perigo público para a segurança de pessoas e bens, bem como para a saúde pública;-----

----- Segundo. Os emparedamentos efetuados ao longo de anos, desde o processo de realojamento, tornaram-se ineficazes face a ocupações ilegais que levam às preocupações manifestadas no ponto anterior;-----

----- Terceiro. Independentemente da situação socioeconómica e de saúde dos atuais ocupantes, é essencial encontrar uma solução com respeito pela dignidade humana e no apoio à procura de novas oportunidades;-----

----- Quarto. Importa encontrar, com a maior brevidade possível, uma solução urbanística para a Vila Macieira que respeite a harmonia com a zona envolvente;-----

----- Quinto. Face à dissolução da EPUL, proprietária da vila, e à internalização pela CML dos serviços e obrigações da empresa municipal, que se proceda ao imediato encaminhamento dos ocupantes ilegais e sequente demolição do edificado;-----

----- Sexto e último. A comissão considera que os estudos apresentados pelos serviços camarários de reconversão da atual Vila Macieira irá contribuir para a resolução deste problema e na melhoria urbanística desta zona da cidade, aliando as necessidades atuais à manutenção da história de Lisboa, nomeadamente com a compatibilização entre novos edifícios com a tipologia de vila operária.-----

----- Para terminar a comissão apresenta a este Plenário as seguintes recomendações. --

----- Em primeiro. Que Efetue o levantamento dos ocupantes ilegais do edificado, procedendo ao devido encaminhamento dos mesmos e ao emparedamento da vila, envolvendo a Junta de Freguesia de São Vicente bem como os parceiros sociais da CML e a rede social da freguesia, se necessário;-----

----- Segundo. Justifique a razão pela qual não foi dado cumprimento à decisão de demolição da Vila Macieira e esclareça a Assembleia Municipal e os peticionários, se face à extinção da empresa e internalização das suas obrigações na CML, mantém a intenção de proceder à sua demolição, prevista e adjudicada pela EPUL conforme veiculado;-----

----- Terceiro e último. Determine a urgente demolição do edificado e vedação do lote, com vista à regeneração do espaço e no espírito do estudo apresentado pelos serviços municipais à 3ª Comissão.-----

----- Por fim Senhora Presidente resta-me informar que o presente parecer foi aprovado por unanimidade, em reunião da comissão aprovada a 5 de Janeiro.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----  
----- “Agora sim vamos dar a palavra aos Senhores Deputados Municipais que pretendem intervir sobre esta matéria.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP):** -----  
----- “O quadro desta situação está dado e com imagens e é muito evidente, que é uma situação que degrada a imagem da cidade e a imagem da própria EPUL, já extinta, e também da CML. -----

----- Há treze anos que essa situação existe e há treze anos que circulam por ali e habitam, pessoas que ou ficam ou depois saem e são substituídas. Há emparedamentos, há ameaças, há incêndios e no entanto não há uma atitude clara por parte da CML na resolução deste problema. -----

----- Eu perguntava à Mesa e à Senhora Presidente, porque no início das projeções estava presente o Senhor Vereador Manuel Salgado e agora não está e eu gostaria de saber na boa-fé quem é que da Câmara estará a representar? -----

----- É evidente que estarão todos os Vereadores presentes e Vereadoras, salvo erro, mas há uma responsabilidade por esta área e devia estar alguém da Câmara para de facto dar resposta às questões que foram aqui colocadas pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia, digamos, que pertence também aos subscritores da petição, e já também, sobretudo pelo relator, aliás, num excelente parecer que convém ler, ler e ter em conta. -----

----- E portanto, era bom que nós saíssemos daqui com ideia daquilo que a CML pretende fazer, porque de facto, a representante do Senhor Vereador Manuel Salgado na comissão numa reunião que tivemos, apresentou um estudo e falou-se da regeneração da área uma vez que a opção da reabilitação se encontra à partida excluída e foi apresentado um estudo elaborado pela CML, dois pisos mais cobertura, sendo que os alinhados com a Calçada terão quatro pisos. O problema é tomar as medidas céleres e eficazes, como se diz no parecer, com o enquadramento das questões habitacionais e sociais existentes, também se lá diz. -----

----- E ninguém falou aqui do realojamento ou não dos atuais habitantes, porque haverá pessoas com algum direito, pelo menos nós apercebemo-nos na visita que fizemos que há pessoas provavelmente com direitos e outras que estão ali de passagem. E portanto, toda esta situação carece de um estudo de levantamento aprofundado, como foi aliás visto na comissão e como ficou claro também no próprio parecer. -----

----- Agora a pergunta é muito clara. Se esta zona fosse exposta ao turismo, e digamos assim á possibilidade de projeção de imagens, estaria a questão a avançar e a ser resolvida? O que é que vai fazer efetivamente a Câmara? -----

----- Porque nós temos uma petição, temos neste momento um relatório, tivemos visitas, tivemos audições e o que queremos saber, enquanto comissão e enquanto Assembleia Municipal, creio eu, com toda a vontade de resolver um problema que é vergonhoso e só quem lá possa ir é que verifica, aliás viu-se aqui pelas imagens, mas

melhor efetivamente, ou pior, é ir lá e verificar. Nós perguntamos à CML para quando se prevê a tomada de medidas que estão também caracterizadas no parecer da comissão, mas a Câmara já tem projeto, e portanto, deve dar aqui uma resposta clara para a resolução deste problema.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Apenas informo que a Câmara já sinalizou que irá responder às questões que o Senhor Deputado Municipal acabou de suscitar no final. O Senhor Vereador Rui Franco, que está em substituição da Senhora Vereadora Paula Marques, dará a resposta.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD):**-----

----- “Não vou repetir o que foi dito aqui pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente, nem repetir o que foi dito no relatório pelo Senhor Deputado Municipal Diogo Moura, o qual eu subscrevo. Vim só prestar o seguinte esclarecimento.-----

----- A comissão liquidatária da EPUL, tal como o previsto no plano de liquidação, terminou em 31 de Dezembro de 2014. E a Vila Macieira transitou para a Câmara nas seguintes condições:-----

----- Foram resolvidas todas as questões com os inquilinos que tinham direitos legais; -

----- A EPUL em consonância com a Câmara, aliás, como tiveram a ocasião de ver pela Senhora Arquitecta que neste momento exerce funções na Câmara, aprovou um PIP e a EPUL também aprovou o plano de demolição. Acontece que o plano de demolição foi aprovado pela Câmara no início de Dezembro e orçava a mais de 150.000,00€, a EPUL por questões legais e de procedimento não podia fazer essa adjudicação direta e uma vez que queríamos cumprir o plano, e portanto, tínhamos que acabar a 31 de Dezembro, não pudemos adjudicar a empreitada.-----

----- Eu quero aqui deixar muito claro é que a CML ficou com a Vila Macieira, com um PIP aprovado e com um projeto de demolição também aprovado. Sobre esse ponto de vista basta apenas lançar o concurso, o qual nós não fizemos por não ter tempo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT):**-----

----- “Sobre a segunda petição hoje a ser discutida e que se intitula “Uma solução para a Vila Macieira”, o MPT pretende tecer algumas considerações.-----

----- A Vila Macieira, bairro com 108 anos, serviu outrora de alojamento a operários de uma fábrica de pólvora. Analogamente, como outras zonas da capital, também foi perdendo os seus moradores devido ao encerramento das fábricas, dando lugar a um espaço devoluto onde portas e janelas forma bloqueadas com tijolos e cimento e cortados o abastecimento de energia e água.-----

----- Apesar da constante degradação do edificado, este tem vindo a ser alvo de sucessivas ocupações indevidas por parte dos sem-abrigo, mesmo após o realojamento dos moradores inquilinos da extinta EPUL, proprietária do espaço.-----

----- Face ao exposto, os moradores peticionários revelam elevadas preocupações a nível de segurança e saúde pública, particularmente a nível de habitabilidade e higiene. De destacar a realização de fogueiras que colocam em perigo a malha urbana

adjacente, as entradas e saídas de elementos estranhos à comunidade local e o aumento do número de assaltos na freguesia.-----

----- Os problemas relatados pelos peticionários carecem de uma resolução célere, pelo que o MPT saúda a 3ª Comissão Permanente, pelo facto de dois dias após a audição dos peticionários ter ido observar *in loco* os factos mencionados. Durante a visita foi possível constatar a deterioração do edificado e constante falta de limpeza, onde predomina o cheiro fastioso a urina e outros objetos.-----

----- Urge a necessidade de encontrar soluções para realojar estes moradores em locais apropriados, onde terão acesso às condições básicas de saúde e higiene, e consequentemente, respeito pela dignidade humana. Pelo que o MPT sendo um partido de índole humanista está solidário com os peticionários, cumprimentando-os, por também se preocuparem com o futuro dos ocupantes ilegais da Vila Macieira e não só com o seu interesse pessoal. -----

----- O MPT considera inadmissível, que um realojamento realizado há mais de uma década na sequência de uma demolição, não surja com a brevidade que se exige quando se evoca interesse público, até porque o emparedamento torna-se ineficaz ao longo tempo como se pode comprovar.-----

----- É impreterível que situações como esta não se voltem a repetir.-----

----- Embora os projetos de reconversão deste espaço em residências de idosos ou de estudantes universitários tenham sido chumbados pelos serviços camarários, importa encontrar soluções urbanísticas exequíveis de forma a tornar este espaço num local apazível, começando pelo cumprimento da deliberação da demolição da Vila Macieira. -----

----- O MPT corrobora e apoia as recomendações resultantes do parecer elaborado pela 3ª Comissão.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “O Senhor Deputado Municipal já usou da palavra como relator, mas agora inscreve-se em nome do seu Grupo Municipal, portanto, tem a palavra nessa qualidade.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP):**-----

----- “Gostaria de dizer apenas que além das conclusões elencadas e as recomendações apresentadas ao Plenário, que subscrevo obviamente, importa reforçar a necessidade das entidades públicas, em particular o Município e o sector empresarial local, de criar mecanismos céleres e eficazes na resolução de casos semelhantes ao da vila Macieira. -

----- As medidas de reconversão, reabilitação e demolição do edificado em avançado estado de degradação e da propriedade municipal, devem ser seguidos de ações imediatas que apontem à resolução e enquadramento das questões habitacionais, sociais, económicas e de segurança. -----

----- Em situações como a da Vila Macieira não se pode aceitar que o realojamento efetuado há mais de dez anos na sequência de uma decisão de demolição, a mesma não decorra com a celeridade que se exige para o interesse público. Tanto mais que é notório que o simples emparedamento não evita futuras e continuas ocupações ilegais, colocando em causa a saúde e segurança pública. -----

----- Em suma, é imperioso que as entidades sejam ágeis nas respostas, devendo ser um exemplo para os privados a quem tanto se exige em casos idênticos.-----

----- De salientar ainda o empenho dos serviços camarários, da junta de freguesia e da rede e parceiros sociais locais em encontrar respostas para a população emergente, que frequentemente resulta das operações, encaminhando-a para programas e incentivos à digna integração na sociedade. Veremos então se a CML será ágil neste processo.-----

----- Para terminar Senhora Presidente resta-me lamentar, numa nota pessoal, deixar uma nota de desagrado pelo facto de a resposta do Presidente da comissão liquidatária da EPUL, não esclarecer absolutamente nada sobre este processo, remetendo explicações e respostas para o Município, futuro e agora proprietário da vila.-----

----- Em suma tivemos aqui agora as explicações Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra, enquanto ex-membro da comissão liquidatária, mas as respostas deviam ter vindo pela via formal, solicitadas pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal e vindas do Senhor Presidente da comissão liquidatária. Eu entendo que quando somos nomeados ou indigitados para um cargo, em particular a presidir uma entidade e mesmo sabendo que esse lugar terá poucos dias de vigência, a verdade é que enquanto estamos, estamos, portanto, quando estamos, estamos até ao último minuto, até ao último segundo, pelo que os direitos e obrigações, em particular de resposta ao órgão fiscalizador do Município, se mantêm até esse momento.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE):**-----

----- “Primeiro começar por saudar os peticionários que trouxeram hoje esta iniciativa ao Plenário da Assembleia Municipal, e portanto, relevar a importância que é a participação dos cidadãos em trazer para esta casa que também é deles, os assuntos da cidade e que os preocupam e que buscam soluções.-----

----- Infelizmente esta petição traz-nos, mostra-nos uma outra cidade. Todos nós discutimos muito e insistimos muito a cidade à beira-rio, a Ribeira das Naus, o Terreiro do Paço, a cidade que gostamos de mostrar a quem nos visita, mas há uma cidade escondida e esta petição mostra essa cidade escondida e foi essa cidade que conseguimos ver naqueles slides ali projetados e que fazem parte da própria petição.---

----- Mas eu acho que na análise desta petição e deste motivo que nos traz aqui, acho que não devemos desviar o foco do essencial, porque o que se passa na Vila Macieira não é só, ou não deve ser, o foco da questão da prostituição, da droga, da saúde pública e da segurança dos vizinhos se houver um incêndio, trata-se também de pessoas. Há pessoas que moram na Vila Macieira e são essas pessoas que devem ser tratadas com dignidade e a CML deve olhar para elas e resolver o seu problema.-----

----- Há um problema na Vila Macieira, a 3ª Comissão debruçou-se sobre isso, tivemos representantes da CML, mas infelizmente quando estiveram na comissão e o relatório que aqui temos tem essa análise, esses representantes limitaram-se a encolher os ombros.-----

----- A responsável, a Diretora Municipal da Habitação, fez o histórico com certeza, é um problema que se arrasta há muito tempo, houve tentativas de desocupação e demolição, emparedamentos, sempre emparedamentos. Não existiam registos de

ocupação indevida em 2010, mas sabemos que há uma população naquele espaço que é superior a duas dezenas, e portanto, dizia essa responsável que o Departamento de Desenvolvimento Social devia encaminhar aquele problema e dar uma resposta, terminando, nessa altura ainda não tínhamos essa informação, de que a desocupação do edifício é da responsabilidade do proprietário, na altura a EPUL, hoje sabemos, é definitivo, é a CML a proprietária, e portanto, a responsável direta pelo problema, e claro naturalmente, pela solução também. -----

----- Tivemos também o representante do urbanismo, do Senhor Vereador Manuel Salgado, que relatou-nos os problemas, inúmeros problemas que existiram com a EPUL, a intenção da regeneração urbana, o projeto com edifícios novos T1 e T2, e portanto, excluindo à partida a reabilitação da própria vila operária. -----

----- Portanto, as conclusões do parecer, entendemos nós, entende o BE, não são as que o problema precisa. Há uma sugestão de encaminhamento dos ocupantes sem nenhuma resposta direta, e sobretudo, concentra-se no emparedamento e na demolição e vedação do local. E nós sabemos, o próprio relatório diz isso, que o emparedamento não resolve nada. É aliás curioso, em janeiro, faz agora três anos, em 2012, quando discutíamos aqui o orçamento de 2012, alguns de nós estávamos cá e lembramo-nos disso, o PSD punha como condição para aprovar o orçamento que houvesse uma verba para o emparedamento dos edifícios devolutos da cidade. Como se isso fosse uma política de regeneração urbana da cidade que resolvesse os problemas que a cidade tem. Emparedar, fechar, para que esses edifícios deixem de ser edifícios com necessidade de reabilitação e passem a ser fachadas higienizadas. -----

----- A solução do problema não passa pelo emparedamento, ninguém acredita, os peticionários que aqui nos trazem hoje esta petição, sabem que o emparedamento resolve por poucos meses ou por algumas semanas, e portanto, sugerir como solução uma solução que á partida se sabe que não funciona é errado. -----

----- Portanto, o que a CML tem que fazer agora que se reconhece a sua propriedade, a sua responsabilidade sobre aquela propriedade, é atuar de imediato socialmente sobre aqueles habitantes, porque se nos preocupamos com os fogos que fazem para se aquecerem e para aquecer a sua comida, que podem gerar um incêndio e consequentemente poderão trazer danos à sua vizinhança. As pessoas que lá estão também sofrem com esse incêndio e primeiro também está a sua própria segurança, e depois olhar para aquele património como tanto outro da CML e esgotar todas as possibilidades de reabilitação. -----

----- A CML precisa de reabilitar o que for possível de reabilitar. Sabemos também que aquele espaço já teve propostas, para que fosse reabilitado e utilizado com outros fins, uma residência de idosos, uma residência universitária, por exemplo, e isso também é regeneração urbana. Sabemos, e responder aos peticionários que vamos emparedar e demolir, e eventualmente, criar um conjunto de apartamentos T1 e T2 é atirar-lhes areia para os olhos e dizer-lhes que o problema nunca será resolvido, e que portanto, se vão manter as suas preocupações que agora aqui nos trazem. Portanto, esconder o problema é a pior solução, varrer para baixo do tapete é a pior solução, espero que seja possível encontrar outras.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV):** -----

----- Em primeiro lugar, o Grupo Municipal do PEV saúda a Petição n.º 8/2014, intitulada “Uma solução para a Vila Macieira por questões de segurança e de saúde pública” e os seus peticionários. -----

----- A Vila Macieira, erguida em 1907 na Calçada dos Barbadinhos, numa zona operária da freguesia de São Vicente, encontra-se degradada, destruída e apresenta vários problemas de segurança e de saúde pública devido às ocupações de que tem sido alvo nos últimos anos, apesar de não haver as mínimas condições de higiene e de habitabilidade. -----

----- Esta vila era propriedade da EPUL, empresa entretanto extinta, passando agora para a Autarquia e há cerca de dez anos foi desocupada, os inquilinos da altura foram realojados e a vila foi emparedada, mas entretanto o emparedamento foi destruído, tendo começado a surgir estes problemas uma vez que não se avançou com nenhuma solução até ao dia de hoje. -----

----- Foram precisamente estas preocupações que motivaram a petição que agora apreciamos e que foi promovida por um grupo de moradores e trabalhadores na freguesia. -----

----- Desta forma, a petição pretende que estes problemas sejam solucionados e é ainda solicitado que os atuais habitantes da Vila Macieira sejam realojados e que haja um encaminhamento de todas as situações. -----

----- Seria também desejável que a vila fosse reabilitada ou, já não sendo possível, que seja demolida e que aquele espaço possa ser usado para um projeto que constitua uma mais-valia para a freguesia e para os municípios. -----

----- Pela parte de «Os Verdes», compreendemos e partilhamos as preocupações manifestadas na petição e consideramos que uma solução para a Vila Macieira, para os seus atuais habitantes e para os residentes e trabalhadores daquela zona, é urgente e até peca por tardia, pois a situação que acabámos de relatar prolonga-se há vários anos. -----

----- De facto, não se entende por que razão se prolongou esta situação de abandono e destruição da vila, promovendo problemas bastante sérios e complicados, que com o passar dos anos, se vão tornando cada vez mais difíceis de resolver. -----

----- Defendemos assim, uma solução para esta vila que respeite a harmonia com a zona envolvente, que resolva este problema e que venha a melhorar esta zona. -----

----- Consideramos, portanto, que a autarquia deverá dar uma breve e eficaz resposta a este problema e que a Assembleia Municipal de Lisboa deverá acompanhar esta matéria até à sua completa resolução.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “A Mesa informa que vai ser a última intervenção que tem registado aqui, pedido de intervenção registado na Mesa, e temos registado também que o Senhor Vereador Manuel Salgado e o Senhor Vereador Rui Franco irão dar um esclarecimento à Assembleia Municipal sobre esta questão.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Irene Lopes (PS):** -----

----- “Em primeiro lugar nós, o Grupo Municipal do PS, queríamos saudar os peticionários desta petição, que com este seu exercício de cidadania ativa levaram esta Assembleia Municipal a uma atenção redobrada para os problemas denunciados e para soluções necessárias. -----

----- Tem-se falado aqui em 2001 mas recordo que o problema já vem de trás, aliás, a procura de soluções pelo Vereador Vasco Franco começou anteriormente na década de 90, em que nessa altura foram realojadas as pessoas que viviam naquela vila e posteriormente então após as desocupações, procedeu-se então em 2001 aos primeiros emparedamentos. Portanto, isto é um problema já antigo e que já teve alguma procura de resolução precisamente na década de 90, posteriormente depois houve todas essas vicissitudes que vem agora aqui referidas. -----

----- Portanto, em primeiro lugar queríamos então fazer essa saudação. -----

----- Em segundo lugar, queríamos também mostrar a nossa total concordância com o relatório que foi produzido pela 3ª Comissão e saudar o seu relator pelo relatório que fez, nomeadamente, nós queríamos especialmente dar alguma ênfase à situação de grave insegurança que se vive. E portanto, face a isso entendemos que é urgente o encaminhamento dos habitantes que lá estão ainda, que são a maior parte deles resultantes ou penso que quase todos, de ocupações ilegais, portanto, que seja feito um acompanhamento social destes ocupantes e sequente demolição do edificado e vedação daquele espaço e posteriormente uma solução urbanística que seja rapidamente implementada. Uma solução urbanística como aquela que nos pareceu ser bastante interessante e importante, a que foi apresentada pela Senhora Arquiteta Sara Ribeiro à 3ª comissão, em representação do Senhor Vereador Manuel Salgado. ---

----- Consideramos que isto é urgente, que as recomendações e conclusões do relatório da 3ª Comissão certamente serão tidos em conta pela CML, aliás, como senhor Vereador Manuel Salgado já tinha referido. -----

----- Portanto da parte do PS é esta a nossa posição.” -----

----- **O Senhor Vereador Rui Franco:** -----

----- “Em segundos dizer que um realojamento de fundo foi feito há doze anos atrás e o que deveria ter acontecido desde então foi a demolição. -----

----- Que hoje apenas, em Janeiro, com o retorno da propriedade da vila à CML, a solução ao edificado e aos ocupantes só agora está a ser avaliada entre os pelouros do urbanismo, do património, dois direitos sociais e da habitação, e que obviamente entendemos que tem que ser concertado, quer coma junta de freguesia, quer com os moradores e ocupantes propriamente ditos. -----

----- Quanto aos moradores dizer apenas que não nos é necessariamente claro que a solução seja apenas ou só o realojamento, ou que essa seja a solução suficiente para aqueles ocupantes. -----

----- Quanto à restante matéria passo a palavra ao meu colega Senhor Vereador Manuel Salgado.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado:** -----

----- “Dizer que do ponto de vista urbanístico eu tenho estado a analisar o projeto, o estudo prévio, com a Arquiteta Sara Ribeiro, e portanto, a proposta que foi

apresentada é uma proposta com pequenos ajustes que me parece que é a proposta adequada para o terreno. -----

----- O que previmos é efetivamente a demolição do edifício existente e a construção de um novo edifício para habitação, estando a ser equacionado se essa construção será feita pela Câmara ou se será feita numa parceria com os privados.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “A Mesa entretanto informa porque este assunto se prende com o que estamos a discutir, que amanhã vai haver uma coisa importante que é a tomada de posse do Núcleo de Planeamento e Intervenção junto dos sem-abrigo na Cidade de Lisboa. -----

----- É a primeira vez que conseguimos constituir este núcleo na Cidade de Lisboa, já havia uma comissão instaladora há alguns uns anos a trabalhar. Este núcleo é constituído por uma série de entidades em parceria, SCML, CML, rede social e IPSS’s, etc. E este núcleo vai ter um papel decisivo em situações como esta da Vila Macieira, porque são situações de pessoas que estão ali porque não têm outro sítio para estar, portanto, os sem-abrigo não só as pessoas que estão na rua, são também estas pessoas que estão em situações super precárias. Naturalmente será um recurso adicional para fazer frente a situações como esta. -----

----- Posto isto, estamos em condições de pôr à vossa consideração a recomendação contida no parecer da 3ª Comissão sobre a Petição n.º 8/2014. -----

----- Não vou pôr à vossa votação as conclusões, já forma aqui apresentadas, mas sim as recomendações, é o ponto f) do parecer, que tem três pontos. -----

----- Não sei se os Senhores Deputados Municipais precisam que seja lido ou se o têm na vossa mão, ele está no *site*. É o ponto f) do parecer da 3ª Comissão intitulado “Recomendações”. -----

----- Estamos em condições de votar? -----

----- A Mesa vai pôr à votação as recomendações da 3ª Comissão sobre a Petição n.º 8/2014. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto f) das Recomendações contidas no Parecer da 3ª Comissão sobre a Petição n.º 8/2014, “Por uma solução para a Vila Macieira, por questões de segurança e de saúde pública”**. O Ponto f) das Recomendações do Parecer foi **aprovado por maioria**, com votos a favor de PS, PSD, PCP, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, IND e voto contra de BE. -----

----- O BE fez uma intervenção, portanto, apresentará uma Declaração de Voto a justificar a sua posição e terminámos o debate da Petição n.º 8/2014.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** apresentou posteriormente a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Os Deputados Municipais, eleitos pelo Bloco de Esquerda, declaram **votar contra** o parecer da 3ª comissão sobre a petição n.º 8/2014 porque achamos que não devemos desviar o foco do essencial. Porque na verdade, o que se passa na Vila Macieira não é só, ou não deve ser, focado na questão da prostituição, da droga, da saúde pública e da segurança dos vizinhos se houver um incêndio, trata-se também de pessoas. Há pessoas que moram na Vila Macieira e são essas pessoas que devem ser tratadas com dignidade e a CML deve olhar para elas e resolver o seu problema. -----

----- As conclusões do parecer, em nosso entender, não são as que o problema precisa. Há uma sugestão de encaminhamento dos ocupantes sem nenhuma resposta direta, e sobretudo, concentra-se no emparedamento e na demolição e vedação do local. E nós sabemos, o próprio relatório diz isso, que o emparedamento não resolve nada.-----

----- A CML tem de reabilitar o que for possível de reabilitar, sabendo que aquele espaço já teve propostas, para que fosse reabilitado e utilizado com outros fins, nomeadamente uma residência de idosos, uma residência universitária, por exemplo, e isso também é regeneração urbana. -----

----- Responder aos peticionários que vamos emparedar e demolir, e eventualmente, criar um conjunto de apartamentos T1 e T2 é atirar-lhes areia para os olhos e dizer-lhes que o problema nunca será resolvido, e que portanto, se vão manter as suas preocupações que agora aqui nos trazem. -----

----- Pois, esconder o problema é a pior solução, varrer para baixo do tapete é a pior solução. É preciso encontrar outras soluções.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “A Mesa agradece novamente aos peticionários e aproveita de caminho para lembrar a recomendação que aqui foi deixada, embora não tenha sido votada, mas que a Mesa assume e que recomenda. Porque é uma recomendação dirigida à Assembleia Municipal, foi deixada pela Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira, que a Assembleia Municipal e a 3ª Comissão continuem a acompanhar este assunto até que ele fique completamente resolvido, porque como vimos pela história do próprio, ele já tem muitos anos. -----

----- Portanto, seria bom que que a Assembleia Municipal e a 3ª Comissão exercessem a sua pressão, no sentido de ver uma solução áquilo que os peticionários pedem e que é uma solução absolutamente necessária e urgente, como foi aqui dito por várias pessoas.” -----

----- **PONTO 3 – APRECIAR A PETIÇÃO Nº 9/2014 – RUÍDO DENTRO DOS LIMITES DA LEI, DEFESA DO PATRIMÓNIO, AMBIENTE, SEGURANÇA E DE UM DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL, É O QUE PEDIMOS PARA LISBOA, NOS TERMOS DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO (2 X GRELHA BASE – 68M E 10M PARA OS PETICIONÁRIOS). APRECIACÃO DO PARECER DA 4ª COMISSÃO PERMANENTE.**-----

----- (A Petição n.º 9/2014 “*Ruído dentro dos limites da lei, defesa do Património, Ambiente, Segurança e de um Desenvolvimento Turístico Sustentável, é o que pedimos para Lisboa*” e o Parecer da 4ª Comissão sobre a Petição, ficam anexadas à presente Ata como Anexo V e V.I respetivamente, e dela fazem parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Vamos então entrar agora na apreciação da Petição n.º9/2014 “*Ruído dentro dos limites da lei, defesa do Património, Ambiente, Segurança e de um Desenvolvimento Turístico Sustentável, é o que pedimos para Lisboa*”.-----

----- Eu tenho indicação aqui na Mesa que é a Senhora Isabel Sá da Bandeira e o senhor Luís Paisana que irão apresentar a petição, e portanto, fazem parte dos primeiros subscritores. -----

----- Como sabem têm os dez minutos para intervir, portanto, o microfone é vosso e vamos ouvir o que têm a dizer-nos. -----

----- Eu lembro e mais uma vez, também a estes peticionários, quer em relação à Petição n.º 7/2014, quer em relação à Petição n.º 8/2014, quer em relação à Petição n.º 9/2014 a Assembleia Municipal demorou um pouco mais do que os trinta dias regimentais para as apreciar, pelas diligências que teve que levar a efeito. E portanto queria dar essa explicação.” -----

----- **A Senhora Isabel Sá da Bandeira representante dos peticionários:** -----

----- “A petição cuja defesa agora apresentamos, procura que seja devolvido aos moradores dos bairros históricos a qualidade de vida a que têm direito e que as autoridades públicas têm o dever, pela via do contrato social, de assegurar. -----

----- Somos representantes da comunidade de moradores de vários bairros históricos entre os quais se destaca o Cais do Sodré, o Bairro alto e Santos, locais onde se tornou infernal habitar dadas as hordas de pessoas que lá se movimentam de noite.-----

----- Sabe a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que o número de pessoas a circular na área, é equivalente ao que existe num jogo de futebol de um clube de primeira liga com o estádio cheio? -----

----- Tem a Senhora Presidente noção das medidas extraordinárias que são necessárias para assegurar a segurança num jogo de futebol? E do facto de que essas mesmas medidas, não são tomadas pelas autoridades públicas no que diz respeito à vida noturna lisboeta? -----

----- Os moradores das zonas históricas foram abandonados pelas autoridades públicas, indiferentes aos apelos incessantes destes contribuintes que a Câmara considera, pelos vistos, de segunda categoria. -----

----- As autoridades públicas falham a quem tudo devem, quando permitem que se deixe impunido urinar a cada esquina, comportamento que por nunca ser sequer reprimido, já se observa em pleno dia. Quando permitem a proliferação de *graffitis* sem a punição associada a atos de vandalismo e a gritaria de grupos de jovens a meio da noite, que chegam a acordar quarteirões inteiros. Falham ainda quando permitem que copos vazios, restos de bebida, pedaços de limas e limões, garrafas de cerveja, vidros partidos, vomitado e toda a espécie de dejetos humanos, permaneçam no mesmo sítio semanas a fio e escuso-me a elaborar pelo cheiro que se exala. -----

----- Todos estes pequenos sinais as autoridades decidem ignorar. Já grandes sinais, como o homicídio de um jovem que tentava defender uma amiga de uma agressão sexual em pleno Cais do Sodré, as autoridades dão atenção pelo exato tempo em que o assunto é manchete no jornal e rapidamente dele se esquecem também. -----

----- E pensa a Câmara que este descalabro passa despercebido aos olhos dos turistas? Que levam para suas casas a imagem de uma cidade vandalizada, suja e insegura. Ainda ontem uma observadora estrangeira publicava um texto na imprensa dizendo “esta cidade, esta joia barroca à beira Tejo, está a ser comida viva pelos *graffitis*”.

Será que a junta de freguesia e a Câmara nos estão a dizer e aos demais moradores, é que para além dos impostos que pagamos, seja a nível nacional, seja a nível local, temos ainda financiar a incúria e a inação da vossa parte, poder eleito constituído.-----

----- Não compreende a CML, que qualquer solução para este problema terá necessariamente de assentar na adoção de medidas particularmente restritivas quanto ao modo de funcionamento atual da atividade noturna, que garanta o devido equilíbrio de interesses entre moradores e comerciantes que as autoridades se comprometem a garantir?-----

----- Com base no acima disposto, consideramos que a única medida que pode repor os níveis de habitabilidade dos residentes, cuja responsabilidade é das autoridades, será a da restrição do consumo de álcool na via pública entre as 22 horas e as 8 horas da manhã, para além de campanhas de educação cívica sobre o respeito mútuo, barulho, urinar na rua, etc..-----

----- Não nos opomos a que as pessoas procurem divertir-se, opomo-nos a que a diversão de umas seja feita em detrimento do bem-estar de outras e em violação de normas estabelecidas. A única maneira de garantir que quem quer divertir-se e que quer descansar e beneficiar de uma rua limpa também pode, é mais uma vez, a da restrição do consumo de álcool na via pública entre as 22 horas e as 8 horas da manhã. Esta restrição irá impedir que as pessoas andem pelas ruas a beber, fazer barulho e estragos, sem por isso afetar o funcionamento dos estabelecimentos que a CML procura assegurar para defesa da economia e do emprego. Efetivamente os bares poderão continuar a ter os seus clientes, só não poderão usar em benefício próprio a via pública que pertence a todos.-----

----- Esta foi a solução encontrada por muitas outras cidades europeias e do mundo, para os mesmos problemas. Solução que essas autoridades tiveram a coragem de adotar ao contrário do que se passa em Lisboa, onde a inércia e o medo da impopularidade de medidas necessárias, concorrem para comprometer a qualidade de vida de moradores e destruir um património histórico urbano de séculos.-----

----- A restrição do consumo de álcool na via pública, através de posturas municipais, é uma realidade em muitas cidades por toda a europa, entre as quais citamos por serem mais próximas, mas sem limitar, Madrid, Barcelona, Valência, Sevilha, sendo que em quase todas as cidades espanholas o consumo de álcool na via pública é proibido entre as 22 horas e as 8 horas da manhã e ainda em Paris, Estrasburgo, Praga, Londres, Roma, tendo todas estas cidades atuado em resposta a problemas parecidos com o que Lisboa está a enfrentar.-----

----- A Câmara tem meios para chamar a si determinadas competências em matéria de ordem pública, mediante posturas e regulamentos municipais. Não podemos, portanto, aceitar que a Câmara não possa atuar perante esta selvajaria galopante.”-----

----- **O Senhor Luís Paisana representante dos peticionários:**-----

----- “Para reforçar um pouco o que já foi dito e acho que as imagens são perfeitamente claras. Para além das imagens que estamos a ver, não seriam necessárias imagens, bastava deslocar-se a estas zonas históricas em qualquer noite e não só se fim de semana.-----

----- E o que é que nós pedimos para Lisboa e reforçando um pouco que nós temos estado aqui a divulgar, o consumo e venda de álcool na via pública é de facto o maior problema destas zonas. Sabemos que a Câmara tem algumas limitações em alterar esta legislação, mas sabemos que há aqui Deputados Municipais que são Deputados da Assembleia da República e que poderão também, fazer algum desse trabalho. -----

----- Ruído, está em preparação o Plano Nacional de Ruído ou Plano de Ação de Ruído e o ruído é de facto um problema que vem do consumo e de bebidas de álcool na via pública. É importante que seja de facto limitado e que seja controlado, porque põe em causa o direito fundamental dos moradores destas zonas, ao seu direito ao descanso e ao sono. -----

----- O património é talvez uma das questões mais em causa neste momento, a Lei de Bases do Património no Artigo 11 n.º1, n.º2 e n.º3, refere que é dever todos e de cada um a proteção, defesa e valorização do património cultural. Não podemos assistir à destruição deste património histórico e público e do património privado. A proliferação de *graffitis*, como aqui foi falado, que enchem paredes e comem a cidade, como aqui foi referido, que devem e têm de ser controlados através da fiscalização dos prevaricadores com punição, trabalho comunitário pode ser uma boa opção, ações de sensibilização nas escolas, na população, etc.. -----

----- Circulação e estacionamento de tráfego pesado. Continuamos a não entender porque é que continuam os grandes meios de transporte a descarregar em zonas de calçada portuguesa, de ruas limitadas e que sistematicamente destroem desde paredes, passeios, edifícios, porque estacionam e circulam com grandes cargas. Descarregam a cerveja diretamente para a calçada e para os passeios e a destruição é constante e esse é um gasto que era perfeitamente evitável, para além de no final do dia o fenómeno ser desolador. -----

----- O lixo que se acumula, garrafas, copos de plástico, limas e toda a espécie de detritos nas ruas, largos e jardins, responsabilizando os estabelecimentos comerciais e os utentes que circulam livremente com grandes quantidades de álcool. O mesmo princípio deve ser aplicado, os recursos públicos gastos devem ser repartidos e imputados a quem os origina. -----

----- O vandalismo dos utentes, com particular incidência nas viaturas estacionadas, maioritariamente de moradores, em certas situações em portas e janelas. -----

----- A atuação da polícia com recurso a mais agentes na rua e à videovigilância é fundamental. -----

----- Segurança. É cada vez maior o sentimento de insegurança que este tipo de situação provoca. Multidões aglomeradas e álcool em grandes quantidades e a criminalidade tem vindo de facto a aumentar. -----

----- Conclusão. Sublinha-se que este modelo de animação noturna está em contradição com as exigências hoje reconhecidas de um turismo sustentável, com respeito pelo ambiente, património edificado e cultural das cidades e em harmonia com as comunidades locais. A preservação da qualidade ambiental urbana, é determinante para a revitalização do comércio local diurno e impede o

despovoamento das zonas históricas e a conflitualidade entre residentes e os empresários da noite.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Apresentada pelos primeiros subscritores a Petição n.º 9/2014.-----

----- Temos agora o trabalho que foi feito pela 4ª Comissão Permanente, que elaborou o seu parecer.-----

----- Peço desculpa, há uma indicação que há um filme para exhibir, e portanto, eu pedia para mostrarem o filme.”-----

----- (Neste momento foi apresentado um pequeno filme pelos peticionários da Petição n.º 9/2014)-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Nós estamos aqui a detetar uma situação que temos que corrigir.-----

----- Efetivamente a Mesa naturalmente não conhecia o conteúdo do filme. No filme aparecem pessoas filmadas em primeiro plano, provavelmente não lhes foi pedida autorização para serem filmadas, e portanto, não podemos continuar a exibição do filme.-----

----- Depois pediremos aos peticionários que se quiserem formatá-lo de outra maneira, que retirem as imagens em primeiro plano, em que se reconhecem as figuras, naturalmente poderemos até colocar no *site*. Mas temos que ter em atenção estas questões, por muito bom ou muito mau que seja aquilo que estamos a mostrar, temos de respeitar o direito à imagem que é um direito constitucional, e portanto, não podemos estar a passar aqui na Assembleia Municipal os filmes, que em casa poderão ser vistos mas aqui podem ser passados.-----

----- Peço desculpa aos peticionários por este detalhe, mas penso que o objetivo principal do que queriam mostrar está conseguido, e portanto, naturalmente pedirei depois para ser retirada da emissão da gravação desta sessão, pedirei para ser retirada esta parte, para que não possa ser replicada esta exibição.-----

----- Vamos prosseguir?-----

----- Eu pedia então agora ao Senhor Relator desta petição que é o Senhor Deputado Municipal João Magalhães Pereira, creio eu, se não se importa de vir apresentar o vosso trabalho?”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Magalhães Pereira (PSD) na qualidade de Relator da 4ª Comissão Permanente:**-----

----- “Este filme que acabámos de ver parece mais um rito de passagem, que tem um carácter demasiado ocasional para servir de paradigma, mas enfim, é sempre desagradável...”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Senhor Deputado Municipal desculpe interrompê-lo. A questão que me fez pedir a interrupção não foi o tema do filme, foi o facto de estarmos a ver pessoas filmadas na rua que não deram autorização para isso, portanto, é só isso e apenas isso.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Magalhães Pereira (PSD) na qualidade de Relator da 4ª Comissão Permanente:**-----

----- “A apresentação da petição pública ao parlamento da Cidade de Lisboa, onde os cidadãos têm um palco de exceção para expor as matérias de âmbito público, de interesse comum, é de facto excepcional.-----

----- Esta petição respeita assuntos de evidente relevância, tendo a comissão o cuidado em proceder às audições a entidades cujo conhecimento e opiniões foram consideradas determinantes, para permitir a formação de uma opinião devidamente fundamentada.-----

----- Do parecer e subseqüente debate, adveio a aprovação unanime do parecer e do conjunto de recomendações à CML, como segue.-----

----- “Recomendações à CML:-----

----- 1- A produção de Regulamento de Cargas e Descargas, coordenado com o mesmo Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços no Concelho de Lisboa.-----

----- 2- A coordenação dos Horários de Recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos com o mesmo Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços no Concelho de Lisboa.-----

----- 3- A execução e apresentação à Assembleia Municipal de Lisboa de um Regulamento Municipal de Redução de Ruído, a par do Plano de Ação para o Ruído.--

----- 4- A avaliação da eficácia dos Despachos camarários sobre o Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços no Concelho de Lisboa relativamente ao Bairro Alto, Cais do Sodré, Bica e Santos, como via para determinar a suficiência e adequação das medidas tomadas, ponderando as vantagens comparativas de uma uniformização do Horário desses locais com a consideração das dificuldades das diferentes áreas e transmissão do mesmo, à Assembleia Municipal desses resultados.-----

----- 5- A definição de áreas na Zona Ribeirinha, onde promover a concentração de estabelecimentos de lazer e diversão noturna.-----

----- 6- O reforço da fiscalização dos estabelecimentos das áreas preferenciais de diversão, com controlo do cumprimento dos horários de abertura e fecho e combate efetivo à abertura e funcionamento de estabelecimentos ilegais.-----

----- 7- O diálogo permanente entre a Câmara, a Assembleia, as Juntas de Freguesia envolvidas, os moradores e os comerciantes, para uma monitorização dos problemas associados ao ruído.-----

----- 8- A promoção de projeto educativo alargado de prevenção primária, de forma a evitar o consumo precoce de álcool.-----

----- 9- O exercício do magistério de influência, para que seja produzida legislação no sentido de condicionar o consumo de álcool no espaço público.””-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “São portanto estas as recomendações a que a 4ª Comissão chegou, depois de fazer as diligências todas que constam do relatório e ouvir os peticionários.-----

----- E vamos agora dar a palavra aos Senhores Deputados Municipais inscritos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT):**-----

----- “Analogamente às Petições 7/2014 e 8/2014 hoje discutidas nesta assembleia Municipal, o MPT pretende também fazer algumas apreciações acerca da Petição “Ruído dentro dos limites da lei, defesa do património, ambiente, segurança e de um desenvolvimento turístico sustentável, é o que pedimos para Lisboa”.-----

----- Esta petição traz novamente à discussão o tema da incompatibilidade entre a atividade de animação noturna nos bairros históricos da cidade e o uso residencial, com especial prejuízo para a vida dos seus habitantes e para o património local, e consequentemente para Lisboa.-----

----- Numa pronúncia do Senhor Provedor de Justiça com cerca de dez anos, sobre o mesmo tema, pode-se ler:-----

----- “Em especial considero deverem ser ponderados os seguintes aspetos: -----

----- Horários de encerramento comuns aos estabelecimentos compreendidos no núcleo histórico do Bairro Alto, de modo a que o funcionamento no período noturno não vá para além das duas horas da madrugada; -----

----- Aplicação de sanções e medidas de políticas restritivas, para com os proprietários que não observem os limites dos horários autorizados; -----

----- Interdição ou limitação, pelo menos, do consumo de bebidas e alimentos na via pública, instituindo procedimentos que permitam obviar a esta prática; -----

----- Interdição ou limitação, pelo menos, do funcionamento dos estabelecimentos de portas e janelas abertas para a via pública.”;-----

----- Passados dez anos apesar dos sucessivos alertas, petições, abaixo-assinados, queixas ao Provedor de Justiça, debates e reuniões com os serviços da Câmara, pouco ou nada foi feito. -----

----- Na rota dos destinos da noite estão os bairros históricos, onde continuam a persistir os problemas de sempre. Desde bares abertos pela madrugada dentro com colunas de som à porta, estacionamento abusivo e caótico no local e imediações com som em alto volume, vasilhame espalhado pelo chão, falta de limpeza, património vandalizado até às autênticas competições de consumo de álcool. -----

----- Estes dilemas têm vindo a provocar sentimentos de insegurança nos moradores, que se sentem manifestamente prejudicados. São várias as dinâmicas que têm contribuído, inclusive para agravar as questões acima relatadas. -----

----- Os bairros históricos de Lisboa são um dos principais cartões-de-visita da noite da capital, pelo que numa época em que é notório o crescimento turístico, estes tornam-se num local de paragem obrigatória da grande maioria que visita a cidade. Aliado a este facto, temos o fenómeno da reconversão de espaços de usos diferentes aos da atividade comercial, como caso de papelarias e mercearias transformadas em lojas de bebidas, que têm gerado alguns conflitos entre os próprios comerciantes. Segundo os mesmos, estas lojas de conveniência incitam à concorrência desleal, através da venda excessiva de álcool, lesando a imagem característica do bairro. -----

----- O MPT reitera a concordância de que a alteração do horário de fecho dos bares do Cais do Sodré imposto pela Câmara já é um princípio, mas como referimos em Outubro, não é uma solução suficiente para reduzir os problemas decorrentes da

diversão noturna, nomeadamente a nível da diminuição do ruído, é necessário ir mais longe. -----

----- Deve-se fomentar as medidas de forma calibrada e equilibrada, que permitam potenciar a harmonia entre o bem-estar das pessoas e a possibilidade de os comerciantes exercerem a sua atividade. É um equilíbrio difícil, mas para o qual o atual Executivo deve continuar a trabalhar, preferencialmente com a cooperação entre os representantes dos residentes, dos comerciantes, da Câmara, nomeadamente Polícia Municipal, juntas de freguesia, PSP, Autoridade de Segurança Alimentar e Económica e a Autoridade para as Condições de Trabalho. -----

----- O MPT corrobora a generalidade das medidas apontadas no parecer da 4ª Comissão, de onde vincamos a necessidade do aumento de fiscalização, a necessidade de algo permanente e alargado, e por fim, a implementação de um plano de ação contra o ruído com medidas válidas e eficientes, capazes de melhorar a qualidade de vida dos residentes dos bairros históricos da Cidade de Lisboa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD):**-----

----- “A matéria que hoje me leva a dirigir-me a todos vós, é aquela diretamente relacionada com a petição relativamente ao ruído e que abrange inevitavelmente o despacho 140/2014 com as correções introduzidas com o despacho 141/2014.-----

----- E nesta matéria permitam-me desde já, que esclareça que sobre o relatório aqui apresentado a Junta de Freguesia da Estrela tem de salientar algumas imprecisões, que do nosso ponto de vista prejudicam a perceção do mesmo, sejam elas de natureza factual, sejam elas de pormenor.-----

----- Também quero deixar claro que no relatório apresentado, não nos revemos exclusivamente na posição do PSD e que nos revemos também em algumas posições de outros partidos. Isto porque, em primeiro lugar, importa realçar que esta matéria dificilmente tem cor política, trata-se de facto de um enorme flagelo que ataca diretamente a qualidade de vida de todos os seus intervenientes. As pessoas não precisam de debates de cores políticas, as pessoas precisam de soluções, de debate de soluções.-----

Por isso, quero começar a minha intervenção por deixar um elogio ao Senhor Vereador Duarte Cordeiro. Um elogio por ter tido a coragem por promover um debate de um problema que se arrasta há anos e que vereações sucessivas não tiveram a mesma coragem para abordar. Hoje estamos a discuti-lo de forma regular com os vários intervenientes, a sugerir soluções e a propor compromissos. -----

----- Na vida podemos convergir e divergir, mas acima de tudo temos de reconhecer a honestidade intelectual e a coragem na abertura de certos debates e debater frontalmente projetos e propostas que afetam a qualidade de vida das nossas comunidades.-----

----- Quando em 2010 o Senhor Presidente António Costa iniciou um outro debate corajoso, o da reforma administrativa da Cidade de Lisboa, lançou um novo olhar sobre a cidade com duas premissas fundamentais.-----

----- Primeiro, um olhar reconhecido do papel das juntas de freguesia como parceiros fundamentais no contributo decisivo para o aumento da qualidade de vida por toda a

Cidade de Lisboa. De facto, são as juntas de freguesia que com a sua proximidade e contacto regular com as comunidades locais, melhor conhecem a realidade e melhor estão posicionadas para compreender as opções de impacto local.-----

----- Em segundo lugar, o Senhor Presidente António Costa quis promover um novo debate sobre o modelo de cidade do Século XXI, de facto a reforma administrativa e o novo quadro de competências, representam um novo paradigma estratégico sobre pensar a Cidade de Lisboa. -----

----- Os próximos passos são determinantes nesta avaliação, e diria mesmo evolução, sendo que o espírito da reforma assenta na distribuição de responsabilidades, para um reforço do nível do serviço público. Já o disse no passado e reafirmo-o aqui, esta descentralização foi um passo corajoso porque mais que delegar, responsabiliza. E não tenho qualquer dúvida que hoje os presidentes de junta de freguesia de Lisboa, têm sido parceiros estratégicos fundamentais para uma melhor cidade. -----

----- Neste espírito, tinha antecipado que este debate pudesse inclusivamente ter evoluído para uma reflexão sobre as zonas de diversão noturna na nossa cidade, as suas características, as suas condicionantes, o que queremos, onde queremos, enfim, uma discussão estratégica assente neste legado do debate contínuo sobre a tal Lisboa para o Século XXI. Ao invés, somos confrontados com um despacho que não tem enquadramento estratégico para a cidade e procura apenas resolver um problema específico de dois territórios.-----

----- Bom, pensei eu, assim sendo como o despacho se debruça especificamente sobre uma pequena área da cidade, então o contributo da junta de freguesia deverá ser determinante. Quero reforçar que o despacho tem uma missão para duas realidades. O despacho não é para toda a cidade, o despacho é só para dois territórios que representam uma pequena parte de duas freguesias, donde se depreende que o despacho não tem por isso uma dimensão concelhia. -----

----- É aqui que entendo que a visão de António Costa também se devia aplicar, aqui está um bom exemplo do espírito da reforma. Um problema local que sofre uma intervenção local. Um problema de adequado onde os vetores do espírito da reforma, onde o parceiro junta de freguesia, deve ser pilar responsável para a sua resolução. -----

----- Quero por isso também destacar que a minha intervenção é uma intervenção sobre uma parte, a parte que afeta diretamente a Freguesia da Estrela e o território nela verificado. Não faço por isso quaisquer juízos de valor sobre as implicações do despacho na Freguesia da Misericórdia, pelo que sempre ouvi da Senhora Presidente da Misericórdia ele serve perfeitamente para aquele território, se a Senhora Presidente o diz, eu acredito, é a Presidente da Junta daquele território. Mas na Estrela não.-----

----- E no espírito reformista lançado pelo Senhor Presidente António Costa, permitam-me que sobre a Freguesia da Estrela, se possa pronunciar então a Junta de Freguesia da Estrela. A Junta de Freguesia da Estrela que conhece como ninguém aquele território, que tem técnicos a trabalhar específica e exaustivamente no território, no desenvolvimento daquele território e que tem trabalhado de forma diária para promover soluções para aquele território. E infelizmente é muito fácil

compreendermos os erros de matéria, forma e facto que prejudicam este despacho na Freguesia da Estrela e para os quais sempre alertámos a vereação. -----  
----- Acalenta vários erros que prejudicam os principais objetivos a que se propõe. -----  
----- Em primeiro lugar, ele foi claramente pensado e desenhado no território do Cais do Sodré, sem contemplar as importantes e determinantes diferenças do território de Santos, tanto do ponto de vista demográfico como, e mais importante, do ponto de vista do traço urbano.-----  
----- A par disto, o despacho tem um mapa errado e que não coincide com a realidade do território de Santos. Começo por destacar duas zonas com bares em Santos, por exemplo o Largo da Igreja de Santos-o-Velho e a Calçada Marquês de Abrantes, que não forma integrados no mapa do despacho, e onde curiosamente existe ainda mais população.-----  
----- Precisamente a situação que se quis corrigir no Cais do Sodré relativamente ao Bairro Alto irá ser gerada na zona de Santos, facto que denota por si só contradição de princípios.-----  
----- Por outro lado também não foram integrados no mapa, em alguns casos por questões de cinco metros, zonas que têm lojas que vendem bebidas alcoólicas para fora em garrafas e em latas, e que municiam muitos dos maus frequentadores da zona de Santos. -----  
----- Outro aspeto que não foi considerado foi o facto de a zona de Santos ser...” -----  
----- **A Senhora Presidente:**-----  
----- “Senhor Deputado Municipal já esgotou o seu tempo, eu pedia-lhe para concluir.”-----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD):**-----  
----- “Outro aspeto que não foi considerado foi o facto de a zona de Santos ser paredes meias com a zona de discotecas da Avenida 24 de Julho e da Avenida de Brasília, frequentadas muito para além das três e quatro da manhã. Mantendo assim corredores de circulação de centenas, senão mesmo milhares de pessoas. -----  
----- Senhora Presidente, mas mais espantoso é o facto de ter um desenho que não coincide com o articulado descritivo das ruas do despacho. O que leva qualquer um a perguntar, afinal qual dos dois prevalece? O mapa ou o descritivo das ruas no próprio despacho? -----  
----- Diria mesmo que esta in concordância, no limite de perigo a nulidade do próprio despacho, mas no mínimo descredibilizou pela manifesta falta de rigor, ou eventual desconhecimento do território.-----  
----- Mas no final Senhora Presidente e para terminar, importante, importante, é que para a zona de Santos o despacho não dá resposta àquela que é a principal ansiedade da população que pretende salvaguardar, a de permitir que estas pessoas consigam finalmente descansar.-----  
----- A Junta de Freguesia da Estrela fez o seu trabalho, dialogámos com as forças vivas e promovemos soluções de consenso que envolvessem a comunidade residente, mas que também comprometessem os espaços de diversão noturna. Isto porque o espírito comunitário deve ser este. -----

----- Estou mesmo a terminar Senhora Presidente, peço-lhe só mais trinta segundos.-----  
----- Identificámos os três vetores a solucionar, ruído, insegurança e insalubridade. Como resultado deste trabalho apresentámos à Câmara um projeto ambicioso e exequível, que todos envolvia e todos responsabilizava.-----  
----- Por tudo isto Senhora Presidente da Mesa, Senhores Vereadores, a Junta de Freguesia da Estrela lança um apelo. Permitam que concluamos o que estamos a construir, inclusive sendo nossos parceiros juntamente com moradores e comerciantes, na avaliação trimestral prevista para o nosso projeto e concretizem um dos vetores da revisão reformista do Senhor Presidente António Costa, que achamos que não era só no papel e suspendam a eficácia do despacho na Estrela. -----  
----- Nós estamos disponíveis para assumir a nossa responsabilidade pelo nosso projeto. Senhora Presidente, Senhores Vereadores, têm aqui uma junta disponível, parceira e responsável.”-----  
----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV):** -----  
----- “Começamos por saudar a petição nº 9/2014, que agora apreciamos, sobre o excesso de ruído noturno nos bairros históricos e os seus peticionários. -----  
----- A revitalização e dinamização das atividades económicas nos bairros existentes na Cidade de Lisboa são fundamentais, contudo, terão que ser sempre salvaguardados os legítimos direitos dos moradores, quanto ao seu sossego e comodidade. -----  
----- A verdade é que nem sempre é fácil, e esta petição é exemplo disso mesmo, porque existem vários locais onde o ruído vai para além do aceitável, há problemas com a falta de higiene e consumo de álcool sem controlo. -----  
----- De referir que, além desta petição, tem havido, ao longo dos últimos tempos, queixas, alertas, abaixo assinados, e não tem sido fácil resolver estes problemas.-----  
----- Concordamos, portanto, que é necessário estarmos atentos a estes fenómenos, tentando controlá-los e evitar que se propaguem, e que deve haver uma maior regulamentação e fiscalização dos estabelecimentos, a que se junta também a questão da falta de higiene, o que é uma preocupação crescente naqueles bairros. -----  
----- É, por isso, necessário trabalhar em soluções urgentes e sustentadas de compatibilização destes estabelecimentos em zonas residenciais, para que a população residente nestes bairros tenha direito a um ambiente urbano sadio e com qualidade de vida. Sabemos que esta compatibilização não é fácil, mas deve haver um esforço de todos nesse sentido.-----  
----- Relembro que, já em Junho de 2012, «Os Verdes» apresentaram aqui nesta Assembleia uma recomendação sobre este problema e que ia precisamente neste sentido. -----  
----- Se, por um lado, é importante, que os bairros históricos façam parte dos destinos da animação noturna, por outro, o direito ao descanso dos moradores não pode ser posto em causa.-----  
----- Assim, «Os Verdes» partilham naturalmente das preocupações manifestadas pelos moradores e consideram que deve continuar a ser feito um grande e sério esforço no sentido resolver estas situações que são insustentáveis. -----

----- Para isso, a Câmara e a Assembleia Municipal deverão continuar a estar atentas a estes fenómenos, a refletir e a acompanhá-los, em conjunto com os moradores e os presidentes das juntas de freguesia afetadas, assim como devem ser promovidas campanhas de sensibilização.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE):**-----

----- “Desta vez estamos aqui então a pronunciar-nos sobre a petição apresentada “Ruído dentro dos limites da lei, defesa do património, ambiente, segurança e de um desenvolvimento turístico sustentável, é o que pedimos para Lisboa”, sendo que de facto esta petição apresenta-nos preocupações válidas dos moradores destas zonas mais específicas, Bairro Alto, Cais do Sodré, Príncipe Real e Santos. E, portanto, a dificuldade de compatibilização entre vida noturna e quem habita estes locais, e portanto, quem tem lá que morar e tem o seu direito a descansar.-----

----- Em primeiro lugar registar que de facto todos compreendemos estas preocupações sobre ruídos e higiene urbana, porque eles são reais e todos os conseguimos constatar.-----

----- Em segundo lugar pensamos que há que ter em conta que as restrições propostas ou a sua grande maioria, já se implementam hoje em dia. Questões como restrições de horários já existem neste momento. Se é verdade que de facto todos estes moradores em qualquer zona da cidade têm direito ao seu descanso, também é verdade que existe o lado dos estabelecimentos, que muitos deles já com muitos anos ou algumas décadas de existência.-----

----- Portanto, temos uma situação com interesses e necessidades difíceis de conciliar, sendo que obviamente tem que, e aí achamos que deve haver um trabalho conjunto entre CML, juntas de freguesia e também associações de moradores, caso seja pertinente, no sentido de facto de colmatar as falhas que existem, em especial, na área da limpeza urbana e da fiscalização que é possível fazer nesses sítios.-----

----- No entanto e relativamente ao parecer da Comissão Permanente do Ambiente e Qualidade de Vida, queremos deixar registado que votaremos a favor relativamente à parte resolutiva, às recomendações deixadas, todos os pontos a favor e iremos pedir para que seja votado em separado o ponto 9), porque achamos que medidas de restrição áquilo que as pessoas podem fazer no espaço público, não são a forma de resolver qualquer problema existente.-----

----- Deixar um comentário sobre o vídeo que foi aqui mostrado. De facto aquela primeira parte em que nos mostra praxes a terem curso na via pública. De facto, da parte do BE somos completamente contra as praxes, uma das coisas mais bárbaras que existem no nosso sistema de ensino, possivelmente ao lado do preço das suas propinas. Mas de facto não nos parece, que infelizmente seja o caso de generalização, relativamente ao que acontece em todas estas zonas, as praxes são coisas muito específicas e de facto deveriam terminar.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Senhores Deputados Municipais estamos a aproximar-nos do final deste tema, temos mais esta Senhora Deputada Municipal e mais um Senhor Deputado Municipal inscrito.-----

----- E lembrar-vos que depois vamos votar e a seguir temos eleições para os Delegados ao Congresso da Associação Nacional de Municípios. Portanto, pedia para os Senhores Deputados Municipais ficarem, naturalmente, até ao fim e podermos proceder a essa votação.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP):** -----

----- “Por diversas vezes ouvimos já nesta Assembleia Municipal intervenções de moradores de Lisboa, sobretudo de bairros históricos, referindo os problemas gravíssimos com que são confrontados cotidianamente nas suas vivências devido a problemas com o ruído, sobretudo noturno. -----

----- Neste contexto e à semelhança já do que fizemos em relação à petição anterior, gostaria de saudar os moradores e subscritores desta Petição “Ruído dentro dos limites da lei, defesa do património, ambiente e segurança”, que nos encontramos a debater. --

----- Fizemos como já foi dito até no relatório da Comissão de Ambiente, várias audições que nos ajudaram a perceber a complexidade destes problemas e a dificuldade, portanto, para a sua resolução. -----

----- Os moradores trouxeram até nós relatos dramáticos, resultantes de uma absoluta ausência de regras de vivência em comunidade, originadas por uma animação noturna desregrada. Ruído excessivo pela madrugada dentro, consumo de álcool na via pública, atos de vandalismo e problemas de insegurança daí decorrentes. Sabemos por outro lado que este modelo de animação noturna contradiz as exigências de um turismo sustentável, ao não respeitar o ambiente, o património edificado e cultural, ao não respeitar as normas e as pessoas que habitam nessas zonas, que assim se vêm privadas de um elementar direito consagrado na nossa constituição, o direito a um ambiente saudável. -----

----- Em sede da 4ª Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida, demos o nosso contributo e algumas das sugestões que aparecem de facto no relatório e foram acolhidas também nas conclusões algumas das nossas posições sobre este assunto. De qualquer forma eu gostaria de realmente deixar aqui muito em síntese alguns aspetos que penso que são de salientar. -----

----- Por um lado a existência de claros prejuízos para os moradores destas zonas, portanto, o ruído para além do suportável. A existência de uma situação contraditória e de difícil resolução, por um lado o direito dos moradores ao descanso, à qualidade de vida de usufruto do espaço público em condições de habitabilidade digna, e por outro lado a importância económica, turística e cultural dos espaços de animação noturna. -----

----- Outra nota importante que trazemos é a abertura permanente de novos estabelecimentos, que não cumprem o legislado e que constituem um problema. -----

----- Para ultrapassar os problemas, para além de uma reflexão mais apurada e permanente sobre estas matérias, portanto, obviamente que hoje estamos aqui a discutir e dar resposta a uma petição, mas obviamente, que vamos continuar a acompanhar e a debater todos estes problemas. Temos noção que eles não se vão esgotar, obviamente, hoje. -----

----- Portanto, nesse contexto frisamos a recomendação à Câmara, como de facto, entidade responsável pela vivência na Cidade de Lisboa. Recomendamos à Câmara a continuação e o reforço da fiscalização aos estabelecimentos das áreas envolvidas, de forma a separar os comerciantes que cumprem a lei e aqueles que realmente, o não fazem. O controlo do cumprimento da nova legislação sobre os horários de abertura dos estabelecimentos, o controlo de novos licenciamentos, o combate à abertura e funcionamento de estabelecimentos ilegais. -----

----- Em termos de segurança, também reforçamos a necessidade de que haja um reforço de efetivos e de meios nas esquadras envolvidas e continuar o desenvolvimento de políticas de proximidade. -----

----- Friso a questão do diálogo entre todos, CML, Assembleia Municipal, junta de freguesia ou as juntas de freguesia envolvidas, os moradores e os comerciantes para perspetivar no futuro as soluções para os problemas. Portanto, nesse sentido, acho que será possível realmente uma Lisboa mais amiga do ambiente, mais acolhedora e mais respeitadora dos direitos dos que habitam, visitam ou trabalham.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “A Mesa informa que a Câmara também pediu para usar da palavra, o Senhor Vereador Duarte Cordeiro. -----

----- Mais um pedido de palavra do Senhor Deputado Municipal Miguel Santos? Muito bem, a seguir à Senhora Deputada Municipal Carla Madeira.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Madeira (PS):** -----

----- “Começo por agradecer aos petiçãoários a exposição que fizeram desta problemática, já conhecida desta Assembleia Municipal pela discussão do relatório da visita dos Senhores Deputados Municipais da 2ª Comissão, ao Cais do Sodré e ao Bairro Alto. -----

----- Esta petição permitiu que o assunto fosse avaliado pela 4ª Comissão, completando a análise de todas as vertentes do problema. Agradeço também ao relator do parecer, a análise cuidada que efetuou. -----

----- Os petiçãoários trouxeram-nos um conjunto de problemas do Bairro Alto, Cais do Sodré, Bica, Santos e Príncipe Real, uma área bastante fustigada pelo ruído e insalubridade. -----

----- É conhecida há muito tempo a vocação destas zonas para o comércio noturno, mas é muito recente a sua incompatibilização com o bem-estar dos moradores. Durante décadas verificou-se a coexistência pacífica entre a função residencial e a comercial, estes eram locais de jornalistas, escritores, marinheiros, varinas e de muita boémia, os residentes, visitantes e comerciantes conviviam lado a lado, sem atropelos. -----

----- De há uns tempos para cá, a balança desequilibrou-se completamente e estas zonas deixaram de ter as condições desejáveis à função residencial, o que não podemos de forma alguma aceitar. A situação tornou-se dramática e exige soluções urgentes. Mais uma vez repetimos que não queremos destruir o potencial cultural, social e económico desta área, nem terminar com o comércio de qualidade que ali se instalou. Também não queremos que esta zona, nomeadamente a do Cais do Sodré,

volte a ser dominada pela prostituição e demais atividades, que apesar de relativamente silenciosas, são degradantes para a condição humana.-----

----- Então o que queremos? Queremos manter a função residencial destas zonas. Nelas moram muitas pessoas e devemos assegurar as condições necessárias, para que continuem lá e para que as que foram embora regressem.-----

----- Em segundo lugar queremos que o comércio se mantenha e prolifere, figurando nos roteiros turísticos, promovendo a cultura e a economia da cidade. De salientar que alguns destes comerciantes, contribuem para a lavagem da rua e têm policiamento gratificado, como é o caso da Rua Nova do Carvalho no Cais do Sodré.-----

----- Em terceiro lugar, queremos terminar com a proliferação desenfreada do comércio sem qualidade, que não representa mais-valia para a cidade e que se limita a despejar litros de álcool na via pública. O crescimento deste comércio é uma das principais causas do aglomerar de pessoas na rua à noite. Muitos dos estabelecimentos têm reduzidas dimensões e a maioria dos seus clientes encontra-se no exterior, com consequências a nível da higiene urbana, da ocupação do espaço público, da segurança e do ruído. É disto que se trata, comerciantes que utilizam o espaço público como extensão do seu negócio, sem qualquer respeito pelos moradores e pelas autarquias. Funcionam de portas abertas, emitindo um ruído insuportável para os moradores e os seus clientes depositam lixo e urinam na rua, e quem paga esta limpeza é o erário público, ou seja, todos nós. Só a Freguesia da Misericórdia tem no seu orçamento deste ano para a limpeza mais de 1.000.000,00€, repito, mais de 1.000.000,00€. Os custos com a manutenção das calçadas e do mobiliário urbano também são avultados dado o vandalismo existente, como aqui podemos verificar há pouco.-----

----- Por isso, a solução tem que passar forçosamente por tirar pessoas da rua. O despacho 140 avança com um conjunto de medidas para o cais do Sodré, Bica e Santos, que não tiveram o apoio da Junta de Freguesia da Estrela como o Senhor Presidente da mesma aqui referiu, mas contaram com o apoio da Junta de Freguesia da Misericórdia e da totalidade das suas associações de moradores e comerciantes, que fizeram chegar ao Senhor Vereador Duarte Cordeiro um documento conjunto assinado por todos.-----

----- Um das medidas é a uniformização de horários, ajustando a hora de encerramento dos estabelecimentos de Santos, Bica e Cais do Sodré aos do Bairro Alto, que passam a ter como limite as duas horas durante a semana e as três horas ao fim de semana, com exceção dos estabelecimentos que reúnem determinadas condições e que funcionam de forma fechada, como é o caso das discotecas. Isto vai diminuir a circulação de pessoas existentes, entre o Bairro Alto e a zona ribeirinha, desde que a Câmara interveio no horário de fecho do Bairro Alto.-----

----- Outra das medidas e esta é mais inovadora, é a proibição da saída de clientes para a rua com bebidas a partir da uma da manhã. E se esta medida não for respeitada, o estabelecimento terá como penalização fechar provisoriamente às vinte e três horas, o que é uma grande penalização, dado que deixa de vender no período de maior negócio.-----

----- A hora de encerramento das lojas de conveniência também é antecipada, o que é importante, pois elas são uma das principais causas para o consumo de álcool na via pública. -----

----- Este despacho será implementado dia 23 de Janeiro, e para o seu cumprimento será fundamental uma fiscalização reforçada por parte da Câmara. Será importante esta Assembleia Municipal acompanhar a sua execução e propor medidas de melhoria. Caso tenha os impactos positivos desejados, deverá ser alargado às áreas envolventes, sobretudo ao Bairro Alto. Porém, este despacho só incide sobre uma parte do problema, que é a venda de álcool, infelizmente não incide sobre o consumo de álcool, dado que a legislação Portuguesa não permite a regulamentação municipal sobre esta matéria, como sucede noutros países. -----

----- Para se completarem as medidas de resolução do problema, é essencial a criação de legislação nacional que proíba o consumo de álcool na via pública nos bairros históricos, a revogação do licenciamento zero para este ramo de atividade e que a fiscalização da venda ambulante, desde 2013 competência da ASAE, regresse à Câmara.-----

----- Por isso apelo aos Senhores Deputados Municipais que são Deputados na Assembleia da República, e temos aqui vários, para que analisem estas propostas.-----

----- Como o relatório refere, para reduzir o ruído, é também importante a Câmara regulamentar os horários das cargas e descargas, rever os horários de recolha de resíduos sólidos e elaborar um regulamento municipal de redução do ruído a par do Plano de Ação para o Ruído. -----

----- Por tudo isto o Grupo Municipal do PS concorda com este parecer e as suas nove recomendações. -----

----- Este é um problema de solução difícil, mas do qual não desistiremos. Os moradores e as autarquias receberam sempre de braços abertos os seus visitantes e comerciantes, portanto, os comerciantes inseridos em bairros residenciais têm que retribuir este acolhimento e aceitar que têm uma responsabilidade social sobre os mesmos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN):** -----

----- “É a segunda vez que estamos a discutir esta situação, a primeira na sequência da visita que foi feita e nessa altura não fomos favoráveis ao relatório, porque achávamos que era insuficiente. -----

----- Neste momento creio que o relatório que foi feito após a audição dos petiçãoários, a quem desde já agradeço a manifestação de cidadania, parece-nos que foi até ao ponto em que podia ir e por isso tem o nosso acordo e o nosso voto favorável. No entanto, subscrevo integralmente as palavras da Senhora Presidente que acabou de falar, porque realmente o problema que nós estamos, com que nos defrontamos, é sobretudo o problema da bebida na via pública.-----

----- Nós não somos contra a proibição de se beber na via pública, mas apenas somos favoráveis a que essa proibição, ou que exista uma condicionante horária relativamente às horas em que se pode ou não beber na via pública. É óbvio que às

duas da manhã ou à meia-noite, para quem quer levantar-se às sete horas do dia seguinte ou às seis, é impensável. -----

----- Portanto, os nossos colegas que são também Deputados Municipais na Assembleia da República têm neste momento uma obrigação de levar esta mensagem. É necessário regulamentar, na nossa opinião, em termos de horário aquilo que se pode ou não fazer na via pública, não os locais, que isso deve ser livre. Mas a questão dos horários e da proximidade das zonas de moradores, e por isso, acreditamos que existem duas vias de solução para este problema, ou três, melhor. -----

----- Uma, o Senhor Vereador Duarte Cordeiro, já efetivou ao limitar os estabelecimentos no seu horário e esperemos que funcione, ou pelo menos, que funcione de forma significativa. -----

----- A segunda é criar zonas alternativas que façam a atração dos potenciais clientes da noite, para zonas onde o ruído não incomode quem quer descansar. -----

----- A terceira é esta, que é levar a Assembleia da República a limitação dos horários de se poder ingerir bebidas alcoólicas na via pública. -----

----- Com estas três medidas creio que o problema poderá ser resolvido e que se possa continuar a gozar a noite em Lisboa, para quem gosta de a gozar em pé ou para quem gosta de a gozar descansando.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Eu queria chamar a atenção dos serviços que está uma temperatura abaixo do razoável dentro da sala, portanto, vejam se podem fazer alguma coisa. Aqui no palco está muito desconfortável, portanto, nós não temos condições para trabalhar assim. ----

----- Eu peço para os serviços irem verificar o que é que se passa e que me venham aqui reportar à Mesa por favor. -----

----- Vamos então dar a palavra ao Senhor Vereador Duarte Cordeiro, que pediu para usar da palavra.” -----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro:** -----

----- “Quero, em primeiro lugar, fazer uma referência ao facto de a Câmara Municipal ter, durante este período de tempo, ter participado nas reuniões da Comissão, portanto, este relatório que agora nós tivemos conhecimento já resulta, também, de uma conversa em particular, pelo menos, comigo, e a Câmara Municipal tem participado antes e no decorrer deste período em que decidiu tomar esta iniciativa deste despacho, tem conversado com os moradores, tem conversado com os comerciantes, tem conversado com as Juntas de Freguesia. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa não entende que as decisões que tomou são, necessariamente, a resposta para o problema. Nós temos a noção que este é um problema complexo e exige uma abordagem integrada, e mesmo em relação às medidas específicas que são abordadas no despacho, têm que ser avaliadas, monitorizadas, e nós não teremos problema nenhum de rever algumas dessas mesmas decisões, ou se necessário, quer até no sentido de reforçar, quer no sentido de as corrigir, isto para que fique absolutamente claro que entendemos que não somos donos da verdade em relação a esta matéria, achamos que este é um problema complexo e que exige um acompanhamento permanente. -----

----- Quero referir que a Câmara Municipal tomou uma decisão da restrição dos horários do Cais do Sodré, Bica e Santos, como aqui foi dito, penso que pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Estrela, uma abordagem casuística e não sistémica, e ele tem razão, por uma simples razão, eu falarei da abordagem sistémica porque, efetivamente, esta intervenção vem na sequência de queixas específicas de cidadãos. E são as queixas específicas dos cidadãos que fazem com que a Câmara Municipal atue, especificamente, sobre estas zonas, há semelhança do que fez no passado em relação ao Bairro Alto e ao Intendente. Portanto, isto não são casos isolados, e sim são uma abordagem casuística, e sim em resposta a queixas de cidadãos. -----

----- Volto a dizer que abordagem da Câmara Municipal é uma abordagem que tem como objetivo compatibilizar realidades diferentes, abordagens completamente diferentes. Temos noção de que, na sequência do nosso despacho, dificilmente será de total contentamento dos cidadãos, não é, com certeza, do contentamento dos donos dos espaços comerciais, pelo que muitas destas medidas poderão ser, podemos discordar da sua amplitude ou da sua abordagem, como foram, em particular, na zona de Santos, da Junta de Freguesia da Estrela, mas isto foi feito num clima de transparência, apesar de nós discordarmos falamos uns com os outros, que já de si é algo que deve ser realçado. -----

----- Dizer que o despacho teve uma abrangência significativa, como já aqui foi dito pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia. O objetivo do despacho foi reduzir aquilo que foi entendido como o aspeto essencial do ruído que, no fundo, é a aglomeração de pessoas na rua, e portanto o objetivo do despacho, não podendo o Município fazer qualquer tipo de interferência no que diz respeito ao consumo na via pública, não nos compete interferir nessa matéria, nós procuramos tomar decisões que tivessem como objetivo diminuir a permanência que tivesse a ver com um aglomerado de pessoas na rua, pelo menos nos termos que atualmente, acontece. Para tal, restringimos os horários das lojas de conveniência porque entendemos que, em certa medida, contribuem para a venda de álcool e que no fundo contribuem para a aglomeração de pessoas na rua. Restringimos os horários de bares que nós entendemos que não têm condições para retirar as pessoas da rua e que pelas suas características contribuem para a sua permanência de consumidores e de pessoas da rua, e que procuramos de forma inovadora testar uma restrição e que é restringir a venda de bebidas para a rua a partir da uma da manhã, nestas zonas, em particular. -----

----- Volto a dizer que estas medidas serão monitorizadas e avaliadas, o que não significa que nós não possamos, de hoje para amanhã, de chegar á conclusão que há medidas que tomámos em relação á zona do Cais do Sodré, Bica e Santos, que não possam ser generalizadas para a zona do Bairro Alto. Acho que, objetivamente, temos aqui um período que eu vou já explicar qual é, para avaliarmos estas medidas e percebermos a sua eficácia. -----

----- Dizer, também, que no próximo fim de semana, no dia dezasseis, iremos para a rua no sentido de informar os cidadãos, os comerciantes, da alteração dos horários que acontecerá na semana seguinte. Para tal, constituímos um grupo de trabalho que tem

como objetivo acompanhar a implementação destas mudanças, nestas zonas em particular. -----

----- No dia vinte e três de janeiro, iremos implementar as mudanças. -----

----- Quero, também, falar abertamente das diferenças que levaram a uma abordagem e uma decisão distinta daquela que foi a desejada pela Junta de Freguesia da Estrela. Acho que, nestas matérias devemos, independentemente de respeitar, e respeitamos bastante as Juntas de Freguesia nestas matérias, mas deixar claro que, em primeiro lugar, a aplicação dos horários da atividade comercial não transitou para as Juntas de Freguesia. Como tal, não há nenhuma falta de respeito institucional no que diz respeito às competências que as Juntas de Freguesia têm face às competências que são da Câmara. Em segundo lugar, a Câmara Municipal solicitou opinião às Juntas de Freguesia sobre esta matéria, e as Juntas de Freguesia deram a sua opinião. No caso da Junta de Freguesia da Estrela, como é do conhecimento público, tinha uma alternativa de uma aplicação do que entendia ser a resposta para o problema, mas devo dizer um aspeto, a Junta de Freguesia da Estrela não contribuiu para aquilo que foi entendido como a delimitação da área de intervenção do despacho. Não contribuiu.

----- Portanto, algumas das matérias que o Senhor Presidente aqui referiu no que respeita a áreas geográficas do despacho, não constam do seu contributo no que diz respeito à participação nomeadamente da aplicação deste despacho. Contribuiu, sim, como uma alternativa que foi absolutamente clara, da parte do Senhor Presidente em que propunha alternativa de aplicação, não uma restrição de horários, ou seja, entendia que os horários na Junta de Freguesia da Estrela, nomeadamente em Santos, poderiam permanecer os que atualmente, são, mas sim uma forma de controlo da aglomeração de pessoas no espaço público, através da intervenção das forças policiais e, nomeadamente, através da intervenção da limpeza da Junta de Freguesia. -----

----- Confessamos que achamos pouco e face às queixas dos cidadãos entendemos que não se justificava ter uma abordagem para a zona de Santos distinta, não poderíamos discriminar os cidadãos de Santos dos cidadãos das outras zonas, e decidimos na mesma, com o risco de podermos estar errados, e da Junta de Freguesia da Estrela manter a opinião que tem sobre a abordagem correta, mas volto a dizer, nós temos a humildade suficiente para avaliar aquilo que vais ser a aplicação deste despacho e, decidimos manter aquilo que era a nossa abordagem. -----

----- Volto a dizer, que estamos disponíveis para alterar o horário das cargas e descargas. Estamos disponíveis para alterar o horário da higiene urbana quando a operação assim for possível. Entendemos que abordagem deve ser integrada como já comunicamos, e portanto, deve ser feito em estreita colaboração com as Juntas de Freguesia com as suas áreas de fiscalização e de higiene urbana, em estreita colaboração com a Polícia Municipal e com a Polícia de Segurança Pública, nomeadamente, com o Vereador Carlos Castro que aqui está, ao meu lado, e que participará connosco na aplicação desta restrição de horários. Entendemos, também, que deverá haver uma abordagem de requalificação de espaço público, nomeadamente, na zona do Cais do Sodré que vai ter um projeto de requalificação de espaço público que permitirá estender a atividade comercial de alguns destes

estabelecimentos, abrir, por exemplo, esplanadas e desta forma atrair clientes para outros horários que não os horários noturnos. Entendemos que os projetos de segurança, como a videovigilância do Bairro Alto devem ser alargados ao Cais do Sodré, e estamos disponíveis para avaliar o resultado de todas estas pretensões, sendo que algumas dependem exclusivamente de nós, outras não, como mé o caso da videovigilância do Cais do Sodré. -----

----- Constituímos um grupo de trabalho das várias áreas da Câmara Municipal, que queremos agregar as Juntas de Freguesia, os moradores e os comerciantes. Entendemos que estas matérias foram, como foi dito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, casuísticas. Mas, no entanto, está a aguardar para ser promulgado o Regime Jurídico de acesso e Exercício da Atividade Comércio, Serviços e Restauração. Assim, que o Senhor Presidente da República promulgar este Regime Jurídico, nós, obviamente, iniciaremos um processo de alteração do Regulamento de Horários da cidade. Pensamos que entre um período e outro, será o suficiente para avaliar algumas destas medidas e perceber quais delas deverão ser uniformizadas a toda a cidade, e quais delas deverão continuar a ser apenas aplicadas naquela zona, em particular. E por isso, estamos disponíveis, juntamente com a Assembleia Municipal e com a Comissão, acompanhar, ir acompanhando esta matéria com toda a atenção e com toda a necessidade de, se necessário, alterar as decisões que agora vamos tomar.”

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “O Senhor Vereador usou tempo cedido pelos Senhores Deputados Municipais Independentes.-----

----- O Senhor Deputado Municipal Luís Newton pede a palavra, mas não tem tempo, portanto, pede a palavra para? O microfone ao Senhor Deputado Municipal Luís Newton para eu perceber para que é o uso da palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD):**-----

----- “Senhora Presidente é uma defesa da honra.-----

----- Senhora Presidente na intervenção o Senhor Vereador referiu que em momento algum a Junta de Freguesia da Estrela, tinha alertado para as questões relacionadas com as incongruências, no que diz respeito áquilo que é, delimitação do espaço geográfico.-----

----- No entanto eu quero recordar o Senhor Vereador, que em *email* enviado a 19 de Novembro de 2014, a pontos 3, em determinado momento referimos que pedimos a remoção da referência, relativamente à questão da Avenida Dom Carlos 72 ou 120 e alertamos, porque o facto é que o primeiro bar se encontra, não no número 72, mas na realidade encontra-se no número 44.-----

----- Portanto, estava aqui já a primeira indicação clara, ao contrário do que disse o Senhor Vereador, de que de facto a área que incide diretamente sobre a zona de Santos foi alvo de um alerta por parte da junta de freguesia, não obstante o facto de termos tido várias conversas telefónicas sobre essa matéria, mas de facto, não existindo registo físico escrito, e não querendo aqui também, acusá-lo daquilo que ele inevitavelmente num esforço de memória para conversas telefónicas. Eu reduzo-me

exclusivamente ao momento escrito, e portanto, quer fazer essa retificação Senhor Vereador.-----

----- Há e dizer-lhe também que nessa mesma comunicação, o Senhor Vereador aqui diz que não é uma competência que está delegada nas juntas de freguesia, foi a própria junta de freguesia que nessa mesma comunicação, em determinado momento, identifica que não sendo parte integrante do novo quadro de competências no âmbito da 56/2012, não deixa, no entanto, de ser matéria relevante no que diz respeito àquela que é a aplicação legal, portanto, daí a intervenção da própria junta de freguesia. -----

----- Entendemos é que em determinado momento não se justifica, ou diria, que não ficaria, não sei se será correto ser a vereação a avaliar quem grita mais alto, se uma junta de freguesia, se um ou dois moradores. Portanto, essa competência também no final deverá ser, também, eu diria, assacada à própria junta de freguesia.” -----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro:** -----

----- “Sem quer alimentar polémicas, até porque, queremos fomentar um espírito de colaboração e trabalho conjunto, apenas fazer duas referências. -----

----- Primeiro, não somos nós que definimos que esta competência deve ser municipal, é o Estado, e recentemente, o novo Regime Jurídico aprovado já neste quadro, neste mandato, refere que é uma competência municipal. -----

----- Entenda-se que por uma questão de homogeneidade, a atividade comercial não pode ser discriminada, deve haver um princípio de igualdade de tratamento entre todas as atividades comerciais num território, e é por isso que é uma competência municipal. -----

----- Mas deixe-me só dizer-lhe mais um aspeto, não querendo entrar em polémicas. Independentemente de um ou outro aspeto, o que eu volto a dizer, e depois se quiser comparará a sua intervenção aqui com o que acabou de referir. O que eu disse foi, que o Senhor Presidente, nos contributos que nos envia, não enviou aquilo que é, que me pareceu ser, a sua correção no que diz respeito às áreas geográficas do despacho. Coisa que fez, por exemplo, a Junta de Freguesia da Misericórdia. E que do nosso lado, devo-lhe dizer, estamos inteiramente disponíveis para em despacho futuro corrigir as zonas e incluir as zonas que o Senho Presidente da junta agora refere.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Vamos então agora passar à votação das recomendações da 4ª Comissão sobre a Petição n.º 9/2014. -----

----- São nove pontos, o BE pediu para autonomizar o ponto 9º, salvo erro, é isto? -----

----- Portanto, vamos pôr à votação as recomendações. Não sei se todos têm conhecimento delas, os senhores subscritores provavelmente não tiveram acesso, porque este relatório só foi aprovado ontem ao fim do dia e só hoje é que foi posto no *site*. E, portanto, eu vou rapidamente dar conhecimento do que é que vai ser posto à votação. -----

----- São nove recomendações e são as seguintes: -----

----- 1- A produção de um regulamento de cargas e descargas, coordenado com o horário de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, no Concelho de Lisboa;-----

----- 2- A coordenação dos horários de recolha de resíduos sólidos urbanos, com o mesmo horário de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços no Concelho de Lisboa; -----

----- 3- A execução e apresentação à Assembleia Municipal de Lisboa de um Regulamento Municipal de Redução de Ruído, a par do Plano de Ação para o Ruído;--

----- 4- A avaliação da eficácia dos despachos camarários sobre o horário de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços no Concelho de Lisboa, relativamente ao Bairro Alto, Cais do Sodré, Bica e Santos, como via para determinar a suficiência e adequação das medidas tomadas, ponderando as vantagens comparativas de uma uniformização do horário nesses locais com a consideração das especificidades das diferentes áreas e transmissão à Assembleia Municipal dos resultados;-----

----- 5- A definição de áreas na zona ribeirinha, onde promover a concentração de estabelecimentos de lazer e diversão noturna; -----

----- 6- O reforço da fiscalização dos estabelecimentos das áreas preferenciais de diversão noturna, com controlo do cumprimento dos horários de abertura e fecho e combate efetivo à abertura e funcionamento de estabelecimentos ilegais; -----

----- 7- O diálogo permanente entre a Câmara, a Assembleia, as Juntas de Freguesia envolvidas, os moradores e os comerciantes, para uma monitorização dos problemas associados ao ruído; -----

----- 8- A promoção de projeto educativo alargado de prevenção primária, de forma a evitar o consumo precoce de álcool; -----

----- Finalmente o nono e último, que será votado em separado. -----

----- 9- O exercício do magistério de influência para que seja produzida legislação no sentido de condicionar o consumo de álcool no espaço público. -----

----- Estas são as nove recomendações que temos pendentes para votar, na sequência da vossa petição. -----

----- A Mesa vai pôr à votação os primeiros oito pontos. -----

----- Eu chamo a atenção que as pessoas estranhas à Assembleia Municipal não podem estar sentados no espaço dos Deputados Municipais, já é a segunda vez hoje durante a Sessão e eu pedia para respeitarem esta regra, por uma questão das votações serem absolutamente rigorosas.-----

----- A Mesa vai pôr à votação os **Primeiros Oito Pontos das Recomendações contidas no Parecer da 4ª Comissão sobre a Petição n.º 9/2014, “Ruído dentro dos limites da lei, defesa do património, ambiente, segurança e de um desenvolvimento turístico sustentável, é o que pedimos para Lisboa”**. Os Primeiros Oito Pontos das Recomendações do Parecer foram **aprovados por unanimidade**. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto Nono das Recomendações contidas no Parecer da 4ª Comissão sobre a Petição n.º 9/2014, “Ruído dentro dos limites da lei, defesa do património, ambiente, segurança e de um desenvolvimento turístico sustentável, é o que pedimos para Lisboa”**. O Ponto Nono das Recomendações do Parecer foi **aprovado por maioria**, com votos a favor de PS, PSD, PCP, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 3IND e votos contra de BE e 3IND.-----

----- E terminámos a discussão da petição, agradecendo aos peticionários o terem ficado aqui até mais tarde, porque foram os últimos a serem atendidos. Também o trabalho que tiveram com a recolha de assinaturas, com a mobilização e com a apresentação que aqui fizeram. -----

----- Pedimos desculpa pelas condições térmicas da sala, que nos estão a afetar a todos, mas peço de facto que aguentemos um pouco mais.-----

----- Terminámos esta parte dos nossos trabalhos. -----

----- Senhores Deputados Municipais eu iria pedir aos serviços para abrirem de imediato a urna no *foyer* pequeno, para a eleição dos Representantes das Juntas de Freguesia ao Congresso da Associação Nacional de Municípios, enquanto passaríamos ao Ponto 5. Mas ficaria, desde já, aberta a urna para os Senhores Deputados Municipais irem a pouco-e-pouco, fazer o favor de irem votar, nos dois Presidentes de junta para Delegados ao Congresso da Associação Nacional de Municípios. -----

----- Vamos ter a urna aberta durante cerca de trinta minutos, penso que é suficiente, ou quarenta e cinco minutos será suficiente, e depois encerraremos para fazer o escrutínio, enquanto decorre a Sessão.” -----

----- **PONTO 5 – APRECIAR A PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO SOBRE O DEBATE TEMÁTICO “OS TRANSPORTES EM LISBOA: O QUE TEMOS E O QUE QUEREMOS” APRESENTADA PELA 8ª COMISSÃO PERMANENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 39º DO REGIMENTO E DO FORMATO APROVADO PELA DELIBERAÇÃO 91/AM/2014, TOMADA EM 22.4.2014 SOBRE A PROPOSTA 01/CR/2014, DA CONFERÊNCIA DE REPRESENTANTES (2 X GRELHA BASE – 68M).** -----

----- (A deliberação final sobre o debate temático “*Os transportes em Lisboa: o que temos e o que queremos*”, fica anexada à presente Ata como Anexo VI, e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “Portanto, neste momento vamos entrar no Ponto 5. Trata-se da proposta de deliberação sobre o debate temático “Os transportes em Lisboa: o que temos e o que queremos”.” -----

----- Este debate temático ocorreu já no ano passado, mas ficou pendente da apreciação do ponto da situação, relativamente às negociações entre a Câmara e o Governo, para se fazer a deliberação final, que neste momento vai ser discutida pela Assembleia Municipal na sequência de uma proposta da 8ª Comissão. -----

----- Eu pedia ao Senhor Presidente em exercício da 8ª Comissão, para nos apresentar muito sumariamente a proposta que a 8ª Comissão fez sobre o debate temático.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Alberto Franco (IND):** -----

----- “Também de uma forma sintética, breve, dado que o texto da proposta de deliberação está disponível, no entanto, parece-me que vale a pena enunciar, enumerar, os pontos conclusivos, ou seja, os seis parágrafos que nesta proposta de deliberação que está distribuída resultam dos trabalhos da 8ª Comissão, portanto, isto em nome do presidente efetivo, que como já foi dito hoje, se encontra ausente. -----

----- Em resultado dos trabalhos dos debates temáticos ocorridos aqui em Plenário durante três sessões, que tiveram lugar no primeiro semestre deste ano, e dos trabalhos desenvolvidos pela 8ª Comissão, já no segundo semestre de 2014, a 8ª Comissão propõe o seguinte texto, que como eu enunciei é constituído pelos seis parágrafos que eu vou passar a ler, sobre os quais poderá eventualmente, e sei que já é o caso, poderão aparecer algumas propostas de modificação, oriundas da própria Assembleia Municipal.-----

----- Portanto, em resultado dos trabalhos que referi, propõe-se que a Assembleia Municipal de Lisboa delibere: -----

----- 1- Reafirmar a sua posição de que o planeamento e gestão dos sistemas de transporte coletivo urbano deverão manter-se na esfera de atuação de entidades públicas; Em relação a este primeiro ponto tenho notícia que vai haver uma proposta de clarificação do texto.-----

----- 2- Manifestar o seu entendimento que os municípios da Área Metropolitana de Lisboa devem assumir um papel relevante e decisivo no planeamento e gestão dessas redes de transporte e contribuir para o financiamento da sua operação, na medida das suas possibilidades, nomeadamente através da afetação de receitas provenientes dos beneficiários indiretos dos serviços que estas redes prestam à sociedade e à economia; -

----- 3- Afirmar que a operação dessas redes deve ser realizada segundo uma orientação de serviço público, com atendimento a situações sociais relevantes e uma visão do papel importante que os transportes coletivos assumem em termos de coesão social e territorial;-----

----- 4- Considerar que uma gestão eficiente dessas redes de transporte coletivo deverá passar pela otimização da utilização dos meios que lhes estão afetos, por potenciar a complementaridade entre modos de transporte, assegurar a diversidade de serviços de modo a responder às necessidades de deslocação de toda a população e garantir uma acessível e simples integração tarifária; Também refiro que tenho conhecimento que vai ser apresentado uma proposta de explicitação ou clarificação, desta integração tarifária que está aqui proposta.-----

----- Delibera ainda recomendar à CML que:-----

----- 5- Prossiga as negociações com o Governo tendo em vista estabelecer um contrato de parceria que permita transferir para o Município o planeamento e gestão das redes da CARRIS e Metropolitano de Lisboa, assegurando a CML o necessário financiamento à sua operação, nos termos que vierem a ser acordados, nomeadamente, através do recebimento por esta de todas as receitas de exploração dessas redes e das indemnizações compensatórias previstas na lei; Também aqui vai aparecer uma proposta de complemento ou de clarificação. -----

----- 6- Envide todos os esforços para que a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, seja dotada dos meios e competências que lhe permitam assegurar eficazmente as suas funções de planeamento estratégico e gestão tática das redes de transporte coletivo que servem a Área Metropolitana de Lisboa, bem como que a sua direção seja assegurada maioritariamente por representantes da Área Metropolitana de Lisboa; Há que ler aqui onde por lapso se fala ainda na junta Metropolitana de Lisboa,

há que ler Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa, que na atual configuração legal é quem é o órgão que dirige a Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Portanto, eu acabo de apresentar o texto que provém da 8ª Comissão, e a 8ª comissão, obviamente que acolhe e aceitará de bom grado os melhoramentos que este texto possa ainda merecer no debate no Plenário.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “A Mesa vai pedir agora ao Senhor Deputado Municipal João Pinheiro, que foi corelator deste relatório, que faça a apresentação do relatório. -----

----- Este foi um trabalho particularmente intenso, houve quatro sessões, com cada uma delas dois relatores que por sua vez elaboraram esses relatórios todos, que estão todos no *site*, e foi preciso depois fazer uma síntese, que não era fácil de se fazer até porque havia posições contrárias manifestadas no debate. -----

----- Portanto, queria felicitar os relatores pelo trabalho realizado e pedir ao Senhor Deputado Municipal João Pinheiro que apresentasse então as conclusões principais do relatório.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS):** -----

----- “A apresentação deste relatório segue-se à apresentação das propostas de deliberação que dele emergem. Não obstante, entendeu a 8ª Comissão e o seu presidente, cuja ausência já foi aqui justificada, elaborar um relatório que seja de alguma forma um resumo, a síntese do debate temático promovido pela Assembleia Municipal de Lisboa e que como sabem e tiveram de certeza a oportunidade de participar, decorreu em quatro sessões participadas com diversas opiniões que teremos que tentar verter de forma sintética num documento, que também é submetido a apreciação da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Portanto, recorde e iniciando desta forma a síntese, que este tema, os transportes, está presente nos trabalhos da Assembleia Municipal de Lisboa, desde as primeiras sessões deste mandato. Recorde também que uma significativa maioria de Grupos Municipais já promoveram iniciativas parlamentares, moções, recomendações. Recorde-me em concreto de iniciativas promovidas pelo PCP, pelo BE, pelo PEV, pelos Senhores Deputados Municipais Independentes, também pelo PS, pelo MPT, portanto, é um tema que está presente nos trabalhos e que tem suscitado bastante interesse. -----

----- A relevância política do tema, também é evidente, portanto, a Cidade Capital tem um refluxo diário de centenas de milhares de pessoas. É um dos destinos turísticos mais escolhidos em todo o mundo. Nos anos de 2013 e 2014, recebeu em cada um dos anos mais de dez milhões de visitantes, e portanto, o impacto económico deste fluxo de visitas, mas também, a desejada coesão social e territorial e o desafio da sustentabilidade ambiental e financeira projetaram, como disse, a realização de quatro debates amplamente participados que evoluíram do diagnóstico, às responsabilidades, ao financiamento, à comparação com outras experiências de gestão municipal e territorial de transportes e culminaram num último debate, onde foi possível assistir a um confronto entre dois modelos possíveis. -----

----- Tem lugar nesta apresentação do relatório, um justo agradecimento aos oradores que aceitaram o convite da Assembleia Municipal de Lisboa e que nos transmitiram o seu saber, também aos participantes que espontaneamente aqui marcaram presença e que partilharam connosco as suas experiências e convicções. -----

----- Também os moderadores e os relatores, estes oriundos da Assembleia Municipal, são participantes de relevo a quem é devido um especial agradecimento, pois sem eles, não teríamos um acervo que há um ano atrás não tínhamos. Hoje em dia está disponível na página da Assembleia Municipal abundante documentação de suporte que reflete as sessões, portanto, relatos das sessões, relatos e resumos de cada uma das sessões, e portanto, é um legado que fica para o futuro sempre que este tema puder ser, ou houver interesse, em ser revisitado. -----

----- Já foi referido em comissão e em Plenário ao longo destes trabalhos, que um tema desta magnitude, dificilmente suscitaria uma unanimidade na apreciação do que existe, na projeção do que deve existir e no modelo de responsabilidades da coordenação das diferentes redes, modos de transporte e nos impactos ambientais. -----

----- Volto ao quarto debate que me parece, merece uma nota de relevo. Permitiu esse quarto debate a exposição de visões de convergência não garantida, entre a CML, que já apresentou uma proposta que incide sobre uma responsabilidade municipal na gestão operacional dos transportes públicos de Lisboa, e um membro do Governo, que tem a incumbência de tutelar as empresas públicas de transportes. Sobre a posição Governamental foi transmitida a esta Assembleia Municipal, a preferência por uma solução concursal, emergente de propostas apresentadas por operadores privados em detrimento de uma parceria pública, apresentada pela CML. Esta intenção será reforçada com os sucessivos anúncios de conclusão do procedimento no corrente ano eleitoral e esta tónica divergente, consideramos que merece ser salientada. -----

----- Não é a propósito da apresentação deste relatório, antecipar o debate que certamente se seguirá entre os Grupos Municipais, mas revela-se oportuno sublinhar, que no processo deste debate temático, foram sendo revelados documentos de conteúdos incontornáveis, que no início não existiam. Já me referi à proposta da CML dirigida ao Governo, mas também têm que ser frisadas as iniciativas legislativas governamentais, ao nível da regulação e do Regime Jurídico da Gestão das Empresas Públicas de Transportes, elementos que só incrementam o interesse pela discussão pública dos diversos interesses em presença. -----

----- Independentemente dos legítimos posicionamentos dos diferentes Grupos Municipais, neste debate identifica-se uma preocupação generalizada com os resultados, que o modelo de exploração e financiamento das empresas operadoras têm vindo a gerar ao nível do serviço e das receitas, ambas as componentes em progressivo decréscimo, como foi afirmado, quer pelos responsáveis da gestão das empresas, quer pelo já referido, membro do Governo. -----

----- No plano das soluções, nota-se ou notou-se, uma certa convergência dos Grupos Municipais em redor de ideias-chave, como a assunção pelo Estado do défice estrutural, criado pelo endividamento na prestação do serviço público de transporte, a revisão do modelo de repartição de receitas, a eficiente integração multimodal e

tarifária, a implementação de soluções integradas de estacionamento e transporte coletivo, a melhoria na oferta e atratividade do transporte, a discriminação positiva para grupos sociais quando justificado e a integração de políticas de mobilidade e urbanismo na operação e planeamento dos transportes.-----

----- No plano das insuficiências, destacou-se o desempenho da Autoridade Metropolitana de Transportes e do seu modelo de composição e funcionamento, reclamando-se crescentemente uma maioria e um reforço dos poderes municipais.-----

----- O relatório que ficará disponível, contém pois, síntese de ideias amplamente difundidas ao nível do modelo institucional de gestão e financiamento, as quais se apresentam para discussão neste plenário e que surgem devidamente salientadas na proposta de deliberação, que aqui foi apresentada pelo Senhor Deputado Municipal José Franco.-----

----- Basicamente e para terminar, a atualidade política sobre os transportes no Município de Lisboa, continua a ser marcada pelas seguintes questões. -----

----- Quem deve gerir as operações transporte? -----

----- Com que parâmetros e com que financiamento? -----

----- Após a realização deste debate temático e da apreciação que aqui hoje faremos, estamos certamente mais habilitados para lhes responder, no interesse dos munícipes que nos elegeram.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Eu lembro aos Senhores Deputados Municipais que está a decorrer uma votação no foyer pequeno, e portanto, peço que não deixem de votar para que a votação possa ter o quórum necessário. -----

----- E vamos prosseguir as intervenções.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD):**-----

----- “Como tivemos ocasião de constatar ao longo do último ano, nestas mesmas sessões aqui, a Câmara tem optado muitas vezes por não responder de forma clara às dúvidas suscitadas pelos Senhores Deputados Municipais ou não responder de todo, o que torna muito difícil a esta casa, efetuar uma das principais missões que lhe foi atribuída, a de fiscalizar a câmara. -----

----- Eu gostaria que este ano começasse com um procedimento diferente, porque esta é a forma de a Assembleia Municipal fazer aquilo que é suposto fazer e não é expectável que seja a Câmara a dificultar o nosso trabalho.-----

----- Eu digo isto a propósito de um pedido que foi feito nesta mesma casa, pelo Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo, quando solicitou à Câmara os estudos em que se tinha apoiado para se candidatar à concessão do Metro e da Carris. Pediu, para que todos pudéssemos avaliar com segurança e propriedade, uma concessão que vai afetar a vida dos lisboetas nos próximos anos, e quem sabe, nas próximas gerações. -----

----- A verdade é que até agora o único estudo a que tivemos acesso foi publicado por um jornal, segundo o qual a concessão do Metro e da Carris vai custar aos cofres da cidade 18.000.000,00€. De acordo com esse estudo, feito pelo BPI e supostamente encomendado pela Câmara, sairão dos nossos cofres 127.000.000,00€ ao longo de

sete anos, financiados através do estacionamento e da publicidade exterior, como afirmou por diversas vezes o Senhor Presidente, ainda em funções mas bastante ausente, sem contudo demonstrar como. -----

----- E isto objetivamente prejudicou o debate, porque tal como eu afirmei aquando do início, a verdade é que estando todos de acordo que é necessário melhorar os transportes em Lisboa, estamos todos de acordo que a solução ideal será que os municípios possam gerir os transportes públicos que nela operam. -----

----- A verdade é que no caso de Lisboa, continuam a levantar-se duas questões que no entender do PSD se mantêm incontornáveis: -----

----- A primeira. Como é que uma Câmara com 1.420.000.000,00€ de passivo vai suportar os custos caso fique com a concessão? O estacionamento e a publicidade, diz o Senhor Presidente, serão suficientes. Mas a que custo? -----

----- Eu sou forçada a concluir duas coisas e corrijam-me se acham que eu estou errada. Se o estudo conclui que naturalmente os lisboetas serão beneficiados, eu não percebo porque é que o Senhor Presidente não distribuiu já isso por toda a cidade, para ficarmos todos satisfeitiíssimos. Se o estudo conclui que isso vai penalizar os lisboetas, eu compreendo que não o mostre, mas acho que não justifica, porque por causa disso o debate ficou com uma carta fechada e por abrir. -----

----- A segunda questão, que também não foi explicada, foi qual é a atitude que a Câmara vai adotar, caso não venha a ficar com a concessão? -----

----- Eu confesso que me preocupou um bocado, se calhar entendi mal e peço que me corrijam, a ouvir o Senhor Vice-Presidente afirmar, nesta mesma casa, que os transportes em Lisboa só poderão melhorar se a concessão for atribuída à Câmara. Bom, e se não for? A Câmara continua com a gestão do espaço público, vai colocar entaves ou melhoramento da rede? Vai obstaculizar? Bom, mas nesse caso estará a trabalhar contra os interesses do munícipe que o elegeram. -----

----- É necessário que a Câmara, e muito bem, se bata pela concessão da carris e do Metro dentro dos interesses dos lisboetas, mas também é necessário que a Câmara nos esclareça o que pretende fazer caso isso não venha a acontecer. -----

----- Volto a insistir. Acho que este debate não ficou com todas as cartas na mesa, e por isso mesmo, entendo que qualquer juízo que venha a ser feito está prejudicado por isso. -----

----- Outra questão. O PSD vai votar contra este relatório, porque o considera parcial e omite, nomeadamente, as posições que foram aqui debatidas contra a municipalização dos transportes. Curiosamente também omite uma coisa que me parece que era no mínimo desejável, é que a presença do Senhor Secretário dos Transportes esteve aqui e merecia ser falada. Vamos apresentar uma Declaração de Voto mais detalhada, mas naturalmente não podemos votar a favor do relatório.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP):** -----

----- “Na sequência da ampla discussão na Assembleia Municipal de Lisboa sobre a situação dos transportes na Área Metropolitana de Lisboa, em quatro sessões bastante participadas por cidadãos e dinamizadas por um conjunto de especialistas das mais diversas áreas, encontramos hoje a apreciar os resultados desse debate. -----

----- Em primeiro lugar gostaria de saudar a iniciativa, pois permitiu que se fizessem ouvir as vozes dos diversos intervenientes e interessados nestas matérias, manifestando convergências nalguns aspetos e assinalando divergências, num espírito de abertura e convergência democrática. -----

----- É público e tudo indica que o Governo vai avançar com a tentativa de privatização do Metro e da Carris, não tendo a negociação com a Câmara travado este processo. -----

----- Entretanto a CML aprovou uma deliberação “Assunção pelo Município de Lisboa da gestão da Carris e do Metro, mediante o contrato interadministrativo de parceria pública a celebrar com o Estado”. -----

----- Em nosso entender e como já por diversas vezes afirmámos, deve ser denunciada como falsa a dicotomia privatização/gestão municipalizada. -----

----- Face ao processo de privatização a única alternativa, no nosso ponto de vista, é a não privatização. Neste contexto é fundamental a oposição ao processo de privatização de todos os que se lhe opõem, numa ação convergente, envolvendo autarquias, trabalhadores, nomeadamente através das suas estruturas representativas e os utentes. -----

----- O PCP sempre defendeu, e reitero aqui mais uma vez isto, que compete ao Estado preservar e assegurar a gestão pública da Carris e do Metro. O PCP entende que qualquer negociação tendente a transferir para a Câmara a gestão pública da Carris e do Metro, deve preservar integralmente a sua unidade operacional e ver preenchidas todas as condições que assegurem a qualidade do serviço público, garantindo os direitos e postos de trabalho das empresas e asseguradas as condições de financiamento para não onerar as populações. -----

----- Lembra-mos também, mais uma vez aqui e agora, que a Carris e o Metro não servem apenas as populações de Lisboa, estendendo-se a sua abrangência a outros concelhos limítrofes, pelo que qualquer resolução sobre o seu futuro terá que passar necessariamente pela Área Metropolitana de Lisboa, como hoje também reconhecemos na própria deliberação. Nesse contexto, não deve a CML ser a entidade que determina a oferta de transportes noutros municípios. -----

----- É conhecido que o Metro e a Carris sofreram nos últimos três anos um forte aumento de custos para os utentes e uma importante diminuição na oferta dos transportes, da mesma forma, nos últimos anos impôs-se uma brutal redução dos custos do pessoal à custa da redução dos trabalhadores, da violação da contratação e dos sucessivos roubos por via do orçamento do Estado. Apesar disso, os meios libertados pela exploração destas empresas são insuficientes para a sua sustentabilidade, significando que a sua passagem para o município implicaria um défice de 20.000.000,00€ por ano, a ser suportado pelos munícipes ou diretamente pelos utentes com o correspondente aumento de preços. Nesse sentido continuamos a afirmar que é fundamental travar todo este processo de privatização. -----

----- Em relação ao relatório, o PCP aprovou em sede própria, em sede de comissão, aprovou realmente o relatório num esforço conjunto de consenso, para a qual aliás demos o nosso contributo. E aprovou porque, e sobretudo na redação final, porque no

relatório expressasse de facto que há realmente duas posições divergentes em relação ao futuro, mas a grande maioria das intervenções em Plenário nas quatro sessões temáticas, a grande maioria das intervenções manifestaram-se contra a privatização, a divergência depois surge, realmente, sobre quem deve continuar na posse ou quem é que deve ter a posse. De qualquer forma em relação ao relatório, eu gostaria ainda de referir dois ou três aspetos apenas que nós aprovámos, mas que nos suscitaram na altura e agora algumas dúvidas. É referido no relatório que o modelo de exploração e financiamento está esgotado, o que não corresponde inteiramente à verdade, pois nunca foi cumprido, já cabia ao Estado assumir o défice de exploração e o investimento em ALD. Isto agora é proposto como solução, mas de facto já existia e nunca foi cumprido. Em relação às soluções tarifárias e integradas estamos de acordo genericamente com isto, obviamente, mas também seria correto pensar em estacionamento gratuitos, já existem noutros municípios aqui na zona. Finalmente na última página do relatório aparece a imputação ao município de financiamento de operação de exploração das redes de transporte, através da retenção de um percentual anual da receita municipal do IMI cobrada pelo Estado, que seria afetada a um fundo de garantia de cumprimento das obrigações do município no âmbito da parceria pública. Isto significaria do nosso ponto de vista, libertar o Estado de pagar a indemnização compensatória devida e sobrecarregar o município e a cidade, o que também discordamos. -----

----- No que reporta à proposta de deliberação o PCP que se separe o ponto 5 da proposta de deliberação, na medida em que nós iremos votar favoravelmente todos os outros pontos deliberativos à exceção deste ponto 5, e fazemo-lo na plena consciência que este é o melhor caminho para a cidade.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE):** -----

----- “Terminado o ciclo de debates temáticos sobre os transportes em Lisboa, concluímos então que foram feitas várias reflexões e várias conclusões, que se podem fazer sempre com a perspetiva de futuro para o bem do serviço público tao importante como os transportes que deve assegurar o direito à mobilidade, e portanto, verificaram-se muitas preocupações e muitas propostas de soluções. -----

----- Em primeiro lugar gostaríamos de referir como tem vindo a ser regular a condução de um processo, que se queria o mais transparente possível desde o início e que teve na verdade um início atribulado e um decorrer em que se passaram vários meses, até que a Assembleia Municipal e os munícipes pudessem ter alguma informação um tanto ou quanto concreta sobre esta questão. As notícias vinham a público, partiam do Governo, mais tarde se soube também pela comunicação social da posição da Câmara de entrar na corrida pela concessão dos transportes, posição essa depois apresentada aqui em Plenário. -----

----- Muito foi discutido na Assembleia Municipal sobre os vários modelos de gestão de transportes, discussão essa que foi ajudada pelo debate temático e que se gerasse mais pensamento e proposta à volta deste tema. -----

----- A proposta do BE sempre foi a de uma parceria pública/pública entre o Governo e o Município, para que por um lado se pudesse manter na esfera pública um serviço

que corresponde a um direito essencial e também uma proposta, que apesar desta parceria pública/pública teria que conter condicionantes, tal como a perspectiva de sinergia com os municípios limítrofes que também usufruem dos serviços da Carris e do Metro de Lisboa. -----

----- Politicamente não deixa de ser relevante uma análise que nos leva um pouco ao óbvio, ou seja, as políticas deste Governo claramente nunca privilegiariam uma entidade pública em detrimento dos privados, a história assim o conta, e que melhor campanha que saber à partida que as hipóteses de ganhar seriam mínimas. Por isso não queremos, tal como referido na proposta de deliberação aqui do relatório, que a CML tenha apresentado uma proposta coerente, sólida e a realista, para assumir o planeamento e gestão da Carris e do Metro, isto relativamente aos considerandos. No entanto relativamente às propostas, achamos que devem propostas claras sobre reposição de passes sociais, gratuitidade para os desempregados, baixa dos preços para que todos e todas possam ter acesso ao seu direito à mobilidade, e também por outro lado, uma política interna que não prejudique a segurança de trabalhadores e utilizadores, como a reposição de todas as carruagens no Metro por exemplo. -----

----- O processo de concessão está neste momento prestes a terminar, e de facto, o receio de que as condições que hoje existem para trabalhadores e para utilizadores piores são reais, e portanto, temos essa necessidade de responder a este apelo. -----

----- E por fim, relativamente à parte deliberativa da proposta, o BE fez ainda hoje um esforço de propostas de alteração, que têm como objetivo clarificar aspetos, que a nosso ver são essenciais e que foram acolhidos por outros Grupos Parlamentares, nomeadamente pelo PS e pelos IND, e refletem-se numa proposta conjunta que penso que já terá chegado à Mesa e que passo então a citar: -----

----- Relativamente ao ponto 1 da parte deliberativa, em vez de “atuação” passar a “titularidade e gestão de entidades públicas”; -----

----- No ponto 4 acrescentar no final “que tenha em consideração os estratos mais vulneráveis da sociedade, designadamente crianças, estudantes, desempregados e idosos”; -----

----- No ponto 5 também acrescentar no final “previstas na lei, respeitando os direitos históricos e a esfera legal de atribuições e competências do Município”, visto que para que esta deliberação não seja vista como uma renúncia a estas realidades e depois a questão da comissão executiva, que já foi também alterada.” -----

----- **A Senhora Presidente:** -----

----- “A Mesa informa que são praticamente sete horas, e portanto, vamos dar mais cinco minutos para quem ainda não votou na eleição dos Delegados ao Congresso da Associação Nacional de Municípios fazer o favor de o fazer, para podermos fechar na urna e proclamar os resultados. -----

----- E vamos continuar com as intervenções.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV):** -----

----- “Em primeiro lugar, «Os Verdes» gostariam de salientar a importância da realização do debate temático sobre os transportes em Lisboa, pois esta é uma matéria fundamental para o desenvolvimento da cidade, para a sua área metropolitana, para a

qualidade de vida das populações do ponto de vista do seu direito à mobilidade, assim como do ponto de vista económico, social e ambiental. -----

----- É de salientar uma posição praticamente consensual ao longo do debate, que foi a recusa da privatização do sector dos transportes. De facto, uma esmagadora maioria dos intervenientes expressou a sua preocupação e a sua contestação a qualquer tipo de privatização da Carris e do Metro e, na nossa opinião, esse deve ser o ponto de partida, não podendo haver desvios deste princípio.-----

----- Relativamente à proposta de deliberação, que contém vários pontos com os quais concordamos, o Grupo Municipal de «Os Verdes» considera fundamental ter presentes os seguintes aspetos.-----

----- Esta proposta de deliberação deve refletir as preocupações manifestadas ao longo do debate. Os intervenientes vieram a esta Assembleia Municipal pronunciar-se sobre um assunto importante e que tem sérios impactos no dia-a-dia das populações, logo, qualquer documento que saia desta discussão, tem de obrigatoriamente, espelhar as preocupações e as necessidades das pessoas. Para «Os Verdes», o objetivo deste debate não pode ser preencher agenda, mas sim debater de forma séria e coerente para podermos ter melhores transportes que respondam às reais necessidades dos utentes e a preços socialmente justos. -----

O que nos leva à principal premissa, o facto de a Carris e o Metro não deverem, nunca, ser privatizados. Esta foi a questão mais consensual no debate: qualquer privatização nunca traria nada de positivo nem daria resposta ao que o sistema de transportes deve ser, pois, tendo como objetivo reduzir os encargos do Estado, poria em causa um serviço público fulcral, como o de transporte coletivo de passageiros. E isso é inaceitável! -----

----- Consideramos também, e defendemo-lo ao longo do debate, que os transportes públicos coletivos na Cidade de Lisboa devem ser valorizados, concretizando o direito à mobilidade, componente fundamental do sistema de transportes, através de uma melhoria substancial da qualidade, do conforto, da diminuição dos tempos de viagem, do aumento da segurança, da frequência e da oferta de transporte, sem aumentos permanentes dos custos, pois só assim se conseguirá atrair mais utentes para os transportes públicos em detrimento do transporte individual.-----

----- Defendemos também que a Autoridade Metropolitana de Transportes não pode ser uma entidade governamentalizada. Deve ser uma estrutura onde as autarquias da Área Metropolitana tenham uma intervenção determinante, na coordenação dos diversos operadores, no planeamento e no financiamento de um verdadeiro sistema de transportes que assente no serviço público. -----

----- Na nossa perspetiva, a proposta de deliberação que agora analisamos peca por tentar reduzir o cenário de opções para o sistema de transportes como se apenas houvesse, de um lado, a privatização, e do outro, a gestão municipalizada. Então, onde fica aqui a opção, por inúmeras vezes defendida no debate, de combater a privatização que o Governo pretende concretizar, mas mantendo os transportes na esfera do Estado? Desde quando deixou essa opção de existir? Porque omite o parecer essa solução óbvia?-----

----- Há um outro aspeto nesta proposta que nos suscita algum desconforto que é o facto de a Assembleia Municipal de Lisboa poder vir a assumir uma posição sobre a gestão dos transportes em Lisboa, sem os Grupos Municipais terem tido o devido acesso aos estudos e a uma qualquer proposta de modelo. -----

----- As conclusões deste debate deveriam ser também o de tornar toda esta discussão em torno dos transportes mais clara e transparente. -----

----- Defendemos, por isso, que teria sido desejável e mais correto que perante um assunto desta importância e seriedade, não subsistissem quaisquer dúvidas, sendo fundamental conhecer-se claramente as intenções do Governo e da CML. Consideramos fundamental que, perante a tentativa de privatização do Metro e da Carris por parte do Governo, a CML, que até agora não conseguiu travar este processo, lute contra esta privatização, envolvendo as restantes autarquias, os trabalhadores e suas organizações sindicais e os utentes. A CML deverá definir claramente a sua posição contra qualquer tipo de privatização destas empresas. -----

----- Há um outro aspeto que não é focado na proposta de deliberação, apesar de exposto durante o debate, e que diz respeito ao facto de não ser certo que a gestão municipalizada que o Executivo diz pretender concretizar, exclua a possibilidade de privatização da Carristur e da Ferconsult, que integram a Carris e o Metro, respetivamente, o que representaria a alienação de parte destas empresas. -----

----- Em conclusão, «Os Verdes» apenas poderão concordar com uma deliberação por parte desta Assembleia Municipal, que reforce o princípio de gestão da Carris e do Metro na esfera pública, excluindo a concessão a privados, com a sua coordenação a passar pela Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, onde todos os municípios servidos por aquelas duas empresas, terão de ter sempre uma palavra a dizer sobre os direitos dos seus utentes de transportes públicos. -----

----- Deverá ficar igualmente patente que deve ser incrementada a importância das empresas públicas de transportes coletivos, impedindo o seu desmembramento e privatização, assim como despedimentos de trabalhadores, consubstanciada numa resposta clara e firme da CML e da AML nesse sentido. -----

----- Finalmente, propomos a votação em separado do ponto 5 das deliberações.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN):** -----

----- “Este debate permitiu no conjunto de todas as intervenções, perceber a abrangência de toda esta discussão, permitindo visualizar todas as questões e as suas cambiantes, que vão muito para além de uma visão maniqueísta sobre as questões da propriedade ou da gestão pública versus privado. -----

----- Consideramos que os aspetos mais relevantes reportam-se, não apenas a quem faz, como se indicava na pergunta do segundo debate. -----

----- Na nossa opinião um modelo de concessão estático, não entra em linha de conta com a dinâmica da vida da cidade, que cria um cenário de custo tal como está e não adaptativo às obrigações concursais, ou que se existir, seja apenas uma justificação para incrementar os custos da concessão de forma desproporcionada, será inevitavelmente um modelo nefasto para a cidade e para os utentes. -----

----- Por esta razão, para nós, a questão do quem faz é de particular importância, sendo nossa conclusão lógica que o modelo que melhor pode responder ao dinamismo exigível é o da gestão por empresa municipal. -----

----- Salientamos assim alguns aspetos que devem poder ser considerados numa gestão de interesse para o município; -----

----- Tarifários sociais que isentem os cidadãos, que por uma qualquer razão não tenham capacidade de pagar tarifas completas, como sejam desempregados de longa duração ou cidadãos cujos rendimentos sejam manifestamente insuficientes; -----

----- Assegurar que a mobilidade dentro da cidade não possa ser afetada por razões económicas; -----

----- Garantir na Carris existência de carreiras e horários que permitam maior dinamismo na oferta de serviços, para estudantes noturnos e trabalhadores por turnos, evitando que o transporte individual seja o único meio de locomoção nestas situações; -----

----- A Carris deverá ser, atendendo à flexibilidade de implementação e remodelação de carreiras, o esteio principal da oferta de mobilidade urbana; -----

----- Só com uma oferta adequada, poderão ser tomadas medidas mais restritivas da utilização de veículos privados e a alteração do paradigma urbano no que diz respeito ao espaço público, estacionamento, etc.; -----

----- O investimento que for feito na Carris deverá privilegiar a requalificação da frota para a utilização de energias renováveis endógenas, nomeadamente a elétrica e hidrogénio em qualquer uma das suas modalidades, pilhas de combustível ou queima por motores de combustão interna; -----

----- No que respeita ao quem paga, deverão ser feitos estudos que mostrem toda a gama de possibilidades, nomeadamente soluções que privilegiem uma solução global, em que estacionamento para não residentes e outros dissuasores de transporte individual possam entrar na contabilização de quem paga. -----

----- Por isto e porque concordamos com o relatório final, iremos votá-lo favoravelmente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS):** -----

----- “Senhora Presidente quase que se torna desnecessário, mas esta intervenção é feita na qualidade de Deputado Municipal do PS e não de relator do documento que foi apresentado. -----

----- Há cerca de onze meses foi aprovada por maioria nesta Assembleia Municipal a Moção 19/2013, subscrita pelo Grupo Municipal do PS e pelos Senhores Deputados Municipais Independentes, em que se apelava: -----

----- À descentralização de responsabilidades na gestão das operações de transporte coletivo em mão estadual e a sua transferência para autoridades locais e regionais; -----

----- À definição de um modelo de financiamento e um quadro de relações e de condições base dos serviços oferecidos aos utentes, com eventual diversificação das fontes de financiamento, recorrendo à fiscalidade geral e outras taxas; -----

----- À implementação do exercício de competências da Autoridade Metropolitana de Transportes; -----

----- À configuração de relações contratuais equilibradas, com esquemas de bonificações e repartições de riscos, independentemente da natureza pública ou privada do operador;-----

----- À fixação de obrigações de serviço público para segmentos populacionais diferenciados.-----

----- Decorrido o debate que se realizou nesta Assembleia Municipal, o debate temático sobre os transportes, estes apelos têm uma legitimidade reforçada. Refletem o posicionamento maioritário dos intervenientes, têm a sustentação técnica dos especialistas que se pronunciaram e correspondem às expectativas dos trabalhadores, que se manifestam abertamente contra o modelo de subconcessão da exploração das empresas de transportes a privados.-----

----- Importa salientar que no plano político e financeiro, quando se fala que não houve transparência no debate, na comunicação da Câmara com a Assembleia Municipal, eu queria deixar registados dois factos. Foi aprovada em Câmara a Proposta 164/2004, em 11 de Abril de 2014, na qual a Câmara Municipal reafirma a disponibilidade para assumir a gestão operacional das redes de transportes, operadas pelo Metro e pela Carris, enquanto assinala os interesses patrimoniais do Município na qualidade concedente originário. Este ponto é muito importante, não se trata apenas de questionar se a concessão deve ser feita por públicos ou privados, trata-se de recordar e projetar os efeitos deste facto, que a concessão ou a operação das redes de transportes pela Carris e pelo Metro é feita ao nível da Administração Central, mas originariamente era feita pelo Município e o pressuposto base desta transmissão, foi de que, esta operação se mantivesse sob responsabilidade pública, e não, é portanto, conforme ao interesse e aos direitos que devem ser garantidos patrimoniais do Município, que esta concessão seja agora feita a privados, sem esses interesses patrimoniais estarem salvaguardados. Portanto, neste debate este tema tem que estar presente, não pode ser esquecido.-----

----- Também se destaca o posicionamento do Executivo Municipal, já após a conclusão dos debates temáticos, estruturado na Proposta nº 653/CM/2004, aprovada em 7 de Novembro de 2014, refletindo ideias que vinham sido difundidas em debates pontuais nesta Assembleia Municipal, tais como:-----

----- O estabelecimento de uma parceria pública que salvaguardasse a melhoria do serviço e a recuperação de passageiros;-----

----- A garantia da universalidade e igualdade no acesso;-----

----- A articulação entre os diversos instrumentos de mobilidade e o tarifário;-----

----- A promoção da trajetória de equilíbrio operacional entre as empresas através de receitas municipais;-----

----- E compensações que o Estado agora revela que está disponível para conceder a privados;-----

----- Bem como a promoção da estabilidade social de médio e longo prazo nas empresas. Importa também não esquecer que estas empresas há muito tempo, há demasiado tempo, que vivem em conflito social que prejudica sobretudo os utentes. ---

----- A oposição a este conjunto estruturado de ideias, só se compreende no quadro político-partidário nacional, no âmbito do qual o PSD e o CDS-PP rejeitam a oportunidade de mudar o paradigma centralista de gestão dos transportes, obviamente por motivos eleitorais. O PSD e o CDS-PP rejeitam a possibilidade de o Presidente da CML ser o promotor da proposta, que desbloqueia o impasse financeiro e social em que as operadoras de transportes se encontram. -----

----- O PSD e o CDS-PP não aceitam a ideia da rejeição do seu modelo privatizador, projetado dogmaticamente a todos os níveis da sociedade Portuguesa. Obviamente também nos transportes. O PSD e o CDS-PP não abdicam de uma obsessão ideológica, que provou muito mal quando foi confrontada com a realidade e apelamos ao estudo do caso do que aconteceu nos transportes públicos em Londres, com as quebras sucessivas no investimento e na manutenção, com os acidentes que vitimaram centenas de pessoas. -----

----- Os argumentos que sintetizam e arregimentam para contrariar a maioria que se foi formando em torno de ideias sobre os transportes, também se desconstroem com alguma rapidez. Quando se diz que a sustentação financeira da gestão municipal não existe, temos que salientar que ela pode ser assegurada com o incremento de receitas do IMI, na medida em que uma melhoria da rede de transportes e das políticas associadas promove o valor da sociedade no seu todo. Na outra parte, como já referi, com o compromisso Estadual que seria assumido com qualquer operador, acresceriam...termino já Senhora Presidente, apelando à tolerância que já foi concedida a outros oradores esta tarde...que seria assumido, também ao nível das receitas de publicidade. -----

----- A novidade, a suposta novidade do modelo de gestão municipal que existe noutros municípios do País, com exceção de Lisboa e Porto, é equiparável à novidade da gestão integrada por privados das redes do Metro e da Carris, não há exemplo, não há caso que possa ser estudado, sendo que a primeira hipótese é preferível face às acrescidas responsabilidades do Município perante a prossecução do interesse público e ao risco de insolvência na operação, que é maior se for detido por um privado. -----

----- A preferência sobre uma alegada eficiência da gestão privada, não se sobrepõe à eficiência global garantida pelo Município com a integração das operações de transporte, estacionamento, gestão do espaço público e tudo isso envolvido por critérios ambientais, não há nenhum operador privado que possa garantir isto. -----

----- A racionalização dos recursos não tem que ser prosseguida que é sempre um objetivo das privatizações, entenda-se despedimentos, não tem de ser prosseguida contra os trabalhadores ou contra os utentes, suprimindo-lhes horários ou rotas, mas pode emergir do aumento da cobertura do serviço e com conseqüente subida da receita através da adesão de mais utentes. -----

----- Por estes motivos, o Grupo Municipal do PS revê-se e subscreve a proposta de deliberação, subscrita já durante esta Assembleia também pelos Senhores Deputados Municipais Independentes, subscritores originários, mas também já no decurso desta sessão, pelos Senhores Deputados Municipais do BE. Esta é sem dúvida uma iniciativa política, que deve ser ponderada na decisão governamental, sobre a gestão

dos transportes em Lisboa, que esperamos vivamente que não seja a que tem sido anunciada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT):** -----

----- “Estamos hoje a apreciar as ilações consequentes do debate temático, repartido por quatro sessões da Assembleia Municipal de Lisboa, onde tivemos a oportunidade de ouvir as diversas posições dos demais convidados, quer especialistas, quer políticos, acerca do futuro que pretendemos para o sistema de transportes na Cidade de Lisboa. -----

----- O setor dos transportes tem sido aposta de diversos Governos, assentes em diversos projetos, propostas e modelos de áreas metropolitanas de transportes que na prática nunca vingaram, pois continuamos a ter um sistema de transporte ineficiente, caro e que não se constitui uma alternativa credível e sustentável ao transporte individual. -----

----- Assim, mais uma vez, não por opção estratégica, mas por obrigação face aos problemas económicos existentes nas empresas de transportes, o atual Governo no final do mandato, prepara-se finalmente para proceder à intenção de conceção da operação das redes da Carris e do Metro de Lisboa, assumindo a dívida histórica destas empresas e o pagamento decorrente das obrigações de serviço público com carácter social. -----

----- A Câmara apresentou ao Governo uma proposta que diz ser coerente, sólida e realista, para assumir o planeamento e gestão das redes da Carris e do Metro, garantindo os pressupostos de apenas ficar a assumir as indemnizações compensatórias previstas na lei. Contudo o Governo, apesar das reuniões mantidas tanto na Câmara Municipal de Lisboa como na Câmara Municipal do Porto, não se mostrou recetivo ao compromisso de assumir politicamente uma solução de municipalização dos transportes públicos nas duas áreas metropolitanas. -----

----- Em termos gerais o MPT corrobora com as propostas de deliberação da 8ª Comissão. Temos alguma dúvida relativamente à proposta de alteração do ponto 6 “A 8ª Comissão propõe que os membros sejam designados pela Junta Metropolitana de Lisboa”, órgão já extinto, composto pelos presidentes dos municípios da AML. O PS e os Senhores Deputados Municipais Independentes propõem que seja a Comissão Executiva do órgão eleito, através de eleição de lista submetida às Assembleias Municipais. Defendemos que seria mais correto manter a linha orientadora da redação proposta da 8ª Comissão, substituindo apenas Junta Metropolitana de Lisboa, por Concelho da Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Sobre o processo em si, temos sérias dúvidas da forma como está a ser conduzido pelo atual Executivo. As mudanças profundas nos estatutos da EMEL, sem que as mesmas tenham sido discutidas nesta Assembleia Municipal, não deixam bom presságio para os passos seguintes. -----

----- O MPT considera que o tema dos transportes deveria ser concertado de forma mais consistente a um nível da área Metropolitana de Lisboa. Quem acreditar que o assunto dos transportes ficará resolvido apenas numa solução centrada em Lisboa, está

enganado. Sem um modelo de governancia sólido à escala metropolitana para este setor, dificilmente os transportes se constituirão como uma real alternativa.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “Será a última intervenção que a Mesa tem registada, não sei se a bancada da Câmara quer usar da palavra?-----

----- Não há indicação nesse sentido, e portanto, a seguir iremos votar, mas vamos primeiro ouvir o Senhor Deputado Municipal José Alberto Franco.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Alberto Franco (IND):**-----

----- “Esta minha intervenção, também agora é feita a título de Deputado Municipal dos Senhores Deputados Municipais Independentes dos Cidadãos por Lisboa e não, obviamente, na função que já me trouxe aqui a este microfone há uma hora e meia atrás. -----

----- O meu objetivo é o de sublinhar e dar alguns comentários, digamos de reforço, à deliberação que nós iremos votar favoravelmente, como é evidente, e que recomendamos a toda a Assembleia Municipal que a apoie. -----

----- Em relação ao ponto 1, que conforme já foi anunciado, por proposta do PS, dos IND e do BE, preconizámos a substituição do termo “esfera de atuação” por “esfera de titularidade e gestão de entidades públicas”. Achamos que esta clarificação é importante, no sentido de evitar, qualquer mal-entendido sobre como nós pretendemos que fiquem as empresas de transporte coletivo de Lisboa, portanto, a Carris e o Metropolitano, após as transformações que estão em causa. Nós pretendemos de forma muito clara que a titularidade dessas duas empresas e a respetiva gestão fiquem no âmbito, na esfera pública. E este tema, esta precisão, leva-me a manifestar um distanciamento da minha parte e dos meus companheiros Deputados Municipais IND, relativamente ao que foi dito aqui neste púlpito, relativamente à dicotomia ou não dicotomia, entre privatização e municipalização, como se estes dois vocábulos, estes dois conceitos, pudessem deixar alguma margem de dúvidas no sentido de que a municipalização pudesse ser uma privatização encoberta, como várias vezes nestes meses nos debates que se realizaram alguns Senhores Deputados Municipais, enfim legitimamente, consideraram ser esse o seu receio e a sua preocupação.-----

----- Em nosso entender a municipalização é claramente uma conservação na esfera pública das empresas em questão. Essa mesma solução está adotada no nosso País em municípios muito relevantes, como é o caso do Barreiro, é o caso de Coimbra, é o caso de Portalegre, e essas situações nunca foram objeto de preocupações e de fantasmas quando se fala na situação dos transportes municipalizados de concelhos como esses que eu citei e o que nós preconizamos claramente em relação a Lisboa é uma solução, digamos comparável, em que os transportes fiquem claramente na esfera pública. -----

----- Isto evidentemente leva-nos a distanciar da solução que juridicamente está apontada pelo Governo, na legislação que fez publicar relativamente aos transportes coletivos no Porto e em Lisboa. -----

----- O Porto avançou primeiro num processo super confuso, que ainda nestas últimas semanas deu origem a que o Governo num concurso, super complicado volto a dizer,

em que os cadernos de encargos foram alterados, digamos, à medida e a pedido de vários interesses que estavam em presença, e finalmente, nesse concurso houve para já uma vitória de concorrentes privados espanhóis. Ainda ontem a Câmara Municipal do Porto, segundo foi tornado público hoje e que tem uma composição política, como é sabido, bem diferente da que temos em Lisboa, aprovou um repúdio dos resultados desse concurso que foi aberto para os transportes coletivos, ou seja a STCP e o Metropolitano do Porto, por irregularidades, por anomalias que o processo teve e que, esperemos nós cidadãos deste País, que as coisas ainda possam ser revertidas.-----

----- Em relação a Lisboa, portanto, a nossa proposta é num processo de municipalização como consta dos vários parágrafos desta deliberação, que nós iremos votar favoravelmente. -----

----- Relativamente ao parágrafo, e para terminar, ao parágrafo 6 desta deliberação o que se fala aqui no início, diz respeito a que a Câmara envie todos os esforços para que a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, e eu aqui peço à Mesa se é possível ainda considerar esta precisão, porque faz falta nesta linha do texto dizer-se Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa. Existem duas no País, a de Lisboa e a do Porto, e além disso AMT apenas e nós sabemos como às vezes na transmissão dos textos, às vezes, as siglas tomam o lugar dos termos por extenso e existe uma entidade da Administração Central que foi criada no Diário da República, mas que ainda está por implementar, que tem essa abreviatura AMT com a qual podemos evitar qualquer confusão. -----

----- Finalmente, o texto que propomos em conjunto com o PS e com o BE vai no sentido de que efetivamente, na frase final deste ponto se fale na Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa, por ser como sabemos o órgão executivo que na nova arrumação, no novo ordenamento das autoridades das áreas metropolitanas, está previsto e é efetivamente correspondente ao governo democrático, enfim, nas condições atuais que é possível ter das áreas metropolitanas, e achamos que é efetivamente ele que deve tomar o lugar daquilo que antes se falava na Junta Metropolitana de Lisboa.”-----

----- **A Senhora Presidente:**-----

----- “A Mesa não regista nenhum pedido de palavra da Câmara. Portanto, estamos em condições de passar à votação, e irei explicar como é que iremos fazer esta votação, de acordo como o que foi combinado na Conferência de Representantes. -----

----- Há propostas de alteração do texto, subscritas pelo PS, BE e Deputados Independentes. E há propostas de simples aditamento. Eu irei diferenciar as duas coisas, porque as propostas de alteração têm de ser votadas antes do texto original, prejudicando o texto original se forem aprovadas. As propostas de aditamento podem ser votadas depois porque acrescentam-se ao texto original. O texto original era da 8ª Comissão, portanto, aqui nenhum grupo sozinho, ou mesmo com outros, pode tirar daqui um texto que foi apresentado pela Comissão. Penso que temos de manter o texto apresentado pela Comissão como texto base, e iremos fazendo a votação desta maneira. -----

----- Eu registro que para os pontos 2 e 3, não há propostas de alteração, nem de aditamento, nem de coisa nenhuma. Portanto, proponho que votássemos, desde já, os pontos 2 e 3, e depois irei, passo a passo, explicar quais são as propostas para o ponto 1, ponto 4, 5 e 6, para sabermos todos de forma clara, o que iremos votar. -----

----- Portanto, os pontos 2 e 3 ficam exatamente, como estão propostos pela 8ª Comissão, e eu iria pô-los à votação, os pontos 2 e 3, em conjunto. Peço desculpa, pedem-me a votação em separado. Então vamos pôr à votação o **ponto 2**. Não há propostas de alteração, nem de aditamento. Vamos pôr à votação o **ponto 2**. **Votos contra** do PSD e do CDS-PP, não há **abstenções**, e os **votos a favor** do PS, PCP, BE PEV, MPT, PAN, PNPN e de 6IND, portanto, o **ponto 2** foi **aprovado por maioria**. --

----- Vamos pôr à votação o **ponto 3**. **Votos contra** do PSD, não há **abstenções**, e os **votos a favor** do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e de 6IND, portanto, o **ponto 3** foi **aprovado por maioria**. -----

----- Vamos, agora, passar ao ponto 1. Eu vou ler e vou explicar qual é a alteração proposta pelos Grupos Municipais do BE, PS e Deputados Independentes. -----

----- O que estava era: “Reafirmar a sua posição de que o planeamento e gestão dos sistemas de transporte coletivo urbano, deverão manter-se na esfera de atuação de entidades públicas”, isto era o que estava. A proposta de alteração é: “... deverão manter-se na esfera de titularidade e gestão de entidades públicas”. Esta como é uma proposta de alteração tem de ser votada antes da proposta original. É isto que vamos colocar à votação com esta alteração da redação. **Votos contra** do PSD e CDS-PP, não há **abstenções**, e os **votos a favor** do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNPN e de 6IND, portanto, está **aprovada por maioria**. -----

----- No ponto 4, a proposta que existe é um aditamento, portanto, podemos votar primeiro a proposta, tal como ela estava, e não vou lê-la, novamente, porque têm-na na vossa frente. Vamos votar o **ponto 4**. **Voto contra** do PSD, **abstenção** do CDS-PP, e os **votos a favor** do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNPN e de 6IND, portanto, o **ponto 4** foi **aprovado por maioria**. -----

----- Agora, há um aditamento que diz o seguinte, aquilo terminava dizendo: “deslocação de toda a população, garantir uma acessível e simples integração tarifária”, e o **aditamento** diz: “que tenha em consideração os estratos mais vulneráveis da sociedade, designadamente crianças, estudantes, desempregados e idosos”. Portanto, é este o **aditamento** proposto. **Votos contra** do PSD e CDS-PP, não há **abstenções**, e os **votos a favor** do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNPN e de 6IND. Está **aprovado por maioria**. -----

----- Passamos ao **ponto 5**, onde há uma proposta de alteração que altera a parte final da proposta. Portanto, a proposta dizia: “prossiga as negociações com o Governo tendo em vista estabelecer um contrato de parceria que permita transferir para o município o planeamento e gestão das redes da CARRIS e do Metro”. Isto era o que dizia. E, depois, dizia: “assegurando a Câmara o necessário financiamento à sua operação, nos termos em que vierem a ser acordados, nomeadamente, através do recebimento, por esta, de todas as receitas de exploração dessas redes e das indemnizações compensatórias, previstas na lei”. Isto era a proposta inicial. A

proposta de alteração a partir de “gestão das redes da CARRIS e do Metro”, passa a ser assim, em vez de ser: “assegurando a Câmara o necessário financiamento...”, está: “assegurando tal contrato um adequado equilíbrio de responsabilidades entre o Estado e o Município, de acordo com o modelo de financiamento sustentável dos investimentos futuros e da exploração dos sistemas operadas pela CARRIS e pelo Metropolitano de Lisboa. É esta a proposta de alteração apresentada pelo PS, Independentes e BE, e é esta a proposta que vamos pôr à votação, em primeiro lugar. **Votos contra** do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, **abstenção** do MPT, e os **votos a favor** do PS, BE, PAN, PNPN e de 6IND, portanto, está **aprovada por maioria**. -----

----- Há agora uma proposta de **aditamento** do BE, PS e Independentes, para acrescentar a este texto, o seguinte: “Respeitando os direitos históricos e a esfera legal de atribuições e competências do Município”. É isto que vamos pôr à votação, este **aditamento**. **Votos contra** do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, não há **abstenções**, e os **votos a favor** do PS, BE, PAN, MPT, PNPN e de 6IND, portanto, está **aprovado por maioria**. -----

----- E, finalmente, o **ponto 6** que também tem uma proposta de alteração que, aliás, tinha obrigatoriamente que ser feita porque o texto inicial remetia para a Junta Metropolitana de Lisboa que vários Senhores Deputados chamaram a atenção de que já não existe, com esta designação. Portanto, a redação é a mesma até “que servem a Área Metropolitana de Lisboa”. Depois, seria o seguinte: “bem como que os seus órgãos sejam constituídos, maioritariamente, por membros designados pela Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa”. Esta é a proposta de alteração. Podemos incorporar, se quiserem, no aditamento onde está: “Autoridade Metropolitana”, ficar, “Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa”. Isso parece pacífico, fica já incorporado. E vamos votar a redação do **ponto 6**, tal como acabei de explicitar. **Votos contra** do PSD e CDS-PP, não há **abstenções**, e os **votos a favor** do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNPN e de 6IND. Está **aprovada por maioria**. -----

----- Felicito os Senhores Deputados por conseguirmos chegar aqui, depois de tanto esforço e de tanta discussão. É uma tomada de posição importante da Assembleia Municipal, naturalmente, respeitando as divergências que fazem parte da democracia, mas que permitirá, naturalmente, habilitar o Município com uma legitimidade própria, nesta matéria. -----

----- Senhores Deputados Municipais está na altura de proclamar o resultado da eleição dos Delegados à XXI...peço desculpa, o CDS pede a palavra para? -----

----- O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura? Para informar que irão apresentar uma Declaração de Voto. -----

----- (Posteriormente o Senhor Deputado Municipal Diogo Moura informou que prescindiu da Declaração de Voto)-----

----- A Mesa faz um apelo para que as declarações de voto sejam rapidamente apresentadas, pois temos várias Atas penduradas à espera de declarações de voto, portanto, na medida do possível. -----

----- E podem utilizar, se quiserem, uma fórmula e já agora deixo a sugestão, que nós usávamos muitas vezes na Câmara Municipal, porque não havia tempo depois para

redigir as declarações de voto, que era para pedir para que na ata conste como declaração de voto o teor da intervenção que fizeram aqui no Plenário. Isso muitas vezes pode resolver o problema e facilita bastante os trabalhos.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** apresentou posteriormente a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Para começar bem o ano, seria interessante que a autarquia alterasse a forma de agir relativamente aos membros desta Assembleia. É que se multiplicam os casos de pedidos de deputados municipais que não obtêm resposta por parte da CML. -----

----- Como podemos constatar ao longo do último ano nestas mesmas sessões, a CML tem optado por não responder de forma clara às dúvidas suscitadas pelos deputados, tornando muito difícil a esta casa efetuar uma das principais missões que lhe foi confiada – fiscalizar a atuação da autarquia. -----

----- Isto a propósito de um pedido feito publicamente nesta mesma casa há algum tempo, quando o Deputado Sérgio Azevedo solicitou à CML os estudos em que se tinha apoiado para se candidatar à concessão do Metro e da Carris. Para que todos pudéssemos avaliar com segurança e propriedade, uma concessão que em muito poderá influenciar a forma como se viverá em Lisboa nos próximos anos. -----

----- Mas a verdade é que até agora, o único estudo a que tivemos acesso foi publicado por um jornal, segundo o qual, a concessão da Metro e da Carris poderá custar aos cofres da cidade 18 milhões de euros por ano. -----

----- De acordo com o estudo encomendado ao BPI, serão 127 milhões de euros ao longo de sete anos. Financiados através do estacionamento e da publicidade exterior como afirmou por diversas vezes o senhor presidente ainda em funções. -----

----- Retomamos aqui a questão que levantei aquando do debate deste tema nesta Assembleia. É verdade que estamos todos de acordo de que é necessário melhorar os transportes públicos em Lisboa. E que a intervenção da CML nessa melhoria é fundamental. Sejam claros: seria ideal que todas as autarquias pudessem gerir os transportes públicos que nelas atuam. -----

----- Mas, e no caso de Lisboa, continua a levantar duas questões: -----

----- A primeira, como é que a CML, com 1420 milhões de euros de passivo, vai suportar os custos caso ganhe a concessão? O estacionamento e a publicidade serão suficientes? -----

----- A segunda, qual a atitude que a CML vai adotar caso não ganhe a concessão? -----

----- É que, por lapso certamente, ouvimos o vice-presidente da CML afirmar nesta mesma Assembleia que os transportes em Lisboa só poderão melhorar se a concessão for atribuída à Câmara. -----

----- Que só a CML tem a capacidade para fazer uma gestão integrada graças à capacidade de coordenação da via pública e estacionamento. -----

----- Não quero acreditar que a CML, caso não ganhe a concessão, venha a colocar entraves a um privado na melhoria dos transportes de Lisboa, contra os interesses dos municípios que o elegeram. -----

-----Volto a insistir. Enquanto todas as cartas não estiverem na mesa, nenhum juízo pode ser feito.” -----

**----- PONTO 4 - ELEIÇÃO DE 2 PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA PARA DELEGADOS EFECTIVO E SUPLENTE AO XXII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES, AO ABRIGO DO N.º 2 DO ARTIGO 6.º DOS RESPECTIVOS ESTATUTOS.-----**

**----- A Senhora Presidente:-----**

----- “Senhores Deputados Municipais sobre a eleição dos dois representantes, um efetivo e um suplente, como Delegados do XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios, foi escrutinado o seguinte resultado:-----

----- Houve cinquenta e nove votantes, quarenta votos a favor, oito votos contra, onze abstenções, não houve votos brancos nem nulos.-----

----- Portanto, o representante efetivo o Senhor Deputado Municipal Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, e o representante substituinte, a Senhora Deputada Municipal Carla Cristina Ferreira Madeira, estão eleitos e serão respetivamente indicados à Associação Nacional de Municípios.-----

----- Senhores Deputados Municipais já passa das dezanove e trinta, temos uma temperatura bastante gélida nesta sala, e portanto, a Mesa propõe-vos que suspendamos, por agora, os trabalhos. Não há urgência nas questões seguintes, podem ficar para uma próxima reunião.-----

----- Para a semana não temos Plenário. Temos a matéria em dia, não há Plenário para a semana, portanto, organizem as vossas agendas nesse sentido.-----

----- E teremos então Plenário na última terça-feira do mês, com declarações políticas e com a matéria que houver para discutir.-----

----- Muito obrigado a todos os Senhores Deputados Municipais e a todos os que puderam constituir esta Assembleia Municipal. Muito obrigado.”-----

----- A sessão terminou eram dezanove horas e trinta e seis minutos.-----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE-----